

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

37º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Salvador/BA, 22 a 27 de janeiro de 2018

Tema Central: Em defesa da educação pública e dos direitos da classe
trabalhadora.

100 anos da reforma universitária de Córdoba.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Joseph Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luis Eduardo Acosta Acosta

SUMÁRIO

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 39 – Comissão da Verdade do ANDES-SN: a luta pela memória, reparação e justiça - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	13
Texto 40 – Em defesa das lutadoras e lutadores que estão sofrendo assédio, perseguição, repressão e criminalização - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Elza Peixoto, Sandra Siqueira, Rodrigo Pereira, Ana Paula Medeiros, Henrique Saldanha, Carlos Zacarias Sena, Adriana Ferriz, Bernardo Ordonez, Miguel da Costa Accioly, Liliane Elze Falcão Lis Kusterer, Jaqueline Samagaia, Marcos Vinícius Araújo, Maíra Kubik, Sara Cortes, Ana Maria Ferreira Cardoso, Barbara Carine Soares Pinheiro, Menandro Ramos, Ana Claudia Mendonça Semêdo, Melissa Catrini da Silva, Jorge Almeida, Sue Iamamoto, Betty Malin, Denise Vieira da Silva, Vladimir Arce, Elaine Cristina de Oliveira – sindicalizado(a)s da APUB Seção Sindical</i>	14
Texto 41 – Redução de agrotóxicos no país - <i>Contribuição do GTPAUA da APUFPR Seção Sindical</i>	16
Texto 42 – O “fim da era dos direitos” e a necessidade de pautar a luta pela transformação radical da sociedade - <i>Contribuição do professor André Mayer – sindicalizado da ADUFOP Seção Sindical</i>	17
Texto 43 – Universidade para a democracia - <i>Contribuição da diretoria da Adufrj-SSind: professora Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, professora Lígia Bahia, professor Eduardo Raupp de Vargas, professora Maria Paula Araújo, professora Tatiana Sampaio, professor Fernando Pereira Duda e professor Felipe Siqueira Rosa</i>	20
Texto 44 – O adiamento da greve nacional e os desafios do ANDES-SN e da CSP-CONLUTAS - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Sandra Helena Dias de Melo, Jaqueline Bianque de Oliveira, Hélio Fernandes de Melo, Hélio Cabral Lima, Levy Paes Barreto, José Nunes da Silva, Argus Vasconcelos de Almeida, Cauê Guion de Almeida, Júlia Figueredo Benzaquen, Raimundo Luiz da Silva, Jadson Augusto de Almeida da Silva, Nilson Felix da Silva, Zenilde Moreira Borges de Moraes – Sindicalizado(a)s da ADUFERPE Seção Sindical</i>	22
Texto 45 – Intensificar e dar continuidade à luta unificada junto aos demais movimentos sociais da cidade e do campo - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Tatiana Walter (APROFURG); Eduardo D. Forneck (APROFURG); Jaqueline Durigon (APROFURG); Caio Floriano dos Santos (APROFURG); Márcia Umpierre (APROFURG); Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS); Gustavo Borba de Miranda (APROFURG); Henrique Andrade Furtado de Mendonça (ADUFPEL); Eduardo Antunes Dias (APROFURG); Sérgio Botton Barcelos (APROFURG); Cristiano Ruiz Engelke (APROFURG); Jussemar Weiss Gonçalves (APROFURG); Ubiratã Soares Jacobi (APROFURG); Manoel Luis Martins da Cruz (APROFURG); Sibebe da Rocha Martins (APROFURG); Eder Dion de Paula Costa (APROFURG); Carlos R. S. Machado (APROFURG).</i>	26
Texto 46 – Fazer um verdadeiro balanço da filiação à CSP-CONLUTAS - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço(ADUFAL), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ailton Silva Galvão (ADUFAL), Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira (ADUFAL), Antonio Eduardo Alves de Oliveira (APUR), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert (APESJF), Carlos Eduardo Muller (ADUFAL), Carolina Nozella Gama(ADUFAL),</i>	30

<p><i>Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB), Dailton Lacerda (ADUFPB), Domingos Sávio Corrêa (ADUFAL), Elisa Guaraná de Castro (ADUR-RJ), Emmanoel Lima (SINDURCA), Eron Pimentel (ADUFEPE), Eudes Baima (SINDUECE) Everton Lazzaretti Picolotto (SEDUFISM), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Fátima Aparecida Silva (APUR), Falcão Vasconcellos Luiz Gonzaga (ADUFU), Flávio Dantas (ADUFERPE), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Felipe Bacani (ADUFOP), Frederico Costa (SINDUECE), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Helder Molina (ASDUERJ), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Tarcísio Lima (ADUFLA), Julio Cesar Costa Campos (ASPUV), Karina Cordeiro (APUR), Kátia Lima (SINDURCA), Irailde Correia de Souza Oliveira (ADUFAL), Jailton de Souza Lira (ADUFAL), Leni Hack (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Luiz Eduardo Simões de Paula (APRUMA), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUNB), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Marco Antonio Acco (ADUFPB), Marco Botton Picci (SEDUFISM), Maria Aparecida Batista de Oliveira (ADUFAL), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria do Carmo de Carvalho e Martins (ADUFPI), Maria do Socorro Menezes Dantas (ADUFAL), Maria Lenúcia Moura (SINDUECE), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Melina Silva Alves (ADUFPB), Nayara Severo (ADUSC), Onete Lopes (ADUFF), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Simone Cerqueira Pereira Cruz (APUB), Tarcísio Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)</i></p>	
<p>Texto 47 – Defesa da democracia nas universidades, institutos federais e no Brasil - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFERPE e do(a)s professore(a)s, Beth Lima (ADUSP), Davi Romão (APUR), Domingos Sávio Garcia (ADUNEMAT), Everaldo Andrade (ADUSP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Jean-Pierre Chauvin (ADUSP), Julio César Costa Campos (ASPUV), Jurandir Gonçalves Lima (ADUFPI), Lisleandra Machado (APESJF), Luciene Neves (ADUNEMAT), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Maria Caranez Carlotto (ADUFABC), Maria de Lurdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Silvina Carrizo (APESJF)</i></p>	32
<p>Texto 48 – Formação de comitês em defesa da universidade pública, da sua autonomia e da liberdade de pesquisa e ensino - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Agnaldo Santos (Adunesp), Alberto Handfas,(Adunifesp), Everaldo Andrade (Adusp), Fabio Venturini (Adunifesp), Marta Inês (Adusp), Moneda Ribeiro (Adusp), Paula Marcelino (Adusp), Tatiana Berringer (Adufabc), Valter Pomar (Adufabc)</i></p>	34
<p>Texto 49 – O ANDES-SN na luta unitária contra as medidas de destruição da educação ciência e tecnologia do governo Temer: denunciar e combater o relatório “um ajuste justo” do Banco Mundial - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço (ADUFAL), Agripino Alves Luz Junior (SINDUFAP), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ailton Silva Galvão (ADUFAL), Alberto Handefas (ADUNIFESP), Alexandre Medeiros (ADUFPI), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Ana Maria Vergne (ADUFAL), Ana Roberta Duarte Piancó(SINDURCA), Andréa Giordanna Araujo da Silva (ADUFAL), Anegleyce Teodoro Rodrigues (ADUFG), Angélica Cosenza (APESJF), Anita Leocádia Pereira dos Santos(ADUFPB), Antônio Dari Ramos (ADUFDOURADOS), Antônio de Almeida (ADUFU), Antonio Eduardo A Oliveira (APUR), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Artemis de Araujo Soares (ADUA), Augusto César Barreto Neto (ADUFEPE), Azamor Cirne de Azevedo Filho (ADUFPB), Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert (APESJF), Bernardo Mançano Fernandes (ADUNESP), Benerval Pinheiro Santos (ADUFU), Betânia Brito (ADUFAL), Cássia Hack (SINDUFAP), Carlos Adriano da Silva Oliveira</i></p>	35

(APUR), Carlos Eduardo Müller (ADUFAL), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB), Clara Lima de Oliveira (APUR), Cláudio de Lira (APUB), Cláudio Felix dos Santos (ADUSB), Conceição Paludo (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Cristina Souza Paraíso (APUR), Dailton Lacerda (ADUFPB), Darcy Costa (ADUFG), David Teixeira Romão (APUR), Demeval Saviani(Adunicamp), Dimas Neves (ADUNEMAT), Domingos Sávio Corrêa (ADUFAL), Domingos Sávio Garcia (ADUNEMAT), Douglas da Cunha Dias (ADUFPA), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Augusto Moscon Oliveira (ADUFES), Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Eliza Pinto de Almeida (ADUFAL), Emmanoel Lima (SINDURCA), Eriberto José Lessa de Moura (ADUFAL), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eron Pimentel (ADUFEPE), Everaldo Andrade (ADUSP), Everton Lazzaretti Piccolotto (SEDUFSM), Eudes Baima (SINDUECE), Fábio Josué Souza dos Santos (APUR), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Falcão Vasconcellos Luiz Gonzaga (ADUFU), Fatima Aparecida Silva (APUR), Fátima Moraes Garcia (ADUSB), Felipe Bacani (ADUFOP), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flavia do Bonsucesso Teixeira (ADUFU), Flávia Mendes de Andrade e Peres (ADUFERPE), Flávio Dantas (ADUFERPE), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Francine Iegelski (ADUFF), Gaudêncio Frigotto (ASDUERJ), Gisele Masson (SINDUEPG), Giselia Macedo Cardoso Freitas (APUR), Giselle Moreira (APESJF), Gustavo Acioli Lopes (ADUFERPE), Guttemberg da Silva Silvino (ADUFPB), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Helder Molina (ASDUERJ), Humberto Clímaco (ADUFG), Humberto Inácio (ADUFG), Irailde Correia de Souza Oliveira (ADUFAL), Iranete Maria da Silva Lima (ADUFEPE), Iria Brzeznsky (ADUFG), Isabelle Maria J. Meunier (ADUFERPE), Ivete Janice de Oliveira Brotto (ADUNIOESTE), Jailson Alves dos Santos (APUB), Jailton de Souza Lira (ADUFAL), Jair Reck (ADUNB), Janaine Zdebski da Silva (APUR), Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI), Joaquim Evêncio Neto (ADUFERPE), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Jose Arlen Beltrão (APUR), Jose Jonas Duarte da Costa (ADUFPB), José Ciqueira Falcão (ADUFG), José Tarcísio Lima (ADUFLA), José Vieira da Cruz (ADUFAL), Josué Cândido da Silva (ADUSC), Jovino Amâncio de Moura Filho (ADUFLA), Juanito Alexandre Vieira (APESJF), Júlio Cesar Costa Campos (ASPUV), Jurandir Gonçalves Lima (ADUFPI), Karina Cordeiro (APUR), Kátia Lima (SINDURCA), Lanara Guimarães de Souza (APUB), Laura Regina S. Fonseca (SEDUFSM), Leda Scheibe (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC), Leni Hack (ADUNEMAT), Leonardo Tartaruga (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Lilian Faria Porto Borges (ADUNIOESTE), Lisanil Patrocínio (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Livia Tenório Brasileiro (ADUPE), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lucas Victor Silva (ADUFERPE), Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante (ADUFS-BA), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Luiz Fernando Matos Rocha (APESJF), Maíra Lopes dos Reis (APUR), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manoel Pereira de Andrade (ADUNB), Marcia Chaves Gamboa (ADUFAL), Márcia Luzia Cardoso Neves (APUR), Márcia Morel (ADUSC), Márcia Morschbacher (SEDUFSM), Marcílio Barbosa Mendonça de Souza Júnior (ADUPE), Marco Antonio Acco (ADUFPB), Marcos Botton Piccin (SEDUFSM), Marcos Corrêa da Silva Loureiro (ADUFG), Maria Aparecida Batista de Oliveira (ADUFAL), Maria Gorete Amorim, Maria Das Graças Monteiro Castro (ADUFG), Maria Lenucia de Moura (SINDUECE), Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (ADUFPB), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria de Lourdes Souza Oliveira (ADUFLA), Maria do Carmo de Carvalho E Martins (ADUFPI), Maria do Socorro Cordeiro (ADUFPI), Maria do Socorro Menezes Dantas (ADUFAL), Maria do Socorro Silva (ADUFCCG), Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo (ADUNEB), Marta Genú Soares (SINDUEPA), Mariza de Oliveira Pinheiro (ADUFPB), Marize Carvalho (APUB), Mauricio Silva (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC), Melina Silva Alves (ADUFPB), Michelle Fernandes Lima (ADUNICENTRO), Mônica Molina (ADUNB), Nair Casagrande (APUB), Nanci

<p><i>Rodrigues Orrico (APUR), Nayara Severo (ADUSC), Nelsi Kistemacher Welter (ADUNIOESTE), Neuber Leite Costa (ADUNEB), Onete Lopes (ADUFF), Otávio Ribeiro Chaves (ADUNEMAT), Patrícia Alvim (APUB), Paulo de Jesus (ADUFERPE), Paulo Everton Mota Simões (ADUFAL), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Paulo Humberto Porto Borges (ADUNIOESTE), Pedro Silva (SINDUECE), Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (APUR), Rafael Litvin Villas Bôas (ADUNB), Raquel Rodrigues (ADUFS), Raul Lomanto Neto (APUR), Ricardo Coelho (ADUFAL), Rita de Cassia Cavalcanti Porto (ADUFPB), Rogério Añez (ADUNEMAT), Romero Antonio de Moura Leite (ADUFPB), RONALDA BARRETO SILVA (ADUNEB), Rosalvo Schütz (ADUNIOESTE), Ruy Braga (UNEB) Sandra Luna (ADUFPB) Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio de Almeida Moura (ADUFG), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Sérgio Ricardo Ribeiro Lima (ADUSC), Severina Mártir Lessa (ADUFAL), Silvana Lima (APUR), Silvina Carrizo (APESJF), Sílvia Gamboa (ADUNICAMP) Sylvia Franceschin (ASPUV), Suzane da Rocha Vieira Gonçalves (APROFURGS), Tarcísio Cordeiro (APUR), Terciana Vidal Moura (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Valdenilza Ferreira da Silva (ADUFPB), Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira (ADUNEMAT), Welington Araújo Silva (ADUFS)</i></p>	
<p>Texto 50 – Comissão da Verdade do ANDES/SN: instrumento permanente de luta por justiça histórica - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUNEB Seção Sindical – 6/12/17</i></p>	40
<p>Texto 51 – Ataque orquestrado contra o ensino público brasileiro: universidade, ciência e tecnologia em xeque. Como se defender? - <i>Contribuição do(a)s Professore(a): Benerval Pinheiro Santos, Clarice Carolina Ortiz de Camargo, Cláudia Lúcia da Costa, Eduardo Giavara, Gilzelda Costa da Silva, Ínia Franco Novaes, Márcio Alexandre da Silva Pinto (Sindicalizados da ADUFU-SS)</i></p>	41
<p>Texto 52 – Unificar as lutas em defesa da educação pública: participar e disputar o FNPE e a CONAPE/2018 - Construir o III ENE e fortalecer a CONEDEP - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Lisete Regina Gomes Arelaro (ADUSP), Rodrigo da Silva Pereira e Maíra Kubik Mano (APUB), Luiz Araújo e Nathalia Cassetari (ADUNB), Juca Gil e Tiago Martinelli (SSind ANDES na UFRGS), Ana Carolina Feldenheimer da Silva (ASDUERJ), Adolfo da Costa Oliveira Neto; Leonardo Zenha Cordeiro; José Sobreiro Filho; Sandra Helena Ribeiro Cruz; Jovenildo Cardoso Rodrigues; Welson da Silva Cardoso (ADUFPA); André Martins e Fábio Marçal (Sindicalizados da regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN)</i></p>	43
<p>Texto 53 – Nem Maduro, nem a Mud. Contra os planos de ajustes burgueses, defendemos uma saída independente da classe trabalhadora para a Venezuela! - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Patricia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Wagner Damasceno (Seção do Andes na UFSC).</i></p>	46
<p>TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES</p>	
<p>Texto 54 – O PIT (Plano Individual de Trabalho) na UERN: uma discussão necessária - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Alexsandro Donato de Carvalho, Lemuel Rodrigues da Silva e Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues – sindicalizado(a)s da ADUERN/SS/ANDES</i></p>	50

<p>Texto 55 – Em defesa da carreira das professoras e professores dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: participação do ANDES-SN no Grupo de Trabalho (GT) instituído por meio da portaria SETEC nº 14, de 3 de maio de 2017 - <i>Contribuição dos(as) professores(as) Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço (ADUFAL), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Augusto César Barreto Neto (ADUFEPE), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB), Dailton Lacerda (ADUFPB), Elisa Guaraná de Castro (Adur), Eron Pimentel (ADUFEPE), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Fatima Aparecida Silva (APUR), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Falcão Vasconcellos Luiz Gonzaga (ADUFU), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Giselle Moraes (APESJF), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Helder Molina (ADUERJ), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Juanito Alexandre Vieira (APESJF), Julio Cesar Costa Campos (ASPUV), Leni Hack (ADUNEMAT) Lisleandra Machado (APESJF), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Nayara Severo (ADUSC), Onete Lopes (UFF), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tarcísio Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)</i></p>	52
<p>Texto 56 – Em defesa dos colégios de aplicação - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço (ADUFAL), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Dailton Lacerda (ADUFPB), Elisa Guaraná de Castro (ADURRJ), Eron Pimentel (ADUFEPE), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Fatima Aparecida Silva (APUR), Felipe Bacani (ADUFOP), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Giselle Moreira (APESJF), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Helder Molina (ASDUERJ), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Juanito Alexandre Vieira (APESJF), Julio Cesar Costa Campos (ASPUV), Lisleandra Machado (APESJF), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Nayara Severo (ADUSC), Onete Lopes (ADUFF), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Silvina Tarcísio Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)</i></p>	55
<p>Texto 57 – Centralidade da luta por salário no plano de lutas do setor das federais - <i>Contribuição da Diretoria da APUR, da Diretoria da ADUFERPE, da Diretoria da ADUFPI e do(a)s professore(a) Flávio Dantas (ADUFERPE), Cícero Monteiro (ADUFERPE), Eron Pimentel (ADUFEPE), Augusto César Neto (ADUFEPE)</i></p>	59
<p>Texto 58 – Defender as IEES e IMES da destruição provocada pela ofensiva contra os serviços públicos - <i>Contribuição da Diretoria da ADUNEMAT e dos(as) professores(as) Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço (ADUFAL), Agnaldo dos Santos (ADUNESP), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ailton Silva Galvão (ADUFAL), Alexandre Medeiros (ADUFPI), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira (ADUFAL), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert (UFJF), Celi Nelza Zulke Taffarel (UFBA), Dailton Lacerda (ADUFPB), Dimas Santana Neves (ADUNEMAT), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Emmanoel Lima (SINDURCA), Eron Pimentel (ADUFPE), Eudes Baima (SINDUECE), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Falcão Vasconcellos Luiz Gonzaga (UFU), Fatima Aparecida Silva (APUR), Felipe Bacani (ADUFOP), Francisca Clara de Paula (SINDURCA), Frederico Costa (SINDUECE), Giselle Moreira (APESJF), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Helder Molina (ADUERJ), Irailde Correia de Souza Oliveira (ADUFAL), Jailton de Souza Lira (ADUFAL), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José</i></p>	61

<p><i>Tarcísio Lima (ADUFLA), Júlio Cesar Costa Campos (ASPUV), Jurandir Gonçalves Lima (ADUFPI), Kátia Lima (SINDURCA), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (SINDUECE), Lisleandra Machado (APESJF), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Luiz Fernando Matos Rocha (APESJF), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marco Antônio Acco (ADUFPB), Maria Aparecida Batista de Oliveira (ADUFAL), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria do Socorro Menezes Dantas (ADUFAL), Maria Lenúcia Moura (SINDUECE), Michelle Wendling (UERJ), Nayara Severo (ADUSC), Onete Lopes (UFF), Otávio Ribeiro Chaves (ADUNEMAT), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Pedro Silva (SINDUECE), Rafael Bastos (UERJ), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tarcísio Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), William Vieira (ADUNEMAT)</i></p>	
<p>Texto 59 – Defesa das verbas para o hospital São Paulo e a elaboração de uma proposta de federalização que garanta a autonomia da universidade - <i>Contribuição da Adunifesp-SSind.</i></p>	63
<p>Texto 60 – A “reforma trabalhista” e os desafios para o movimento docente - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Alexsandro Donato de Carvalho, Lemuel Rodrigues da Silva e Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues – Sindicalizada(o)s da ADUERN/SS</i></p>	66
<p>TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</p>	
<p>Texto 26 - Acréscimo ao TR – 26 - homologações de seções sindicais: constituição, reorganização e alteração regimental.</p>	69
<p>Texto 61 - Pela maior participação nas reuniões do ANDES-SN! Pela garantia das condições objetivas das pequenas seções! Por uma maior democratização do ANDES-SN! - <i>Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical</i></p>	70
<p>Texto 62 – Defender o ANDES é respeitar seu estatuto! Contra a sonegação financeira das seções sindicais! - <i>Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical</i></p>	71
<p>Texto 63 – Se a revolução será feminista, o lugar da mulher é na política! - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Ediane Lopes de Santana (ADUNEB); Francisco Cancela (ADUNEB); Luciana Souza (ADUNEB); Anderson Carvalho (ADUNEB); Zozina Almeida (ADUNEB); Gracinete Souza (ADUFS-Ba); Jorge Almeida (APUB); Antônio Mauricio Brito (APUB); Ana Paula Vasconcelos (APUB), Carlos Zacarias de Sena (APUB); Henrique Saldanha (APUB) Joselene Mota (ADUFPB); Nelson Aleixo da Silva Junior (ADUEPB); Zaira Fonseca (SINDUEPA), Vera Solange Pires Gomes (SINDUEPA) Fernanda Mendes (SINDUEPA); João Colares (SINDUEPA); Ivonete Quaresma da Silva Aguiar (SINDUEPA); Diana Lemes Ferreira (SINDUEPA); Emerson Duarte (SINDUEPA); Thiago Barreto (APESJF), Patrícia Duarte (APESJF); Dileno Dustan (APESJF); Dan Gabriel D’Onofre (ADUR-RJ), Jane Barros (Sindicalizada pela Regional São Paulo), Márcio da Silva (ADUFPB), Michelle Gabrielli (ADUFPB), Fernando Lacerda Jr (ADUFG); Máira Tavares Mendes (ADUSC), Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Annie Hsiou (ADUSP), Julia Benzaquen (ADUFERPE), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Renata Gama (ASDUERJ), Rodrigo Nery (ADUPE); Augusto Nobre (SINDURCA), Zuleide Queiroz (SINDURCA), Marcel Cunha (SINDIUVA); Niágara Vieira (SINDIUVA); Micael Carvalho (APRUMA).</i></p>	73

Texto 64 – Autonomia sindical - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Alair Silveira; Marluce Silva; Onice Dall’Oglio; Reginaldo Araújo e Roberto Boaventura – sindicalizado(a)s da ADUFMAT–S.Sind</i>	74
Texto 65 – Para fortalecer a luta é preciso ampliar a democracia: proporcionalidade qualificada da composição da diretoria do ANDES-SN - <i>Contribuição do(a)s professore(a) Raphael Góes Furtado (ADUFES), Patricia Andrade (SINDCEFET-PI), Wagner Damasceno (Seção Sindical do Andes na UFSC).</i>	77
Texto 66 - Solicitação de apoio financeiro aos projetos de formação e cultura do movimento luta popular - <i>Contribuição da diretoria do SINDCEFET-PI e do(a)s professore(a) Patricia Andrade e Marconis Lima (SINDCEFET-PI), Douglas Morais, Geraldo Carvalho, Maria da Penha Feitos e Romildo Castro (ADUFPI)</i>	79

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 39 – Comissão da Verdade do ANDES-SN: a luta pela memória, reparação e justiça	14
TR 40 – Em defesa das lutadoras e lutadores que estão sofrendo assédio, perseguição, repressão e criminalização.	15
TR 41 – Redução de agrotóxicos no país.	17
TR 42 – O “fim da era dos direitos” e a necessidade de pautar a luta pela transformação radical da sociedade.	20
TR 43 – Universidade para a democracia.	21
TR 44 – O adiamento da greve nacional e os desafios do ANDES-SN e da CSP-CONLUTAS	25
TR 45 – Intensificar e dar continuidade à luta unificada junto aos demais movimentos sociais da cidade e do campo.	28
TR 46 – Fazer um verdadeiro balanço da filiação à CSP-CONLUTAS.	31
TR 47 – Defesa da democracia nas universidades, institutos federais e no Brasil.	34
TR 48 – Formação de comitês em defesa da universidade pública, da sua autonomia e da liberdade de pesquisa e ensino.	35
TR 49 – O ANDES-SN na luta unitária contra as medidas de destruição da educação ciência e tecnologia do governo Temer: denunciar e combater o relatório “um ajuste justo” do Banco Mundial.	40
TR 50 – Comissão da Verdade do ANDES/SN: instrumento permanente de luta por justiça histórica.	41
TR 51 – Ataque orquestrado contra o ensino público brasileiro: universidade, ciência e tecnologia em xeque. Como se defender?	43
TR 52 – Unificar as lutas em defesa da educação pública: participar e disputar o FNPE e a CONAPE/2018 - Construir o III ENE e fortalecer a CONEDEP.	46
TR 53 – Nem Maduro, nem a Mud. contra os planos de ajustes burgueses, defendemos uma saída independente da classe trabalhadora para a Venezuela!	48

TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 54 – O PIT (Plano Individual de Trabalho) na UERN: uma discussão necessária.	51
TR 55 – Em defesa da carreira das professoras e professores dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: participação do ANDES-SN no Grupo de Trabalho (GT) instituído por meio da portaria SETEC nº 14, de 3 de maio de 2017.	54
TR 56 – Em defesa dos colégios de aplicação.	58
TR 57 – Centralidade da luta por salário no plano de lutas do setor das federais.	60
TR 58 – Defender as IEES e IMES da destruição provocada pela ofensiva contra os serviços públicos.	63
TR 59 – Defesa das verbas para o hospital São Paulo e a elaboração de uma proposta de federalização que garanta a autonomia da universidade.	65
TR 60 – A “reforma trabalhista” e os desafios para o movimento docente.	67
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 26 - Acréscimo ao TR – 26 - homologações de seções sindicais: constituição, reorganização e alteração regimental.	69
TR 61 - Pela maior participação nas reuniões do ANDES-SN! Pela garantia das condições objetivas das pequenas seções! Por uma maior democratização do ANDES-SN!	71
TR 62 – Defender o ANDES é respeitar seu estatuto! Contra a sonegação financeira das seções sindicais!	72
TR 63 – Se a revolução será feminista, o lugar da mulher é na política!	74
TR 64 – Autonomia sindical	76
TR 65 – Para fortalecer a luta é preciso ampliar a democracia: proporcionalidade qualificada da composição da diretoria do ANDES-SN.	78
TR 66 - Solicitação de apoio financeiro aos projetos de formação e cultura do movimento luta popular.	80

**TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO
GERAL DE LUTAS**

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN: A LUTA PELA MEMÓRIA, REPARAÇÃO E JUSTIÇA.

TEXTO DE APOIO

Este Texto de Apoio (TA) e o respectivo Texto de Resolução (TR) estão sendo publicados, excepcionalmente, no caderno Anexo em vista da necessidade de acumular discussão para sua elaboração, em reunião ampliada da Comissão da Verdade do ANDES-SN (CV) e do Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD), realizada em dezembro/2017.

A Comissão da Verdade do ANDES-SN foi criada no 32º Congresso do Sindicato, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, e a sua coordenação foi constituída no 58º CONAD do mesmo ano. Ela surge no contexto de debate nacional com a aprovação da lei que criava a Comissão Nacional da Verdade em 2011, instalada em 2012.

Desde 2013 os membros da diretoria e eleitos(as) para a CV do ANDES-SN se empenharam para envolver as secretarias regionais e seções sindicais no desenvolvimento de ações no sentido de contribuir com a luta nacional contra a impunidade daqueles que cometeram crimes de lesa humanidade a serviço do Estado durante a ditadura empresarial-militar iniciada com o golpe militar de 1964.

O amplo trabalho proposto pela comissão teve no início a participação das comissões locais e do GTHMD o que possibilitou abrir pistas para atuação junto às seções sindicais, realizar seminários regionais/nacional, construir relatórios e publicar um caderno lançado no 61º CONAD de Boa Vista-RR.

A comissão atual – composta por dois membros da diretoria mais três efetivos e três suplentes eleitos no 61º CONAD – identificou a ausência de comissões locais na maioria das seções sindicais, bem como a paralisação e/ou conclusão dos trabalhos nas poucas seções que instalaram comissões. Conforme levantamento realizado em 2016, a partir de questionário enviado a todas as Seções, 3 (três) afirmaram ter formado CV locais.

Salienta-se que apenas 14 seções responderam ao questionário, denotando a pouca atenção dispensada pelas seções ao tema. Esta percepção foi ainda mais explicitada quando da tentativa de ampliar o alcance do levantamento: no 62º CONAD de Niterói, o(a)s delegado(a)s receberam questionário semelhante que objetivava sondar a existência de CV e Grupo de Trabalho História do Movimento Docente nas respectivas seções. Apenas 4 (quatro) delegado(a)s devolveram o questionário respondido.

A Comissão da Verdade do Sindicato Nacional se depara com uma inatividade de comissões locais e ou mesmo inexistência dessa preocupação na base, o que tem impedido o desenvolvimento das ações aprovadas em congressos que dependem, via de regra, do envolvimento das seções. A falta de ressonância deste tema nas seções, por conseguinte, pode ser o resultado da conjuntura que impõe a emergência de ações outras, mas também falta ressonância na base da categoria.

A dificuldade de colocar o tema na base se insere, ainda, na conjuntura de recrudescimento conservador que impôs a desmobilização da Comissão da Verdade Nacional por parte do governo Temer, uma Comissão que já era limitada na sua abrangência e resultados práticos de investigação e responsabilização de agentes repressores do Estado. A CV do ANDES-SN surgiu, inclusive, como contraponto e criticamente à CV Nacional.

Por outro lado, reconhecemos que o assunto continua importante, por isso o ANDES-SN deve manter a vigília cotidiana contra qualquer forma autoritária dos agentes do Estado, identificar, denunciar e combater os resquícios autoritários, especialmente nas IES, cobrar a punição dos torturadores e mandantes, entre outras premissas que embasaram a criação da CV do Sindicato.

Por fim, o GTHMD também está inativo na maioria das seções sindicais, o que requer pensar ações para sua dinamização, o que pode se dar com a junção de atividades e reuniões conjuntas da CV e GTHMD.

TR - 39

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que a CV do ANDES-SN passe a trabalhar e se reunir junto com o GTHMD, e que tal dinâmica seja avaliada no próximo CONAD.
2. Realizar seminário nacional nos dias 26 e 27/04/2018 para discutir continuidades e permanências de expressões autoritárias da ditadura nas universidades e na sociedade.

TEXTO 40

Contribuição do(a)s professore(a) Elza Peixoto, Sandra Siqueira, Rodrigo Pereira, Ana Paula Medeiros, Henrique Saldanha, Carlos Zacarias Sena, Adriana Férriz, Bernardo Ordonez, Miguel da Costa Accioly, Liliane Elze Falcão Lis Kusterer, Jaqueline Samagaia, Marcos Vinícius Araújo, Maíra Kubik, Sara Cortes, Ana Maria Ferreira Cardoso, Barbara Carine Soares Pinheiro, Menandro Ramos, Ana Claudia Mendonça Semêdo, Melissa Catrini da Silva, Jorge Almeida, Sue Yamamoto, Betty Malin, Denise Vieira da Silva, Vladimir Arce, Elaine Cristina de Oliveira – sindicalizad(a)os da APUB Seção Sindical

EM DEFESA DAS LUTADORAS E LUTADORES QUE ESTÃO SOFRENDO ASSÉDIO, PERSEGUIÇÃO, REPRESSÃO E CRIMINALIZAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Num quadro de crise estrutural do capitalismo e de avanço de políticas econômicas e sociais que retiram direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em escala global, num quadro de crescimento das opressões e de repressão às lutas contra as opressões, qualquer processo de formação da consciência contrário aos interesses dos capitalistas e dos defensores de sua conservação sofre vigilância, perseguição e criminalização.

Só no último ano, diversos líderes da luta pela reforma agrária e urbana, da luta indígena e quilombola, dos movimentos de mulheres, antirracistas e LGBT, diversos dirigentes dos movimentos estudantis e sindicais e diversos professores que desenvolvem projetos de formação e intervenção para a luta contra as opressões e a luta anti-capitalista foram assassinados, perseguidos, investigados, judicializados, criminalizados e levados ao desespero e ao suicídio, numa tentativa autoritária de conter e impedir a reação dos oprimidos contra os múltiplos ataques que temos sofrido. São exemplos recentes as ameaças de morte que docentes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM /UFBA) estão sofrendo em virtude de suas pesquisas sobre Gênero, a sindicância aberta ao Prof. Marcos Sorrentino, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da USP por realizar uma atividade de extensão destinada ao atendimento de trabalhadores do campo ligados aos movimentos sociais camponeses e o inquérito policial contra o Prof. André Mayer, da UFOP por realizar atividade de pesquisa sobre o comunismo.

Mais que nunca faz-se necessária a atenção e a mobilização de recursos financeiros, de propaganda e assessoria jurídica dos coletivos de luta (como a Frente Escola sem Mordça), dos partidos e dos sindicatos em defesa dos lutadores e lutadoras atingidos por estes processos persecutórios, em um gesto crucial para o reforçar das nossas fileiras, sinalizando nosso firme propósito de solidariedade de classe e unidade na luta!!!

TR – 40

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, em caráter emergencial, constitua uma comissão interna que ficará responsável pelo levantamento, acompanhamento e denúncia dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político promovidos pelos aparelhos repressivos do Estado ou por grupos reacionários organizados dentro e fora das Universidades com o fim de repressão e cerceamento da liberdade de investigação, de ensino, de aprendizagem, de mobilização e de luta. Esta comissão deverá se articular de forma mais ampla aos coletivos de luta, dos partidos e dos sindicatos . Quando necessário, deverá ser prestada assessoria jurídica às lutadoras e lutadores criminalizados.
2. Que o ANDES-SN destine recursos especiais para o deslocamento dos membros desta comissão, assim como para a imediata produção de instrumentos de divulgação dos casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político.
3. Que o ANDES-SN alerte às seções sindicais para a necessidade de ampliação e sustentação desta comissão de modo a que constituamos uma ampla rede para a capacidade de rápida divulgação e proteção dos nossos lutadores e lutadoras.
4. Que as seções sindicais e secretarias regionais do ANDES-SN fortaleçam as Frentes Escola Sem Mordça estaduais e municipais onde existirem e estimulem a criação onde ainda não existem.

REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS

TEXTO DE APOIO

Com a caracterização de tamanha quantidade de agrotóxicos que vem entrando em todo o agro ecossistema e, estando o GTPAUA (Grupo de Trabalho de Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais) do Paraná, situado no segundo dos estados maiores consumidores (o segundo) de agrotóxicos do Brasil, temos a incumbência de orientar algumas práticas para que haja em curto prazo de tempo, uma redução do uso de agrotóxicos no estado e consequentemente no País. Para que ocorra a orientação desta prática, a pulverização aérea deve ser proibida e fiscalizada com maior eficiência. A deriva causada na pulverização aérea contamina por parcela atores da sociedade civil, os quais não estão inseridos nessa prática e suas terras, as quais não são alvo, da mesma contaminação. Em novembro de 2017 o ministério público juntamente com o IBAMA iniciaram a operação Deriva II que consiste em uma apuração das condições e dos produtos e formas utilizados na prática, para antes de proibir, coibir os exageros e o uso indevido. Obteve 2,7 milhões em multas aplicadas tamanhas irregularidades. Para que as minorias não sejam desrespeitadas no seu direito de escolha de consumir, ou não, diretamente tais substâncias (7 litros per capita) e, se possível, ser cabível indenização nestes casos. O rastreamento das intoxicações crônicas e agudas através dos órgãos públicos ainda é tímida mediante as ocorrências. A saúde perde, pois para o tratamento de saúde nestes casos, geralmente são para uma vida toda, quando crônicos tamanhos danos ocorridos. O meio ambiente perde, pois, os laudos não são feitos e as moléculas presentes na água e no solo não podem ser rastreadas, recaindo para terceiros, estas obrigações que seriam do mantenedor da marca. A riqueza natural do País é convertida em negócio para a corrupção e, não em benefícios sociais. Enquanto isso, os benefícios fiscais para a entrada dos produtos no País, fomentam o uso e consequentemente as contaminações, sem que esta seja de imediato evidenciada mediante os entraves existentes. Na campanha para redução do uso de Agrotóxicos iniciada em 2017 no Paraná, O PRONERA (Programa Estadual de Redução de Agrotóxicos) teve um manifesto em seu apoio e contou com a assinatura de inúmeros movimentos sociais, pesquisadores e instituições que se apropriaram da causa em prol de uma mudança, a curto e médio prazo, no que tange a legislação dos Agrotóxicos, travando a discussão com a saúde pública e do trabalhador, sendo que a situação atual, encontra-se caótica. No período de 2010 a 2015, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em média, 753 casos por ano de intoxicação por agrotóxicos no Paraná. Estudo deste ano, de pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz, apontou para a associação entre as malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas do estado. O CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) redigiu um documento endereçado ao governador do estado pedindo providências já que dos 50 agrotóxicos mais utilizados no Brasil 22 são proibidos em outros países da Europa. A Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) em seu dossiê com 628 páginas, transcorre longamente sobre as consequências do uso de agrotóxicos e demonstra que o caminho a se trilhar

cientificamente já foi trilhado, agora o caminho que se mostra é político, e precisa ser conquistado para que tamanha produção de argumentos, não seja perdida sem providências tomadas. Em São Paulo, novembro de 2017, foi disponibilizado online um documento de mais de 600 páginas intitulado “A geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a UE”, pela professora Larissa Bombardi da USP, aponta que a contaminação da água é o que mais chama a atenção, com a lei brasileira permitindo limite 5 mil vezes superior ao máximo que é permitido na água potável da Europa. No caso do feijão e da soja, a lei brasileira permite o uso no cultivo de quantidade 400 e 200 vezes superior ao permitido na Europa. De acordo com os órgãos de controle em 2008 foram utilizadas 98 mil toneladas e em 2015, 320 mil toneladas, sendo este aumento enfreado até 2017. O projeto de extensão da UFPR, Observatório do uso de agrotóxicos e suas relações com a saúde humana, tem acolhido denúncias que são encaminhadas ao Ministério Público e ao Ministério do Trabalho, para que sejam tomadas as devidas providências. Ou seja, nos posicionarmos incorpora mais uma manifestação e atuação na luta destes que já a encamparam para que seja possível o fortalecimento.

TR - 41

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Que se promova um seminário com o Tema Desafios para a redução dos Agrotóxicos no País, e com este fomentar a Campanha para redução do uso de agrotóxicos no País em 2018. Estar representado no Fórum das águas este tema.

TEXTO 42

Contribuição do professor André Mayer – sindicalizado da ADUFOP Seção Sindical

O “FIM DA ERA DOS DIREITOS” E A NECESSIDADE DE PAUTAR A LUTA PELA TRANSFORMAÇÃO RADICAL DA SOCIEDADE

TEXTO DE APOIO

Começamos pela resposta sempre dada, na melhor das hipóteses, à esta proposição: nós não somos um partido político. Somos um sindicato, com demandas corporativas. Fazemos lutas coletivas articulada ao conjunto da classe trabalhadora, mas nossa primeira ação deve estar voltada para defender “os direitos” da categoria docente.

É uma resposta justa, de gente séria, de luta.

Mas uma resposta que não dá conta da necessidade histórica em que vivemos!

Como pensar em um “plano geral de lutas”, tendo somente como referência a “defesa de direitos” e a “construção de políticas sociais”?

Este caminho - só, somente - está interdito, falido, para atender os “interesses” da categoria docente e do conjunto da classe trabalhadora.

Só quem ainda não percebeu o atual estágio da acumulação capitalista, ou já percebeu, mas mantém o sindicato preso à “categoria” e não à “classe”, vai continuar a defender - só, somente - aquelas proposições.

E que atual estágio da acumulação capitalista é este?

Quem trabalhou de forma determinante esta temática, foi Marx. Que aliás completaria 200 anos em 2018. Quem não conhece as categorias centrais da teoria social de Marx - esse deveria ser o primeiro item da política de formação do Andes... - não dá conta de capturar, de perceber as contradições da sociedade dominada pelo “sistema de controle do metabolismo social”, o capital.

No Capítulo XXIII, de sua obra madura - O Capital. Crítica da Economia Política - Marx expõe as determinações da Lei Geral da Acumulação Capitalista - que podemos apresentar, com a citação abaixo:

Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, *O capital. Crítica da Economia Política*. Boitempo Editorial, 2016, pág. 877)

Em uma unidade, acumulação de riqueza num polo e acumulação de miséria no outro!

Esta é a implacável e incontrolável Lei Geral da Acumulação Capitalista: não existe direito, nem política social alguma, que consiga alterar a determinação dessa Lei.

Por isso os direitos sociais são “formais”, atendem à uma conjuntura especial, a um público reduzido e não possui de fato efetividade.

Por isso as políticas sociais são insuficientes, restritivas, de alcance temporal e de abrangência limitada.

Direitos e políticas sociais compõe o quadro de alienação, que acabam, ao fim, por satisfazer a dinâmica do capital, enquanto modo de produção e reprodução da vida social.

Então vejamos: na década da graça de nosso senhor, 2007-2017.

1% mais ricos concentra 28% de toda a renda no Brasil, diz estudo (G1, 14.12.2017).

Relatório assinado por Thomas Piketty mostra que a concentração de riqueza no topo da pirâmide cresceu no país num período de 15 anos. A população 1% mais rica detinha, em 2015, 28% de toda a riqueza obtida no país. Em 2001, essa participação era de 25%, mostrou o relatório.

Enquanto os 50% mais pobres do Brasil eram mais de 71 milhões de pessoas em 2015, os 1% mais favorecidos somavam 1,4 milhão de pessoas. O estudo também aponta que os 10% mais ricos elevaram sua riqueza de 54% para 55% neste mesmo período.

IBGE: 1% mais ricos ganham 36 vezes renda média de metade da população. (Valor Econômico, 29.11.2017).

O grupo 1% mais rico da população brasileira tinha um rendimento médio (de todos os trabalhos) de R\$ 27.085 mensais em 2016, ou 36,3 vezes acima do que recebia a metade mais pobre da população naquele ano (R\$ 747,00).

Esse grupo mais rico da população era integrado por 889 mil pessoas, ao passo que a metade com menor rendimento era formada por 44,4 milhões de brasileiros.

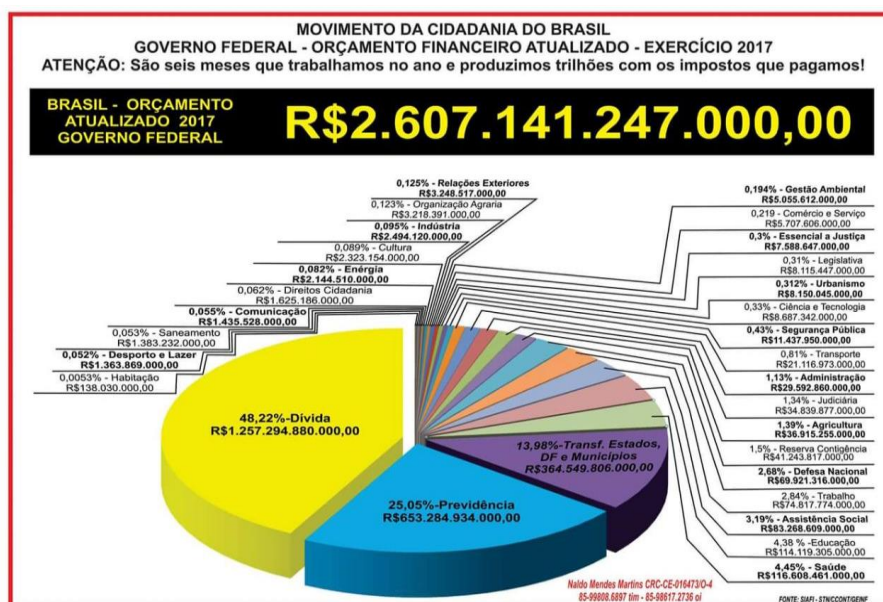
Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. (El País, Brasil, 25.09.2017)

Estudo da Oxfam revela que os 5% mais ricos detêm mesma fatia de renda que outros 95%.

Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) são as seis pessoas mais ricas do Brasil. Eles concentram, juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, ou seja, a metade da população brasileira (207,7 milhões). Estes seis bilionários, se gastassem um milhão de reais por dia, juntos, levariam 36 anos para esgotar o equivalente ao seu patrimônio. Foi o que revelou um estudo sobre desigualdade social realizado pela Oxfam.

O levantamento também revelou que os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95% da população. Além disso, mostra que os super ricos (0,1% da população brasileira hoje) ganham em um mês o mesmo que uma pessoa que recebe um salário mínimo (937 reais) - cerca de 23% da população brasileira - ganharia trabalhando por 19 anos seguidos. Os dados também apontaram para a desigualdade de gênero e raça: mantida a tendência dos últimos 20 anos, mulheres ganharão o mesmo salário que homens em 2047, enquanto negros terão equiparação de renda com brancos somente em 2089.

Orçamento 2017: impactos da Lei geral da Acumulação Capitalista / Ação do Estado



Então...

Com centenas, diria milhares de direitos postos pelas legislações, não conseguimos e não conseguiremos frear as determinações da Lei Geral da Acumulação Capitalista, no Brasil. (e no mundo...)

Aumentando a concentração de riqueza, aumenta a concentração-expansão da miséria.

E qual o papel do Estado nessa dinâmica?

Ora, qual foi o papel do Estado senão, nas últimas duas décadas, administrar politicamente o processo de acumulação capitalista e, de forma lenta ou abrupta, ir solapando os parques direitos e diminuindo a quantidade de recursos para as políticas sociais?

Pagamento de juros da dívida, que só faz aumentar; PEC-55/EC 95; reforma trabalhista; lei das terceirizações; aparato da violência policial e militar; criminalização da pobreza e dos movimentos sociais; assassinatos no campo e na cidade.

Não dá mais para só ficar “Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora”.

Um plano de lutas real, duro, precisa pautar também o debate sobre a necessidade histórica de uma transformação radical da sociedade.

Ou vamos simplesmente continuar a compor o quadro geral de alienação!

TR - 42

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. apontar como referência para o “plano geral de lutas”, a defesa dos direitos da categoria docente do ANDES-SN e pautar e agendar o debate sobre a necessidade histórica de uma transformação radical da sociedade, para que de fato possam ser atendidos os “interesses gerais” da categoria e de toda a classe trabalhadora.

TEXTO 43

Contribuição da diretoria da Adufrj-SSind: professora Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, professora Lúgia Bahia, professor Eduardo Raupp de Vargas, professora Maria Paula Araújo, professora Tatiana Sampaio, professor Fernando Pereira Duda e professor Felipe Siqueira Rosa

UNIVERSIDADE PARA A DEMOCRACIA

TEXTO DE APOIO

As universidades brasileiras estão sob forte ataque. Os cortes nos orçamentos incidem sobre as públicas de maneira extensa e intensa. A UERJ, que resiste, experimenta a maior recessão de sua longa trajetória de contribuição para o ensino, pesquisa e extensão. Simultaneamente, as forças anti-universidade pública propõem cobrança de mensalidades, ou seja o fim da gratuidade nos cursos regulares. O argumento falacioso

é que as universidades pesam muito no orçamento público e que a maioria dos estudantes que as frequentam pertence às classes altas.

Salários atrasados, limitação do número e valor irrisório de bolsas de pesquisa, desmonte institucional e redução drástica dos recursos para CT&I dificultam a manutenção das atividades cotidianas das universidades públicas. Essas condições restritivas, que a emenda constitucional do teto dos gastos prolonga pelos próximos 20 anos, afetam políticas públicas de educação fundamental, saúde, previdência, assistência social e cultura. Direitos sociais, especialmente os relacionados com emprego, aposentadoria e renda passaram a ser considerados privilégios pelo governo mais impopular da história do Brasil.

É preciso considerar, ainda, os efeitos da reforma trabalhista tanto nas universidades privadas, a exemplo das demissões em massa de professores pelo grupo Estácio, quanto sobre trabalhadores terceirizados contratados, já precarizados. Certamente, no próximo ano estaremos às voltas com a intensificação da oferta de postos de trabalho com contratos mais desfavoráveis aos professores de instituições privadas e aumento dos abusos e rotatividade de funcionários de serviços relevantes para a infraestrutura das universidades públicas.

O "desinvestimento" no público conjugado com a desidratação da legislação trabalhista e fechamento de canais de diálogo com entidades sindicais e movimentos sociais resulta em um regime político e econômico que acentua desigualdades, oprime e reprime. Privatizações de empresas estatais, desregulamentação de direitos, corte dos orçamentos para educação e CT&I e seus contrapontos - mais prisões, mais homicídios de jovens negros e mais massacres de assentamentos rurais -, afastam as perspectivas de inserção soberana do Brasil no cenário internacional.

Esse cenário impõe imensos desafios interpretativos e de organização política às universidades brasileiras. Temos uma dupla tarefa: a produção e difusão de conhecimentos sobre as estruturas e as conjunturas gerais e específicas que atingem negativamente as políticas públicas, e a defesa intransigente das conquistas sociais, da Constituição de 1988 e da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Em 2018, a Constituição Cidadã completa 30 anos de vigência. Cada sala de aula, cada reunião, cada assembleia poderá se tornar, assim como as praças e ruas, um espaço de debates e organização de atividades de luta, de defesa, e de afirmação dos direitos de cidadania. As universidades deverão permanecer abertas, ativas para ampliar suas articulações com entidades da sociedade civil e com todos e todas que possam contribuir para reflexões e ações que resgatem as expectativas de construção de uma sociedade justa e igualitária.

TR - 43

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** As universidades devem manter suas atividades acadêmicas e realizar esforços para debater com a sociedade a atualidade da Constituição de 1988, considerando seu caráter cidadão e as políticas públicas setoriais de ampliação de acesso a bens e serviços públicos, especialmente a Previdência Social;
- 2.** Solidariedade aos docentes, técnico-administrativos e alunos da UERJ, da UEZO e UENF. Pela preservação e ampliação do orçamento e repasses de recursos para as universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro;

3. Recomposição do orçamento para CT&I e reestruturação do Ministério de Ciência e Tecnologia;
4. Revogação da Emenda Constitucional 95;
5. Contra a redução dos orçamentos das Fundações de Amparo à Pesquisa. Pelo cumprimento dos repasses previstos nas legislações estaduais;
6. O Andes-SN recomenda que todos os docentes de universidades públicas e privadas discutam com os alunos a Constituição de 1988 com os alunos no primeiro dia de aula; os professores devem entrar nas salas de aula com a Constituição de 1988 em mãos.

TEXTO 44

Contribuição do(a)s professore(a)s Sandra Helena Dias de Melo, Jaqueline Bianque de Oliveira, Hélio Fernandes de Melo, Hélio Cabral Lima, Levy Paes Barreto, José Nunes da Silva, Argus Vasconcelos de Almeida, Cauê Guion de Almeida, Júlia Figueredo Benzaquen, Raimundo Luiz da Silva, Jadson Augusto de Almeida da Silva, Nilson Felix da Silva, Zenilde Moreira Borges de Moraes – Sindicalizado(a)s da ADUFERPE Seção Sindical

O ADIAMENTO DA GREVE NACIONAL E OS DESAFIOS DO ANDES-SN E DA CSP-CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

A máxima *Quem bate cartão não vota em patrão* defende o princípio e a orientação de que trabalhador/a não deve se unir com aquele que ataca a classe trabalhadora ou seus direitos. No entanto, o capital, para garantia de seu avanço, forja alianças nefastas entre representantes da classe trabalhadora e da burguesia. Assim, criam-se os Governos de Frente Popular, ensinando para o que bate cartão como princípios podem ser rompidos. Tais governos são diferentes no sentido de que uma fração da classe trabalhadora acredita que este é seu governo; mera ilusão, simplesmente porque é impossível conciliar interesses antagônicos, posto que os donos dos meios de produção (indústrias, banqueiros, donos do Agronegócio etc.) visam cada vez mais aumentar os seus lucros nas costas da classe trabalhadora. O efeito desses governos sobre as organizações de esquerda é avassalador. A recente vitória eleitoral do grupo “Renova Aduferpe” para a diretoria e o Conselho de Representantes da ADUFERPE, no dia 8/11/17, demonstra a expectativa da nossa categoria local num processo de renovação da direção, derrotando a chapa da antiga diretoria e também a chapa do Coletivo 2012. Entretanto, o grupo da diretoria passada, esvaziado e imobilista, e o grupo “Renova Aduferpe” são faces da mesma moeda: os dois apoiam o “Fórum Renova ANDES”, movimento nacional de oposição à atual diretoria do ANDES-SN. O grupo “Renova Aduferpe” conseguiu se eleger, fundamentado numa narrativa do golpe e no discurso de defesa da “democracia” (como valor universal, burguesa, em defesa do “estado democrático de direito”), tendo sido um dos organizadores na universidade do Coletivo Geral da UFRPE pela Democracia, que se constituiu na sua base de articulação eleitoral. Em vista dos desafios da luta sindical e dos seus caminhos, é necessário refletir sobre o apelo do

grupo “Renova Aduferpe/Andes”, cuja promessa teve como mote inovar e fazer um movimento sindical diferente. A ideia de renovação pode ser atrativa, mas, no contexto local e nacional do movimento docente, também gera desconfiança. Pois bem, é preciso deixar claro que este grupo está vinculado a uma corrente sindical nacional denominada “Fórum Renova Andes”, que acirrou suas críticas ao nosso Sindicato Nacional, a partir do momento em que o ANDES-SN não se tornou trincheira de defesa dos governos do PT no episódio do “golpe”. Na sua disputa por dentro da entidade, este fórum em vez de se unir à classe trabalhadora e promover a organização desta para a derrubada de Temer passou a atacar a diretoria do ANDES-SN, na sua própria base, bem como a difamar as plenárias dos Congressos do Sindicato Nacional, historicamente contruídas no suor da categoria docente em luta. Nacional e localmente, a partir da corrente Renova Andes, omite-se a luta sindical no período de ataques dos governos Lula e Dilma à categoria docente e à classe trabalhadora.

Não parece contraditório que um sindicato de servidores/as públicos/as saia na defesa de um governo que foi nosso patrão? Não é, no mínimo, discrepante que se reivindique ao ANDES-SN, atacado diversas vezes pelo governo petista, que saia em defesa deste, como se a classe trabalhadora antes não estivesse já sendo golpeada, inclusive por este mesmo governo e seus aliados? Nessa correlação de forças, quem tem sido atacado por quem? E quem ficou mesmo com o papel de defender intransigentemente os direitos dos/as professores/as diante de qualquer governo ou partido político?

Parte das mazelas que atingem a universidade pública, nossa categoria e a classe trabalhadora de conjunto, intensificam-se desde o governo FHC, sem trégua significativa nos governos petistas. O “Renova Andes”, nacionalmente, reagiu negativamente à construção da greve de 2015 para não desestabilizar o governo da Presidenta Dilma, mesmo diante dos graves cortes que vinham sendo implementados nas verbas da educação pública: aproximadamente 10 bilhões de reais!

Não concordamos com a crítica veemente feita pelo “Renova Andes/Aduferpe” à atual diretoria do ANDES-SN, que não está “paralisada” e tem tomado a frente nas lutas de resistência às contrarreformas do governo Temer, honrando a história de lutas do ANDES-SN. O ANDES-SN vem tomando suas decisões de uma forma extremamente democrática, com uma atuação de mais de 30 anos em defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. O famoso “não posicionamento” em relação ao “golpe” tem a ver com o entendimento da impossibilidade de defender um governo que apostou na colaboração de classes com a burguesia; foi nosso patrão e manteve os cortes nas verbas da educação pública, aumentou investimentos em PROUNI e FIES para enriquecer os tubarões da educação privada, alterando inclusive o PNE para isso; desconsiderou as reivindicações da categoria em campanhas salariais recorrentes, apesar da expansão universitária, aumentou também a precarização das condições de trabalho e a intensificação do trabalho docente.

No seu último documento divulgado antes da eleição, o “Renova Aduferpe” tenta se afastar do PROIFES classificando suas estratégias de “divisionistas”. Mas não podem apagar a história, senão vejamos: o sindicato PROIFES nasceu no seio da CUT em 2008, no evento de fundação na sede da CUT-SP, estavam presentes diversos dirigentes da CUT em apoio à fundação do novo sindicato cutista, entre os quais, Júlio Turra, uma das principais lideranças da corrente “O Trabalho” do PT, que integra o grupo “Renova Andes”, o qual se acomodou na burocracia da CUT e transformou-se em um assessor dos burocratas para assuntos políticos. A sua corrente é parte de todo o processo de colaboração de classes que se montou nesses 12 anos de governo do PT.

Para confirmar tal postura, basta ver a reação da atual diretoria da ADUFERPE: em nota divulgada no dia 1/12, ao adotar um tom tímido e rebaixado diante da vergonhosa traição à classe trabalhadora no “adiamento” da greve nacional do dia 5/12/2017 feito pela CUT e outras centrais pelegas, atrelando as deliberações de luta da classe trabalhadora às manobras do parlamento corrupto e do ilegítimo governo Temer, que não conseguiram ainda os votos necessários para aprovar a contrarreforma da Previdência (PEC 287/2016). Alegando a “falta de condições objetivas” para manter a greve nacional do dia 5/12, a CUT e outras centrais pelegas impuseram o seu “adiamento” sem consultar as bases sindicais. Chama atenção como a referida nota da diretoria da ADUFERPE esconde da categoria as vigorosas reações ao tal “adiamento”, feitas pelo ANDES-SN e pela CSP-Conlutas.

Cada dia mais se torna evidente que o adiamento da greve nasceu de um acórdão entre a CUT e as demais centrais pelegas e o presidente da câmara dos deputados, Rodrigo Maia (o mais autêntico representante da burguesia no parlamento) na quarta-feira dia 29/11, quando se deu a conversa. Na sexta, dia 01/12, suspenderam a greve, após o aviso de Maia de que não agendaria a votação da contrarreforma da previdência naquela semana. Isto é ou não uma traição à classe trabalhadora feita pelos burocratas das centrais sindicais pelegas? Mas agora a maré mudou, porque Temer e Maia já cabalaram os votos necessários dos corruptos congressistas para aprovar a contrarreforma e, nós trabalhadores, teremos de começar tudo de novo para organizar a greve geral.

Por sua vez, o “Renova-ANDES, seja local ou nacionalmente, tem repetido a cantilena do retorno da filiação do ANDES-SN à CUT que, apesar de ser a maior central sindical e a de maior possibilidade de mobilização, adotou uma postura de conciliação e de negociação com o patronato durante os governos do PT. Esse retorno tem sido negado na instância máxima de nosso sindicato, que é o Congresso do ANDES-SN. Para nós e para a maior parte da nossa categoria, assim como demonstrado nos últimos congressos do nosso Sindicato, se constituiu num retrocesso discutir retorno à CUT, na medida em que o ANDES-SN e toda a categoria estamos empenhados em consolidar nosso vínculo à CSP-Conlutas como uma proposta de central classista, sindical e popular. Faz-se necessário, neste momento, o fortalecimento político e financeiro da CSP-Conlutas nos estados, de modo que sejam criadas melhores condições de luta dos/as trabalhadores/as pelas bases para enfrentar o governo Temer ou qualquer outro governo que ataque à classe trabalhadora e à juventude brasileira. Também há necessidade de maior participação do ANDES-SN em acompanhar estadualmente esta direção de fortalecimento da nossa Central, para que consigamos alavancar as lutas e frear direções que ignoram até mesmo as deliberações de suas assembleias gerais no que tange a este fortalecimento mais local da CSP-Conlutas.

Congresso do ANDES-SN

No próximo congresso do ANDES-SN, defendemos a mais ampla unidade de ação para lutar, mas também o entendimento de que um programa para resolver a vida da classe trabalhadora tem necessariamente fronteiras de classe. Denunciamos a colaboração de classes, as falsas ideologias de “inclusão social” e “cidadania”; a utopia reacionária de humanização do capitalismo, o reformismo. Por isso mesmo, é preciso ter clareza que não é possível acordo estratégico, programático, entre reformistas e revolucionários.

Não podemos reforçar as ilusões na democracia burguesa, quando a classe avança rapidamente na experiência com o sistema. Temos, pelo contrário, que avançar em uma

organização por fora do sistema, ajudar a consciência dos trabalhadores a avançar. Em nome de uma “unidade da esquerda” se escamoteiam diferenças profundas, se esconde o balanço do que foram os governos federais do PT e do que os governos estaduais e municipais do PT e PC do B estão fazendo: governando de maneira análoga a Temer!

Nosso caminho não é o das eleições, não é o da unidade estratégica entre opostos. Nosso caminho é o das lutas, da auto-organização de nossa classe, da independência frente a governos e patrões, da autonomia em relação a partidos políticos e da organização das lutas baseada na democracia operária. Esse é o caminho que o ANDES seguiu até hoje e pelo qual deve continuar avançando. Não a qualquer retrocesso, mesmo que disfarçado de renovação.

TR - 44

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** Aprofundar as ações e as políticas do ANDES-SN com a CSP-Conlutas, na luta pela organização independente da categoria docente como parte indissociável da classe trabalhadora.
- 2.** Desenvolver ações no sentido de ampliar a participação das Seções Sindicais nas Reuniões das Coordenações Estaduais e Nacional, bem como no Congresso da CSP-Conlutas.
- 3.** Estimular a participação dos Diretores do ANDES-SN nas Reuniões das Secretarias Executivas Estaduais da CSP-Conlutas, na qualidade de Observador.
- 4.** Que o GTPFS realize um levantamento para verificar como está a relação Política e Financeira das Seções Sindicais com a CSP-Conlutas, e a partir daí incentivar o aprofundamento da relação com a nossa Central.
- 5.** Que os Encontros das Regionais do ANDES-SN debatam a relação Política e Financeira das Seções Sindicais com a CSP-Conlutas, no âmbito de cada regional.

TEXTO 45

Contribuição do(a)s professore(a)s Tatiana Walter (APROFURG); Eduardo D. Forneck (APROFURG); Jaqueline Durigon (APROFURG); Caio Floriano dos Santos (APROFURG); Márcia Umpierre (APROFURG); Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS); Gustavo Borba de Miranda (APROFURG); Henrique Andrade Furtado de Mendonça (ADUFPEL); Eduardo Antunes Dias (APROFURG); Sérgio Botton Barcelos (APROFURG); Cristiano Ruiz Engelke (APROFURG); Jussemar Weiss Gonçalves (APROFURG); Ubiratã Soares Jacobi (APROFURG); Manoel Luis Martins da Cruz (APROFURG); Sibebe da Rocha Martins (APROFURG); Eder Dion de Paula Costa (APROFURG); Carlos R. S. Machado (APROFURG).

INTENSIFICAR E DAR CONTINUIDADE À LUTA UNIFICADA JUNTO AOS DEMAIS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CIDADE E DO CAMPO.

TEXTO DE APOIO

O ano de 2017 foi marcado por um processo de perda de direitos das mais diversas ordens. Dentre eles, verificam-se alterações no marco legal de políticas públicas associadas às questões agrárias, rurais e ambientais que culminam em maior vulnerabilidade das populações tradicionais e de moradores das periferias urbanas. Uma análise classista associada às questões de gênero, raça, geracionalidade, dentre outras, deflagra que tais processos resultam em maior exclusão social e, em mecanismos que culminam em *racismo ambiental*¹. Não menos relevante é o reflexo de tais alterações sobre o patrimônio histórico e ambiental de diversos *campi* das Universidades.

A velocidade em que ocorre a flexibilização do marco legal, tanto na promulgação de emendas constitucionais como por meio de medidas provisórias ou por simples portarias ministeriais, demanda vigilância constante. Este é o caso da publicação, em 12 de julho de 2017, da Portaria nº 113 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que transfere as praias da União, de todo litoral marítimo brasileiro e também dos rios, para gestão dos municípios. Tal medida, não se encontra no marco das políticas agrárias, urbanas ou ambientais diretamente, mas tem reflexos sobre a mesma, uma vez que permite a decisão, pelos municípios, sobre sua orla no que tange a sua função social. Ou seja, possibilita a expansão do capital, por meio da instalação de *resorts*, condomínios, marinas, portos que revestidos de um *bem social* se apropriam do bem comum e expropriam as populações tradicionais cujos meios de vida dependem do

¹Racismo Ambiental é o conjunto de práticas e ideias das sociedades e de seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. O termo surge da deflagração de que o acesso ao meio ambiente de qualidade, bem como da poluição, não é universal recaindo a determinados grupos da população a poluição, bem como, lhes sendo negado acesso ao território e aos recursos ambientais necessários a manutenção dos seus modos de vida.

ambiente aquático, tais como pescadores artesanais e populações ribeirinhas e que se encontram assentadas neste território.

Neste sentido, o 62º CONAD – Conselho do ANDES/SN – realizado entre 13 e 16 de julho de 2017, apresentou atualizações importantes às deliberações do 36º Congresso que continuam atuais (ver quadro ao final do texto).

Somado a ele, outras atividades realizadas pelo GTPAUA ao longo do ano mantém o caráter de vigilância e de luta unificada junto a outros movimentos sociais do campo e da cidade, necessários ao momento atual. Ênfase é dada a atividade realizada pelo ANDES/SN em Pelotas, no dia 27 de Agosto de 2017 cujo intuito foi explicitar a articulação entre as questões agrárias, urbanas e ambientais às questões de classe, étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual. E ainda, ao 1º Seminário Nacional do GTPAUA intitulado “Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas” organizado em conjunto com a APRUMA entre 23 e 25 de Novembro deste ano em São Luis, no Maranhão.

Este último, não apenas propiciou reflexões acerca da correlação entre expropriação da natureza, da cidade e do campo à expropriação dos trabalhadores, como demarcou possibilidades concretas de ação junto aos movimentos sociais que se opõem a constante perda de direitos sociais. Em especial, uma atividade junto a comunidades de pescadores artesanais da auto-denominada e auto-demarcada Reserva Extrativista do Tauá Mirim que enfrentam a expansão da atividade portuária sobre seu território em São Luis do Maranhão.

Antecederam este evento, diversas outras atividades realizadas pelas seções sindicais que atuaram igualmente no sentido de unificar a luta aos movimentos sociais da cidade e do campo e junto às populações tradicionais. Destaca-se aqui, as ações do GTPAUA/APROFURG que tem oferecido assessoria técnica, por parte da comunidade universitária, aos movimentos sociais na luta contra a atividade de mineração no sul do Rio Grande do Sul. Em síntese, por meio de pareceres técnicos sobre os processos de licenciamento ambiental têm sido apontadas as fragilidades, incoerências e inconsistências de forma a acionar distintos órgãos, dificultando ou mesmo impedindo a inserção desta atividade no território. Tais ações têm servido, ainda, a ampliação da luta, de forma a mobilizar parte da população local para além das populações afetadas e dos movimentos sociais.

Consequentemente, há necessidade de novas ações que sigam dando continuidade àquelas realizadas em 2017, junto a outras, que consolidem a luta articulada a outros Movimentos Sociais a fim de enfrentar a expansão do capital e a constante perda de direitos sociais sobre o campo e a cidade.

Atualização do Plano de Lutas de Política Agrária, Urbana e Ambiental

O 62º CONAD delibera:

- 1. Denunciar permanentemente a ofensiva reacionária do latifúndio/agronegócio/mineração contidas nos PL, MP, CPI com consequências deletérias para as populações originárias, tradicionais, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, por meio da imprensa sindical e em eventos políticos e sindicais nos quais o Andes-SN tenha participação.*
- 2. Articular, com as entidades sindicais e movimentos sociais, lutas concretas contra a ofensiva do latifúndio, agronegócio, mineração e políticas energéticas e logísticas neodesenvolvimentistas a fim de frear os avanços sobre as*

conquistas e direitos das populações originárias, tradicionais, pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais.

3. *Lutar contra a aprovação dos PL nº 6442/2016, PLS nº 654/2015 e das PEC nº 215/2000, PEC nº 65/2012, que, em geral, afetam licenças ambientais em áreas indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais e que alteram as reservas legais. Exigir a revogação de leis que retiram direitos e conquistas das populações originárias, tradicionais, pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais.*
4. *Lutar pela revogação da Lei 13465/2017 (MP 759) que aprovou novas regras para regularização fundiária, autorizando a venda de terras públicas no campo e na cidade. Tal lei facilita a concentração fundiária, a grilagem de terras, a degradação ambiental, vulnerabilizando ainda mais as comunidades tradicionais e pobres do campo e da cidade e também facilite a alienação imobiliária nas universidades.*
5. *Construir via as secretarias regionais e seções sindicais do Andes-SN, ações de apoio político e logístico aos movimentos sociais de ocupação de trabalhadores do campo e da cidade.*
6. *Lutar contra a aprovação do PL 4059/2012 e seu substitutivo que autoriza venda de terras aos estrangeiros sem estipular limites.*
7. *Promover uma ampla discussão com a sociedade sobre o destino final das diferentes demandas por recursos naturais, que geralmente surgem por demandas do capital.*

TR - 45

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que as seções sindicais realizem eventos em articulação com os movimentos sociais a fim de subsidiar a realização do 2º Seminário Nacional em 2018 com o tema "Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas", contribuindo com a organização das lutas locais e sua articulação com as lutas nacionais, nos mesmos moldes que o seminário de 2017.
2. Articular e consolidar uma rede de docentes, por meio das Seções Sindicais, que prestem assessoria aos movimentos sociais e populações tradicionais que enfrentam a expropriação de seu território devido à implementação de empreendimentos de grande porte ou à apropriação dos bens comuns.
3. Dar continuidade a parceria com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) sobre o levantamento dos processos legislativos federais que normatizam as políticas públicas federais relativas às questões agrárias, urbanas e ambientais que resultem na expropriação dos trabalhadores e do ambiente.
4. Produzir, a partir da realização do 1º Seminário Nacional, dos Seminários realizados pelas Seções Sindicais e do material fornecido pela DIAP, materiais e/ou publicações, que promovam a capilaridade das temáticas do GTPAUA nas seções sindicais e na base da categoria.
5. Defender os docentes que vem sendo constrangidos ou criminalizados por atuarem junto aos Movimentos Sociais atinentes às questões agrárias, urbanas e ambientais.

- 6.** Denunciar permanentemente a ofensiva reacionária do latifúndio, agronegócio, mineração contidas nos PL, MP, PEC e CPI com consequências deletérias para as populações originárias, tradicionais, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, por meio da imprensa sindical e em eventos políticos e sindicais nos quais o Andes-SN tenha participação.
- 7.** Articular, com as demais entidades sindicais e movimentos sociais, lutas concretas contra a ofensiva do latifúndio, agronegócio, mineração e políticas energéticas e logísticas neodesenvolvimentistas a fim de frear os avanços sobre as conquistas e direitos das populações originárias, tradicionais, pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais.
- 8.** Lutar contra a aprovação dos PL nº 6442/2016, PLS nº 654/2015 e das PEC nº 215/2000, PEC nº 65/2012, que, além de fragilizar o controle da coletividade sobre a utilização dos recursos naturais, ameaça a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de conservação. Exigir a revogação de leis que retiram direitos e conquistas das populações originárias, tradicionais, pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais.
- 9.** Lutar pela revogação da Lei 13465/2017 (MP 759) que aprovou novas regras para regularização fundiária, autorizando a venda de terras públicas no campo e na cidade.
- 10.** Construir via as secretarias regionais e seções sindicais do Andes-SN, ações de apoio político e logístico aos movimentos sociais de ocupação de trabalhadores do campo e da cidade.
- 11.** Lutar contra a aprovação do PL 4059/2012 e seu substitutivo que autoriza venda de terras aos estrangeiros sem estipular limites.
- 12.** Promover uma ampla discussão com a sociedade sobre o destino final das diferentes demandas por recursos naturais, que geralmente surgem por demandas do capital.

TEXTO 46

Contribuição do(a)s professore(a) Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço(ADUFAL), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ailton Silva Galvão (ADUFAL), Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira (ADUFAL), Antonio Eduardo Alves de Oliveira (APUR), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert (APESJF), Carlos Eduardo Muller (ADUFAL), Carolina Nozella Gama(ADUFAL), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB), Dailton Lacerda (ADUFPB), Domingos Sávio Corrêa (ADUFAL), Elisa Guaraná de Castro (ADUR-RJ), Emmanoel Lima (SINDURCA), Eron Pimentel (ADUFEPE), Eudes Baima (SINDUECE) Everton Lazzaretti Picolotto (SEDUFSM), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Fátima Aparecida Silva (APUR), Falcão Vasconcellos Luiz Gonzaga (ADUFU), Flávio Dantas (ADUFERPE), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Felipe Bacani (ADUFOP), Frederico Costa (SINDUECE), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Giselle Moreira (APESJF), Helder Molina (ASDUERJ), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Tarcísio Lima (ADUFLA), Julio Cesar Costa Campos (ASPUV), Karina Cordeiro (APUR), Kátia Lima (SINDURCA), Irailde Correia de Souza Oliveira (ADUFAL), Jailton de Souza Lira (ADUFAL), Leni Hack (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Luiz Eduardo Simões de Paula (APRUMA), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUNB), Márcia Morschbacher (SEDUFSM), Marco Antonio Acco (ADUFPB), Marco Botton Picci (SEDUFSM), Maria Aparecida Batista de Oliveira (ADUFAL), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria do Carmo de Carvalho e Martins (ADUFPI), Maria do Socorro Menezes Dantas (ADUFAL), Maria Lenúcia Moura (SINDUECE), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Melina Silva Alves (ADUFPB), Nayara Severo (ADUSC), Onete Lopes (ADUFF), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Simone Cerqueira Pereira Cruz (APUB), Tarcísio Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)

FAZER UM VERDADEIRO BALANÇO DA FILIAÇÃO À CSP-CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

Nesses quase dois anos de luta do povo brasileiro contra o golpe, foi notável o aprofundamento do isolamento de nosso sindicato em relação às principais organizações dos trabalhadores, da juventude, do movimento popular, de luta pela terra e por moradia.

O curso de isolamento do ANDES-SN, a esdrúxula prática de escolher de antemão os aliados em ações comuns, exclusivizando o que a atual direção classifica arbitrariamente como “classistas”, a extrema resistências às ações unitárias têm uma origem, a filiação à CSP-CONLUTAS. Foi o que se viu, por exemplo, da resistência extrema de nossa diretoria em aderir ao 15 de março de 2017 (15M), adesão que exigiu um debate exaustivo no Congresso de Cuiabá.

Esta organização, no momento decisivo da luta de classes, acabou por fazer o papel de flanco esquerdo do golpe no Brasil. Considerando a deposição de Dilma pelo golpismo como positivo, comemorou na linha de “a primeira já foi”. Mas nem a violenta ofensiva contra os direitos parece fazer a CSP-CONLUTAS mudar de opinião. Em seu último congresso, reafirmou a negação do golpe e inscreveu entre suas bandeiras a derrubada do Governo Maduro na Venezuela. Do sectarismo, esta organização passa diretamente à

colaboração com o imperialismo. Senão vejamos, segundo matéria do site da CSP-CONLUTAS, apresentando as resoluções,

Herbert Claros, que apresentou a proposta, ressaltou que isso não significa uma “onda reacionária”, mas é o capitalismo em sua face “nua e crua” (...) HEBERT TAMBÉM REFUTOU A IDEIA DE "GOLPES" CONTRA OS GOVERNOS DE CONCILIAÇÃO DE CLASSE, COMO NO BRASIL. ESSES GOVERNOS APLICARAM A POLÍTICA DO IMPERIALISMO, DISSE. (Destaques nossos).

Sobre a Venezuela, o site da CSP-Conlutas diz que “a resolução defende que a CSP-Conlutas se posicione CONTRA O GOVERNO DE NICOLÁS MADURO, a direita organizada na MUD e o imperialismo, responsáveis pelos ataques e miséria impostos ao povo venezuelano”. (Destaques nossos). Como se vê, se repete em relação à Venezuela a tentativa de igualar todos, mas propondo concretamente a queda de Maduro, já que a direita (MUD) não está no governo.

Não é razoável que o Andes-SN, uma das pilastras da CSP-CONLUTAS, siga sustentando, sem balanço nenhum, esta organização. É necessário que este Congresso do nosso sindicato abra um verdadeiro debate acerca desta filiação.

Tal decisão já foi tomada em congresso anterior e, inclusive, um CONAD sobre o tema foi convocado. Contudo, nem a discussão foi impulsionada na base e nem o CONAD convocado abordou a questão.

É hora de um debate democrático, amplo e sem preconceito sobre a temática!

TR – 46

O 37º CONGRESSO DO ANDES SE POSICIONA:

O 37º Congresso do ANDES-SN decide abrir em todas as seções um amplo debate de balanço da filiação do sindicato à CSP-CONLUTAS, que culminará num CONAD extraordinário destinado exclusivamente a este debate, com vistas a decidir sobre esta filiação no próximo Congresso.

TEXTO 47

Contribuição da Diretoria da ADUFERPE e do(a)s professore(a)s, Beth Lima (ADUSP), Davi Romão (APUR), Domingos Sávio Garcia (ADUNEMAT), Everaldo Andrade (ADUSP), Fernando Cunha (ADUFPB), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Jean-Pierre Chauvin (ADUSP), Julio César Costa Campos (ASPUV), Jurandir Gonçalves Lima (ADUFPI), Lisleandra Machado (APESJF), Luciene Neves (ADUNEMAT), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Maria Caranez Carlotto (ADUFABC), Maria de Lurdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Silvina Carrizo (APESJF)

DEFESA DA DEMOCRACIA NAS UNIVERSIDADES, INSTITUTOS FEDERAIS E NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

Nosso país vive uma onda de repressão dirigida a organizações e políticos de esquerda, em geral, movimentos sociais, universidades, escolas e artistas. Esse movimento tomou diversas formas nos últimos meses com a proibição de realização de atividades e exposições artísticas, conduções coercitivas aplicadas de maneira abusiva, violando à Constituição, demissão de professores, a prisão de dirigentes do MST e do MTST, entre outros fatos que nos fazem temer pelas ainda poucas conquistas democráticas do povo brasileiro.

Nas universidades, isso tomou forma na proibição de grupos de estudo que tinham como temática o marxismo (como ocorreu na UFMG); a proibição de “atos a favor ou contra o Impeachment”, visando impedir a manifestação da comunidade universitária contra a derrubada do governo anterior pelo atual ilegítimo (ocorrida em Goiás visando a reitoria da UFG, mas que foi usada em âmbito nacional, como na realização de atos em órgãos públicos no Amazonas); e, mais recentemente, pela condução coercitiva a reitores da UFSC e da UFMG.

No caso da UFSC, o Ministério Público, não satisfeito com a condução coercitiva abusiva, ainda prendeu e fez passar por revista íntima o reitor (só solto por decisão de outro órgão jurídico), além de o destituir de seu cargo e o impedir de entrar na universidade, o que acabou por resultar em seu suicídio.

Para quem viveu, ou conhece minimamente a história da Ditadura e como se deu a repressão nas universidades na época, salta aos olhos algumas semelhanças. O nome da operação realizada na UFMG, “Esperança Equilibrista”, é uma provocação aberta, dirigida a associar as denúncias à ditadura à corrupção, como fazem os grupos de extrema-direita desde que vários presos políticos receberam justas indenizações (seu alvo, como se sabe, foi o “**Memorial da Anistia Política do Brasil**”). No caso da UFSC, embora não tão explícita, a associação com a ditadura é ainda mais grave; como chamou a atenção Roberto Romano, em seu artigo “Suicídio do reitor ou da universidade livre?”², que

²Publicado originalmente no Jornal da Unicamp, <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/roberto-romano/suicidio-do-reitor-ou-da-universidade-livre> no dia 4 de outubro de 2017.

O primeiro traço a chamar nossa memória encontra-se em algo que desagrega toda sociedade, em especial a reunida nos campi. Trata-se da abjeta delação que volta a ser empregada como instrumento repressivo por agentes do Estado, em setores midiáticos e na própria universidade. No caso em pauta, o estopim da crise reside numa delação contra o reitor. O dirigente foi preso e submetido ao escárnio público sem os mínimos requisitos de justiça, como o direito de ser ouvido antes de encarcerado. Os repressores e seus aliados da imprensa não se preocuparam um só instante com a sua honra e a dignidade do cargo por ele ocupado. Ele foi exposto à execração popular sem nenhuma prudência. Em país onde ocorrem a cada instante casos como o da Escola Base, os linchamentos reiteram a barbárie. Todos os pesquisadores e docentes que pensam e agem com prudência, recordam os procedimentos impostos à academia após o golpe de 1964. As cassações de funcionários, lentes, estudantes, anunciaram a posterior tortura, morte e aniquilação dos direitos. Delatores surgiram como cogumelos nas escolas de ensino superior, com os dedos em riste contra adversários ideológicos ou concorrentes bem-sucedidos aos cargos, pesquisadores com maior notoriedade junto aos poderes públicos, à comunidade universitária mundial, ao público. *O Livro Negro da USP* traz relatos nauseantes de prática acusatória e anônima, na qual as baixezas emulavam a covardia. Quem foi delatado perdia tudo e foi tangido rumo às prisões ou exílio. O indigitado, não raro, era posto na “cadeira do dragão” e outros tormentos, após seguir o caminho de órgãos como o DOPS em veículos oficiais, cedidos por dirigentes universitários ao aparato policial.

Ele relata também que, convidado a falar na Comissão Especial da Câmara que analisava o projeto de lei sobre as “Dez Medidas Contra a Corrupção”, criticou o uso dos delatores pagos e a “sugestão” de armar processos a partir de provas ilícitas, mas elaboradas “de boa fé” (conferir o site oficial da Câmara dos Deputados: “Especialistas apontam falhas em medidas de combate à corrupção sugeridas pelo MP”, 22/08/2016).

Além do mais, em 21/11/2017, o diretor da unidade de São Cristóvão do Colégio Pedro II recebeu voz de prisão em flagrante por falso testemunho. O Diretor se retratou e em seguida foi liberado. Vale ressaltar que quando há retratação em crime de falso testemunho é extinta a punibilidade. É o que se chama de “arrependimento eficaz” em Direito Penal. Do que se conclui que, aí também, a prisão em flagrante desqualificou a imagem do gestor.

A ofensiva contra as universidades e aos Institutos Federais são uma dimensão do ataque às liberdades democráticas que restam e da tentativa de erigir o MP e o Poder Judiciário como poderes totalitários no país. A violação das universidades e Institutos Federais, a coerção e prisão injustificada de dirigentes e professores é inaceitável. Estas ações, por outro lado, se inserem na tentativa de descredenciar e desmoralizar as universidades brasileiras e os Institutos Federais no momento em que o Banco Mundial exige sua privatização.

O ANDES-SN deve tomar posição incondicional contra este estado de coisas!

TR - 47

O 37º CONGRESSO DO ANDES SE POSICIONA:

1. Contra as ações de violação das universidades, dos Institutos Federais e defesa de sua autonomia;
2. Contra a criminalização de seus dirigentes, conduções coercitivas e prisões injustificadas;
3. Em solidariedade às instituições violadas, como a UFMG e a UFSC, e aos professores atingidos.
4. Favorável à proposta da ANPED e outros setores de criação de uma lei contra o abuso de autoridade;
5. Pela realização de uma campanha de denúncia ampla das arbitrariedades.

TEXTO 48

Contribuição do(a)s professore(a) Agnaldo Santos (Adunesp), Alberto Handfas,(Adunifesp), Everaldo Andrade (Adusp), Fabio Venturini (Adunifesp), Marta Inês (Adusp), Moneda Ribeiro (Adusp), Paula Marcelino (Adusp), Tatiana Berringer (Adufabc), Valter Pomar (Adufabc)

FORMAÇÃO DE COMITÊS EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, DA SUA AUTONOMIA E DA LIBERDADE DE PESQUISA E ENSINO

TEXTO DE APOIO

Está claro que um dos objetivos do Golpe é o ataque às Universidades Públicas. O cerceamento da liberdade de cátedra e da desmoralização da universidade pública, com as investigações e prisões preventivas como as que ocorreram na UFSC e na UFMG, tornaram-se uma prática. Por isso, faz-se necessário construir Comitês em Defesa da Universidade Pública em todo o país. Precisamos construir uma estratégia contra essa ofensiva, que vise não só organizar a comunidade acadêmica, na defesa da autonomia universitária, da liberdade de pesquisa, mas garantir que haja uma campanha junto com a sociedade acerca da importância da Universidade para a produção de ciência e tecnologia, para a formação de jovens e adultos. Precisamos desmontar os argumentos sobre a elitização do ensino público superior no Brasil, demonstrando que o professor universitário é pesquisador e extensionista, e que os alunos hoje têm, em grande parte, origens das classes populares (incluindo negros e índios).

Por fim, sugerimos uma campanha dirigida à sociedade no sentido de informar sobre as principais contribuições da universidade pública para o desenvolvimento e a democracia no país. É preciso sair da defensiva e uma campanha dessa natureza poderia desempenhar um papel importante no sentido de colocar-nos numa posição mais assertiva no diálogo com a opinião pública.

TR - 48

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

O Andes-SN e suas seções se comprometem a criar Comitês em defesa da Universidade Pública para realizar campanhas para esclarecer a opinião pública sobre o papel das universidades públicas no desenvolvimento científico, cultural e técnico do país e como forma de defendê-las como instituições livres, autônomas e democráticas.

TEXTO 49

Contribuição do(a)s professore(a)s Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço (ADUFAL), Agripino Alves Luz Junior (SINDUFAP), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ailton Silva Galvão (ADUFAL), Alberto Handefas (ADUNIFESP), Alexandre Medeiros (ADUFPI), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Ana Maria Vergne (ADUFAL), Ana Roberta Duarte Piancó (SINDURCA), Andréa Giordanna Araujo da Silva (ADUFAL), Anegleyce Teodoro Rodrigues (ADUFG), Angélica Cosenza (APESJF), Anita Leocádia Pereira dos Santos (ADUFPB), Antônio Dari Ramos (ADUFDOURADOS), Antônio de Almeida (ADUFU), Antonio Eduardo A Oliveira (APUR), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Artemis de Araujo Soares (ADUA), Augusto César Barreto Neto (ADUFEPE), Azamor Cirne de Azevedo Filho (ADUFPB), Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert (APESJF), Bernardo Mançano Fernandes (ADUNESP), Benerval Pinheiro Santos (ADUFU), Betânia Brito (ADUFAL), Cássia Hack (SINDUFAP), Carlos Adriano da Silva Oliveira (APUR), Carlos Eduardo Müller (ADUFAL), Carlos José Cartaxo (ADUFPB), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB), Clara Lima de Oliveira (APUR), Cláudio de Lira (APUB), Cláudio Felix dos Santos (ADUSB), Conceição Paludo (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Cristina Souza Paraíso (APUR), Dailton Lacerda (ADUFPB), Darcy Costa (ADUFG), David Teixeira Romão (APUR), Demeval Saviani (Adunicamp), Dimas Neves (ADUNEMAT), Domingos Sávio Corrêa (ADUFAL), Domingos Sávio Garcia (ADUNEMAT), Douglas da Cunha Dias (ADUFPA), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Augusto Moscon Oliveira (ADUFES), Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Eliza Pinto de Almeida (ADUFAL), Emmanoel Lima (SINDURCA), Eriberto José Lessa de Moura (ADUFAL), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eron Pimentel (ADUFEPE), Everaldo Andrade (ADUSP), Everton Lazzaretti Picolotto (SEDUFMS), Eudes Baima (SINDUECE), Fábio Josué Souza dos Santos (APUR), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Falcão Vasconcellos Luiz Gonzaga (ADUFU), Fatima Aparecida Silva (APUR), Fátima Moraes Garcia (ADUSB), Felipe Bacani (ADUFOP), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Flavia do Bonsucesso Teixeira (ADUFU), Flávia Mendes de Andrade e Peres (ADUFERPE), Flávio Dantas (ADUFERPE), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Francine Iegelski (ADUFF), Gaudêncio Frigotto (ASDUERJ), Gisele Masson (SINDUEPG), Giselia Macedo Cardoso Freitas (APUR), Giselle Moreira (APESJF), Gustavo Acioli Lopes (ADUFERPE), Guttemberg da Silva Silvino (ADUFPB), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Helder Molina (ASDUERJ), Humberto Clímaco (ADUFG), Humberto Inácio (ADUFG), Irailde Correia de Souza Oliveira (ADUFAL), Iranete Maria da Silva Lima (ADUFEPE), Iria Brzeznsky (ADUFG), Isabelle Maria J. Meunier (ADUFERPE), Ivete Janice de Oliveira Brotto (ADUNIOESTE), Jailson Alves dos Santos (APUB), Jailton de Souza Lira (ADUFAL), Jair Reck (ADUNB), Janaine Zdebski da Silva (APUR), Jânio Ribeiro dos Santos (ADUFPI), Joaquim Evêncio Neto (ADUFERPE), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Jose Arlen Beltrão (APUR), Jose Jonas Duarte da Costa (ADUFPB), José Ciqueira Falcão (ADUFG), José Tarcísio Lima (ADUFLA), José Vieira da Cruz (ADUFAL), Josué Cândido da Silva (ADUSC), Jovino Amâncio de Moura Filho (ADUFLA), Juanito Alexandre Vieira (APESJF), Júlio Cesar Costa Campos (ASPUV), Jurandir Gonçalves Lima (ADUFPI), Karina Cordeiro (APUR), Kátia Lima (SINDURCA), Lanara Guimarães de Souza (APUB), Laura Regina S. Fonseca (SEDUFMS), Leda Scheibe (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC), Leni Hack (ADUNEMAT), Leonardo Tartaruga (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS), Lilian Faria Porto Borges (ADUNIOESTE), Lisanil Patrocínio (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Livia Tenório Brasileiro (ADUPE), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Lucas Victor Silva (ADUFERPE), Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante (ADUFS-BA), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Luiz Fernando Matos Rocha (APESJF), Maíra Lopes dos Reis (APUR), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Manoel Pereira de Andrade (ADUNB), Marcia Chaves Gamboa (ADUFAL), Márcia Luzia Cardoso Neves (APUR), Márcia

Morel (ADUSC), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Marcílio Barbosa Mendonça de Souza Júnior (ADUPE), Marco Antonio Acco (ADUFPB), Marcos Botton Piccin (SEDUFMS), Marcos Corrêa da Silva Loureiro (ADUFG), Maria Aparecida Batista de Oliveira (ADUFAL), Maria Gorete Amorim, Maria Das Graças Monteiro Castro (ADUFG), Maria Lenucia de Moura (SINDUECE), Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (ADUFPB), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria de Lourdes Souza Oliveira (ADUFLA), Maria do Carmo de Carvalho E Martins (ADUFPI), Maria do Socorro Cordeiro (ADUFPI), Maria do Socorro Menezes Dantas (ADUFAL), Maria do Socorro Silva (ADUFCG), Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo (ADUNEB), Marta Genú Soares (SINDUEPA), Mariza de Oliveira Pinheiro (ADUFPB), Marize Carvalho (APUB), Mauricio Silva (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC), Melina Silva Alves (ADUFPB), Michelle Fernandes Lima (ADUNICENTRO), Mônica Molina (ADUNB), Nair Casagrande (APUB), Nanci Rodrigues Orrico (APUR), Nayara Severo (ADUSC), Nelsi Kistemacher Welter (ADUNIOESTE), Neuber Leite Costa (ADUNEB), Onete Lopes (ADUFF), Otávio Ribeiro Chaves (ADUNEMAT), Patrícia Alvim (APUB), Paulo de Jesus (ADUFERPE), Paulo Everton Mota Simões (ADUFAL), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Paulo Humberto Porto Borges (ADUNIOESTE), Pedro Silva (SINDUECE), Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (APUR), Rafael Litvin Villas Bôas (ADUNB), Raquel Rodrigues (ADUFS), Raul Lomanto Neto (APUR), Ricardo Coelho (ADUFAL), Rita de Cassia Cavalcanti Porto (ADUFPB), Rogério Añez (ADUNEMAT), Romero Antonio de Moura Leite (ADUFPB), Ronalda Barreto Silva (ADUNEB), Rosalvo Schütz (ADUNIOESTE), Ruy Braga (UNEB) Sandra Luna (ADUFPB) Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio de Almeida Moura (ADUFG), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Sérgio Ricardo Ribeiro Lima (ADUSC), Severina Mártir Lessa (ADUFAL), Silvana Lima (APUR), Silvina Carrizo (APESJF), Silvio Gamboa (ADUNICAMP) Sylvia Franceschini (ASPUV), Suzane da Rocha Vieira Gonçalves (APROFURGS), Tarcísio Cordeiro (APUR), Terciana Vidal Moura (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Valdenilza Ferreira da Silva (ADUFPB), Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira (ADUNEMAT), Wellington Araújo Silva (ADUFS)

O ANDES-SN NA LUTA UNITÁRIA CONTRA AS MEDIDAS DE DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO GOVERNO TEMER: DENUNCIAR E COMBATER O RELATÓRIO “UM AJUSTE JUSTO” DO BANCO MUNDIAL

TEXTO DE APOIO

Os ajustes aplicados pelos países imperialistas e suas agências econômicas tem destruído direitos e conquistas da Classe Trabalhadora, rasgado constituições e provocado a derrocada dos direitos aos serviços públicos em todo o mundo. A ordem capitalista mundial exige reforma tributária como a ocorrida nos EUA, para reduzir os impostos das empresas de 35 para 21% e amenizar a taxação. As renúncias de arrecadação (como aquela votada na calada da noite no Congresso Brasileiro, a “MP do Trilhão” - Medida Provisória 795/2017, que concede benefícios fiscais a empresas petrolíferas que atuarão em blocos das camadas pré-sal e pós-sal, inclusive por meio de isenções para importação de máquinas e equipamentos), as reformas na assistência, previdência e saúde, o forte corte nos programas sociais e outras despesas públicas, são as medidas que assolam todas as nações. É o capital aplicando seus ajustes frente a crise e usando o Banco Mundial para justifica-las. Basta ver o Documento Lançado em novembro de 2017 no Brasil intitulado “Um ajuste Justo – Análise da Eficiência e Equidade do gasto Público no Brasil”. É o capital aplicando ajustes para enfrentar a crise da queda nas taxas de lucro. Por esta trilha do acelerado desmonte do sistema de bem-estar do pós-II guerra, passam os países imperialistas, fomentando acirramento das contradições interimperialistas.

Estamos em um ciclo de acumulação, marcado pela fortíssima alavancagem da taxa de exploração direta e indireta dos trabalhadores e da aplicação de medidas de desregulamentação e liquidação de direitos em benefício sobretudo do setor rentista da economia. Esta receita ultraliberal provoca em países como o Brasil, enquanto país capitalista periférico, uma acelerada espoliação e sua desindustrialização, redefinindo e consolidando o seu papel na divisão internacional de trabalho, acentuando o papel de fornecedores agrícolas e de matérias-primas. Consumidor de ciência e tecnologia estrangeira e dependente dos pacotes inclusive educacionais, de empresas estrangeiras. O desenvolvimento nacional, a soberania dos povos se defrontam com os interesses absolutos do imperialismo. A ANDES-SN deve integrar e animar a luta unitária contra as medidas que o expressam, medidas que tem modelado especialmente desde o golpe de 2016, as instituições de Estado conforme os interesses do imperialismo no país, como é notório nos casos do Ministério Público e do Judiciário.

Quais as consequências disto tudo que estamos presenciando no Brasil?

- (1) **MEDIDAS DE DESTRUIÇÃO DE DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA:** Terceirização (Lei 13.429/2017); A Reforma trabalhista (Lei 13.467/2017 com início da vigência 11/11/2017 e, a Medida provisória 808/2017) que altera a Reforma trabalhista no que diz respeito as regras relacionadas a gestantes, a trabalhadores autônomos, ao trabalho intermitente, à jornada de 12 horas com 36 horas de descanso e aos danos morais; A entrega do patrimônio nacional – petróleo, minas, águas, hidroelétricas, e demais empresas públicas – para empresas estrangeiras a exemplo da Lei 13.365/2016, que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobrás na exploração do petróleo da camada pré-sal, de autoria do senador José Serra (PSDB–SP); a contrarreforma da previdência (PEC 287/2016), que atinge a seguridade social – saúde, assistência e previdência. Outra medida contra a classe trabalhadora foi o Decreto e publicado no Diário Oficial da União no dia 30/12/17 referente ao reajuste do salário mínimo que ficou abaixo da inflação. É o menor reajuste ocorrido em 24 anos. O governo prevê economizar à custa dos trabalhadores R\$ 3,4 bilhões, com um piso corrigido dos atuais R\$ 937,00, para R\$ 954,00, ou seja, 1,8%. Ocorrerá, considerando a diferença (para menos) da inflação, que o salário mínimo terá um desconto no de R\$ 1,41 em 2018. Como o salário mínimo é referência para outros benefícios sociais e aposentadoria isto vai gerar redução previstas para 2018 de R\$ 2,4 bilhões no pagamento de aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social, nas aposentadorias sociais (Renda Mensal Vitalícia e Benefícios de Prestação Continuada) e no abono salarial e seguro-desemprego. É o governo economizando às custas dos trabalhadores, para beneficiar, principalmente, o setor rentista da economia.
- (2) **MEDIDAS DE DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS:** Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241/2016 (a PEC do Ajuste Fiscal segundo os golpistas, a PEC da Morte segundo os trabalhadores), que instituiu teto de gastos durante 20 anos e empurra, entrega os serviços públicos ao setor privado. A Por outro lado, a aplicação dos ajustes na Lei Orçamentaria (LDO) culminou com cortes orçamentários drásticos que fazem despencar todos os tipos de serviços públicos, desde a fiscalização do trabalho escravo, à saúde, até o desenvolvimento científico e tecnológico o que implicará em retrocessos sociais gigantescos no Brasil.
- (3) **MEDIDAS DE DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO:** As conquistas referentes a autonomia universitária, a expansão universitária, entre outras, expressas, já no

Manifesto Liminar do movimento de reforma universitária da Universidade Nacional de Cordoba (Argentina) de 21/06/1918, que repercutiram em toda América Latina, na Espanha e, inclusive nos Estados Unidos, estão severamente ameaçadas no Brasil. A não aprovação da medida que visava garantir fundo público do pré-sal para a concretização da META 20 do PNE, de aplicação de 10% do PIB para a Educação em 10 anos é uma das evidências. Segundo o Observatório do PNE, não há um indicador principal que permita acompanhar de forma plenamente adequada o cumprimento da Meta 20. Isto ocorre porque não há dados disponíveis de investimento público em educação apurados de acordo com o instituído pelo PNE. O avassalador ataque a autonomia das universidades que passa pela forma policialesca autoritária com que são tratados os problemas internos das instituições tem um sentido, que é sucatear, desacreditar as instituições públicas e com isto privatizá-las. O caso da UERJ é emblemático neste sentido. Cortam-se as verbas, os salários, as condições de trabalho, para induzir o caminho da privatização. Também são emblemáticos os fatos ocorridos nas universidades UFRGS, UFPR, UFSC e UFMG que culminam com o suicídio do Reitor da UFSC e a condução coercitiva do Reitor da UFMG. A famigerada Reforma do Ensino Médio (Medida provisória 746/2016, sancionado na forma de Projeto de Lei de Conversão– PLV 34/2016), passando por, destituição do Fórum Nacional de Educação (FNE), aparelhamento do Conselho Nacional de Educação (CNE), não comprometimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE), desorganização do calendário de realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), OS CORTES NOS RECURSOS PARA AS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS que impactam as possibilidades de avanços no ensino, na pesquisa, na extensão, investimentos em expansão, conclusões e novas obras, assistência estudantil, concursos públicos, carreiras, salários, condições de trabalho, são medidas já implementadas e que delimitam um aparato legal autoritário que necessita ser derrubado.

- (4) **MEDIDA DE DESTRUIÇÃO DO SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA:** A começar pela incorporação ao Ministério de Ciência e Tecnologia, de uma área que não lhe é característica, passando de MC&T para MCTIC (Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação), desmantelamento de instituições de pesquisa, de projetos e de programas de longo alcance, corte nas bolsas, nos recursos de infraestrutura para pesquisa, cortes no orçamento geral da ciência e tecnologia o que motivou um movimento nacional de defesa da área de CT&I, “Ciência sem Cortes”, para enfrentar descrédito, cortes, desmantelo, sucateamento, visto estar em jogo a soberania do Brasil. Foram 16 estados brasileiros e 22 cidades que organizaram a Marcha em defesa da Ciência e Tecnologia no Brasil. Na ciência, assim como na Educação, estamos a mercê da lógica da economia de mercado, a mercê dos países imperialistas que empregam metade do seu orçamento no “setor de defesa”, ou seja para se prepararem para as guerras, sejam elas econômicas, ideológicas, políticas, o que significará sermos meros consumidores de tecnologias obsoletas e não produtores do conhecimento científico de ponta necessário para impulsionar a revolução do modo de produção capitalista transitando para outro modo de produção, o socialista rumo ao comunismo. Com um contingenciamento de verbas de mais de 44% estamos à mercê de assaltos a

nossa nação que culminarão na perda total da soberania nacional. Isto nos colocará em uma situação de escravidão em relação as nações imperialistas. Sem ciência compromete-se tudo, a democracia, o bem-estar-social, a revolução.

COMO REAGEM A CLASSE TRABALHADORA E AS ENTIDADES E MOVIMENTOS POPULARES DE LUTA SOCIAL NA CIDADE E NO CAMPO:

A maior greve geral de trabalhadores no Brasil, ocorrida em 28 de abril de 2017, deixou evidente que a classe trabalhadora organizada em suas centrais sindicais, nas frentes de entidades e movimentos constituídos na resistência ao golpe, as de professores acadêmicas e científicas, está reagindo. Não na intensidade e velocidade necessária. Mas está reagindo. Exemplos podem ser verificados pelos fatos, como tem sido o Fórum das entidades acadêmicas e científicas que desencadearam uma série de iniciativas que constroem, inibem os parlamentares que estão votando medidas contra os trabalhadores e os serviços públicos e, por outro lado, esclarecem e contribuem para a mobilização e organização da população em geral. Para exemplificar podemos mencionar o que vem realizando o Fórum Popular de Educação, entidades como a ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos profissionais da Educação, ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade, a ABdC – Associação Brasileira de Currículo, o Comitê Nacional em Defesa da Educação Pública, a CNTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Ensino, a CONTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, entre outros.

O QUE CABE REALIZAR NESTA CONJUNTURA? Constatamos a ausência do ANDES-SN do grosso destas iniciativas, embora muitas contem com o apoio das sessões sindicais, como ocorreu em iniciativa recente do “ Ciência sem Cortes”. Da mesma forma não há justificativa para o nosso Sindicato não ser protagonista na preparação da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE³, incentivada pelas principais entidades do setor e que visa a enfrentar uma a uma as medidas de retrocesso do Governo Temer nesta área, reunidas no Fórum Nacional Popular de Educação⁴. Unir forças, para, com base no que nos unifica, enfrentar a avassaladora destruição que se impõe por meio das medidas dos golpistas, no parlamento, no judiciário, nos aparelhos ideológicos da burguesia, no aparato repressivo, é uma tarefa imprescindível para uma entidade que quer atuar junto com a sua base sindical, para além da imprescindível luta pelo salário, carreira e condições de trabalho. Neste sentido encaminhamos a resolução a seguir.

³ A convocação da CONAPE pode ser vista aqui:
http://cnte.org.br/images/stories/2017/convocatoria_adexao_a_conape_2018f.pdf

⁴ A CONAPE está sendo convocada e preparada pelo Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) que reúne ABdC, ABGLT, ANDIFES, ANFOP, ANPG, ASSINEP, ANPAE, ANPED, CEDES-UNICAMP, CFFa, CNTE, CNDE, CONTAG, CONTEE, CTB, CUT, FASUBRA, FINEDUCA, FITE, FORUM EJA, FORUMDIR, MEIBS, PROFES, RED ESTRADO, SINASEFE, UBM, UNCME, UNE E UBES.

TR - 49

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES-SN realizará uma ampla campanha de esclarecimento acerca do Relatório “ Um Ajuste Justo – Análise da Eficiência e Equidade do gasto Público no Brasil”, participado de todas as iniciativas que combatam as medidas nele contidas.
2. O ANDES-SN apoia e anima o Movimento “Ciência sem Corte”, o Fórum Nacional Popular de Educação e a preparação da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE, da qual participará.
3. O ANDES-SN se inserirá efetivamente nos Fóruns, Comitês de luta com as entidades científicas, entidades sindicais, centrais na luta contra os ataques à Educação, Ciência e Tecnologia.

TEXTO 50

Contribuição da Assembleia Geral da ADUNEB Seção Sindical realizada no dia 6/12/2017

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES/SN: INSTRUMENTO PERMANENTE DE LUTA POR JUSTIÇA HISTÓRICA.

TEXTO DE APOIO

O ANDES/SN tem demonstrado efetivo compromisso com a verdade, justiça, memória e reparação diante dos crimes cometidos pela ditadura burgo-militar de 1964-1985. A Comissão da Verdade do ANDES foi criada no 32º Congresso do Sindicato, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro. A partir desse momento inicial, o 58º CONAD elegeu uma coordenação para efetivar os trabalhos dessa comissão, tendo em vista recuperar a verdade e a memória dos ataques e crimes que a ditadura burgo-militar brasileira imprimiu à universidade pública brasileira.

O trabalho dessa primeira comissão foi realizado e o ANDES fez ampla repercussão desse conjunto de ações a partir de seminários e relatórios. Em um segundo momento, foi eleita outra composição da Comissão da Verdade no 61º CONAD. A partir daí, com as novas ações da comissão atual, foi identificado amplo envolvimento das seções sindicais com as questões centrais de trabalho, fato que se concretizado nos permitiriam desvendar os crimes e ataques da ditadura no ambiente acadêmico brasileiro.

Precisamos desenvolver, de forma constante e permanente, o trabalho do Sindicato Nacional em defesa da verdade, memória, reparação e justiça. A atual conjuntura política, com as graves manifestações proto-fascistas, exige que tenhamos uma ação permanente de denúncia da ditadura de 1964 o que nos permitirá, em sentido comparativo, combater o novo ciclo da direita no Brasil.

Esse trabalho permanente deve contar com o apoio das comissões locais e do GTHMD (Grupo de Trabalho História do Movimento Docente). Essa articulação, contando com o apoio da direção executiva do Sindicato Nacional, nos permitirá levar em frente esse importante trabalho de memória social e política.

Sendo assim a ADUNEB propõe:

TR - 50

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que a Comissão da Verdade do ANDES/SN seja permanente.
2. Que se realize no mês de abril um seminário nacional para debater continuidades e permanências da ditadura na universidade e na sociedade, com base nos seguintes eixos:
 - Regimentos, estatutos e resoluções das universidades
 - Segurança interna: ontem e hoje
 - Depoimentos
 - Mortos, desaparecidos e torturados...

TEXTO 51

Contribuição do(a)s Professore(a): Benerval Pinheiro Santos, Clarice Carolina Ortiz de Camargo, Cláudia Lúcia da Costa, Eduardo Giavara, Gilzelda Costa da Silva, Ínia Franco Novaes, Márcio Alexandre da Silva Pinto (Sindicalizados da ADUFU-SS)

ATAQUE ORQUESTRA DO CONTRA O ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO: UNIVERSIDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM XEQUE. COMO SE DEFENDER?

Em 2017, o ensino público brasileiro passou por uma série de ocorrências que obstruíram a sua autonomia e o seu caráter público, gratuito, democrático, laico e de qualidade. Em um contexto de golpes contra a classe trabalhadora brasileira, no qual um presidente que assumiu o poder por intermédio de um golpe jurídico-parlamentar vem implementando uma agenda decisória que aniquila os direitos da classe trabalhadora, direitos duramente conquistados ao longo da história. Em tal cenário, discursos autoritários e fascistas emergem ocultados pelas narrativas de combate à corrupção, da “necessidade” do ajuste fiscal, contra a escola democrática e crítica, discursos homofóbicos e contra a diversidade, dentre tantos outros que vem assolando a população brasileira. Sendo assim, servidoras e servidores públicos são execrados com a justificativa do combate à corrupção, à doutrinação ideológica, dentre outros. Cortes incoerentes são feitos nos orçamentos públicos alegando o enxugamento dos gastos do Estado. Nesse panorama, docentes são vigiados, perseguidos e quase impedidos de exercerem suas atividades profissionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Podemos citar como exemplos operações desastrosas da Polícia Federal que evidenciam a materialidade dos discursos supracitados. A primeira levou ao suicídio o Prof. Dr. Luiz Carlos Cancellier, Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 02 de outubro de 2017, o docente foi preso com a justificativa de obstrução à justiça; a segunda, por sua vez, conduziu coercitivamente o Reitor Prof. Dr. Jaime Arturo e a

vice-reitora Profa. Dra. Sandra Goulart, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), docentes que compartilham pensamentos democráticos e progressistas, defensores da universidade pública, gratuita e de qualidade. Outras ações de nível parlamentar, como a aprovação da Emenda Constitucional n. 55/2016⁵ (que congela gastos nas áreas essenciais como saúde, educação e assistência social), da Medida Provisória n. 805/2017⁶ (que reajusta a contribuição previdenciária do funcionalismo público) e do Decreto n. 9.235/2017⁷ (que trata da regulação, da supervisão e da avaliação de cursos superiores públicos), comprovam a ênfase dada aos valores neoliberais, que visam tornar o Estado mínimo e precarizar, ainda mais, a educação pública. Não entendemos essas ações como isoladas, mas fruto de uma tentativa de desqualificação da gestão pública e com uma grave abertura para ações que visam à privatização das instituições públicas, com a consequente precarização dos serviços prestados à sociedade.

No atual contexto, o governo ilegítimo veio a público defender a cobrança de mensalidades nas instituições públicas de ensino superior e a privatização da gestão dos hospitais universitários por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A defesa desse governo, para que o ensino superior público brasileiro deixe de ser gratuito, está ancorada em documento publicado pelo Banco Mundial, intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”⁸ (2017), que desqualifica, sobremaneira, os investimentos sociais do Estado, considerando-os ineficientes, excessivos e regressivos. O objetivo do documento é desmoralizar as instituições públicas de ensino para, então, privatizá-las. Tirando o foco da dívida pública, a real problemática dos gastos brasileiros, que recriada permanentemente na relação estabelecida pelos governos com o mercado financeiro. Vale lembrar que tal argumento emerge em uma época que comprova, numericamente, a importância das cotas sociais e raciais (estudantes de baixa renda passaram de 40 para 51%, desde 2012; o número de pretos, pardos e indígenas subiu de 34 para 47%, no mesmo período) e a consequente ampliação da educação pública, em diferentes níveis, como o técnico com a criação e expansão dos institutos federais.

Dessa maneira, compreendemos que existe um ataque orquestrado contra o ensino público brasileiro, que congrega diversos discursos e ações expostos como obstáculos para o retorno do crescimento econômico. Esses ataques vêm acontecendo com ênfase nos países da América Latina, articulando o desenvolvimento econômico a custo do espoliamento da classe trabalhadora desses países. Sendo assim, esse governo adota práticas de conduzir coercitivamente autoridades universitárias, cortar investimentos e perseguir, politicamente, aqueles e aquelas no exercício de suas profissões.

Tudo indica que o interesse principal de Temer, atual presidente do Brasil via golpe e sua equipe, é a destruição das instituições públicas e a subjugação dos setores estratégicos nacionais aos interesses do mercado internacional. Isso coloca a educação, a ciência e a tecnologia brasileira aos pés do neoliberalismo, que possui como objetivos o lucro exacerbado e um ensino público elitista e excludente.

⁵ Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=540698&id=14374770&idBinario=15655553&mime=application/rtf> Acesso em: janeiro de 2018.

⁶ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2017/medidaprovisoria-805-30-outubro-2017-785668-publicacaooriginal-154108-pe.html> Acesso em: janeiro de 2018.

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm Acesso em: janeiro de 2018.

⁸ Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report> Acesso em: janeiro de 2018.

TR - 51

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Realizar embate jurídico contra a agressão desse governo golpista ou de outros governos que ataquem as servidoras e os servidores e às instituições públicas de ensino.
2. Defender e garantir a gratuidade, a qualidade socialmente referenciada e a laicidade das instituições públicas de ensino.
3. Divulgar amplamente junto às mídias (grande mídia e mídia alternativa) propagandas em defesa das servidoras e dos servidores públicos, dos serviços públicos e da educação pública e contra o Estado opressor, a escola com mordaza, o preconceito e a discriminação de todas as formas.

TEXTO 52

Contribuição do(a)s professore(a) Lisete Regina Gomes Arelaro (ADUSP), Rodrigo da Silva Pereira e Maíra Kubik Mano (APUB), Luiz Araújo e Nathalia Cassetari (ADUNB), Juca Gil e Tiago Martinelli (SSind ANDES na UFRGS), Ana Carolina Feldenheimer da Silva (ASDUERJ), Adolfo da Costa Oliveira Neto; Leonardo Zenha Cordeiro; José Sobreiro Filho; Sandra Helena Ribeiro Cruz; Jovenildo Cardoso Rodrigues; Welton da Silva Cardoso (ADUFPA); André Martins e Fábio Marçal (Sindicalizados da regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN)

UNIFICAR AS LUTAS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: PARTICIPAR e DISPUTAR o FNPE e a CONAPE/2018 CONSTRUIR O III ENE E FORTALECER A CONEDEP

TEXTO DE APOIO

O golpe de 2016 abriu um novo período de lutas sociais no país. Orquestrado pelos setores mais conservadores da sociedade civil e da sociedade política, tomou de assalto o Estado Brasileiro e pôs em marcha dois movimentos concomitantes: por uma lado aplica um programa ultraliberal que ataca os direitos sociais, retraindo o papel do financiamento e amplitude das políticas públicas, por outro, avança em um projeto ultraconservador que ataca os direitos civis e políticos.

Faz-se necessário afirmar que essa conjuntura foi construída no seio dos governos petistas e também é resultado da política de conciliação de classes implementada por uma parcela da esquerda brasileira que se diluiu na conformação de alianças políticas e eleitorais com os setores que hoje dirigem o Estado brasileiro e operam diuturnamente para vilipendiar as conquistas sociais e populares.

É imperioso registrar também que os limites do projeto petista e a política do “ganha-ganha” geraram inúmeras contradições na agenda, formulação e implementação das políticas sociais e educacionais, fazendo com que proposições estruturais fossem repletas de ambiguidades e, muitas das vezes, favorecessem os interesses privados-mercantis na educação pública e a negociação de pautas caras à esquerda no enfrentamento às discriminações e violências, em especial de gênero.

Por outro lado, essas contradições também foram fruto de lutas e resistências de setores, como o ANDES-SN, que se mantiveram no enfrentamento às perspectivas hegemônicas que continuam a tentar fazer da educação uma mercadoria. Resistência essa que mobilizou importantes lutadores e lutadoras a partir da realização dos Encontros Nacionais de Educação (ENE) em conjunto com outras entidades que não arrefeceram na luta e que hoje compõem o Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP).

É importante assinalar que nos últimos períodos também foram alçadas conquistas, ainda que limitadas, importantes, dentre elas, o estabelecimento de um Piso Salarial Profissional Nacional para os docentes da educação básica; a ampliação da obrigatoriedade para a população de 4 a 17 anos; o fortalecimento e alargamento do FUNDEB como política de financiamento da educação básica e valorização dos profissionais do magistério; a expansão da educação superior pública, com novas instituições, novos campi, cursos e vagas. Merece destaque que segmentos importantes do movimento social, muitos dos quais estiveram conosco na construção dos CONEDs, disputaram e arrancaram vitórias parciais no texto do Plano Nacional de Educação, a exemplo dos 10% do PIB.

As contradições existentes no teor do novo PNE demonstram que existe muitos pontos em comum na pauta educacional e que uma unidade contra os ataques do Temer e pelo cumprimento do que tem de progressista no PNE e que está inviabilizado pela vigência da Emenda Constitucional 95/2016 pode unificar amplos setores educacionais.

Ao mesmo tempo registraram-se políticas, sobretudo no campo da educação superior, que aprofundaram as contra-reformas neoliberais e que caminharam na direção contrária defendida pelo nosso Sindicato, como o FIES e o PROUNI. Além dessas medidas, presenciamos mais uma vez os limites do projeto petista na conformação do Conselho e do Fórum Nacional de Educação: ao manter a composição dessas instâncias atrelada ao Governo Federal, mesmo que recebendo as indicações das entidades da sociedade civil, não fortaleceu a autonomia e independência dessas instâncias desconsiderando o princípio da Gestão Democrática.

O texto do CONAD *“Conhecer a história para reafirmar princípios: trajetória do Andes-SN nas lutas em defesa da educação pública”* traz um importante balanço da trajetória de lutas do nosso Sindicato Nacional e seu compromisso com as lutas em defesa da educação pública. Contudo é necessário aprofundar nossas perspectivas de atuação nesse período particular do capitalismo e de uma conjuntura marcada por um golpe de Estado.

Como diz o referido texto, com o golpe abriu-se *“um novo período de disputas nos espaços organizativos da sociedade civil, incluindo os do campo educacional”*. Essa caracterização não pode se perder da linha de atuação do Sindicato Nacional no próximo período. E ainda, como diz o texto 12 – Política educacional – nosso esforço *“passa também pela unidade de ação com outras entidades que lutam por bandeiras que fazem parte de nossas deliberações”*.

É nesse sentido que a proposta de texto da diretoria sobre a política educacional incorre em equívocos. Ao passo que defende a unidade de ação, rechaça a participação oficial de nosso sindicato na organização e direção do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE). Indica somente que nossa base participe das conferências preparatórias afim de divulgar nossa proposta para educação pública brasileira.

Os argumentos levantados na proposta em questão (texto 12) não aprofundam a conjuntura de severos ataques que a educação pública vem sofrendo desde o golpe e a necessária unidade que precisa ser construída para resistir aos assaltos que o governo ilegítimo de Michel Temer vem orquestrando.

Além disso, a justificativa para defesa do Andes/SN não constar como signatário da CONAPE e do FNPE, restringe-se a uma avaliação de que esses são espaços das entidades que coadunaram com o projeto petista e que há uma *“percepção de que o espaço para exposição e disputa do projeto de educação do ANDES-SN, nas estruturas formais dessas iniciativas, é quase inexistente”*. Mesmo nosso sindicato tendo sido convidado a participar desde as primeiras articulações e não ter comparecido, sequer como observador.

Essas argumentações: i) desconsideram a conjuntura atual – de avanço do conservadorismo e de profunda alteração na correlação de forças na sociedade brasileira em favor do capital, ii) silenciam que entidades como a FASUBRA e o SINASEFE, que também compõem a CONEDEP, estão na articulação do FNPE e da CONAPE, iii) minimizam o papel que as entidades do campo científico e que são aliadas de primeira hora na defesa de nosso projeto para educação pública brasileira como a ANPED, ANPAE, ANFOPE, FINEDUCA, CEDES, entre outras, também compõem aqueles espaços e podem tensioná-lo, como têm feito, para a disputa de um projeto mais afinado com os interesses de nossa classe; iv – não reconhece as contradições e tensões existentes dentro da coordenação da Conferência Popular, principalmente pautada pela postura mais à esquerda da Campanha Nacional pelo Direito à Educação Pública.

Como diz a diretoria, no texto 12, se é verdade que *“com o fim de um período marcado pela existência de governos de conciliação de classe, vivenciamos um contexto de movimentação política na sociedade brasileira, com novos deslocamentos dos setores que antes apoiavam, em boa parte, a política educacional daqueles governos. Isto abre espaços para disputas nas bases desses setores”*, nosso sindicato não pode levar a cabo uma tática de se isolar das lutas mais gerais e unitárias contra a política educacional do governo Temer.

Defender nosso projeto de educação é disputa-lo em todos os espaços em que haja condições para isso. Não podemos apenas demarcar a defesa de um *“projeto classista para educação”* sem que façamos a disputa onde se encontra a maioria dos trabalhadores e movimentos sociais da educação. A defesa de nosso projeto não pode servir com uma venda que nos impeça de enxergar esse novo período conjuntural e nos faça caminhar para o isolamento e o sectarismo.

A unidade de ação deve ser prioridade na disputa contra a política educacional do Governo Temer. Participar do FNPE e da organização da CONAPE nos abrirá os espaços de disputa da base social de que fala o texto da diretoria. Sem negar as contradições existentes nesses espaços e, até mesmo suas limitações, com uma atuação destemida de nosso sindicato e de nossos aliados históricos poderemos tensionar para um novo programa educacional para a sociedade brasileira que possa apontar os erros do passado e construir novas perspectivas para o presente e o futuro.

Ao mesmo tempo, participar e disputar o FNPE e a CONAPE não significa abandonar o que até aqui já foi construído e acumulado. A realização do III ENE e o fortalecimento da CONEDEP não são movimentos adversos, pelo contrário, fortalecem a luta e a unidade de ação que o período conjuntural exige de todos aqueles que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada.

TR - 52

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1. Participar, oficialmente, da organização da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) e, atuar, organicamente, no Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), guiado pela defesa do projeto de educação do ANDES/SN.*
- 2. Orientar as seções sindicais que participem ativamente das etapas preparatórias da CONAPE apresentando e disputando o projeto do Sindicato e denunciando os limites e contradições das experiências anteriores.*
- 3. O ANDES/SN, por meio do GTPE, procurará articular com as entidades do campo científico – ANPED, ANPAE, ANFOPE, FINEDUCA, CEDES, entre outras, e a CONEDEP para construir, durante o processo da CONAPE e as reuniões do FNPE, proposições e táticas conjuntas que dialoguem com nosso projeto educacional e que possam disputar a agenda educacional contra os projetos do governo Temer e demais gestões conservadoras e reacionárias.*
- 4. O ANDES/SN envidará esforços políticos e financeiros para realização do III ENE que reúna amplos setores educacionais que lutam contra os ataques de Temer, tendo como consequência a ampliação da CONEDEP e pela unidade de ação com todas as entidades que se dispuserem a participar do encontro e fortalecer a luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.*

TEXTO 53

Contribuição do(a)s professore(a) Patricia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Wagner Damasceno (Seção do Andes na UFSC).

NEM MADURO, NEM A MUD. CONTRA OS PLANOS DE AJUSTES BURGUESES, DEFENDEMOS UMA SAÍDA INDEPENDENTE DA CLASSE TRABALHADORA PARA A VENEZUELA!

TEXTO DE APOIO

A crise na Venezuela vem ganhando episódios a cada dia mais dramáticos. Com uma hiperinflação de cerca de 700% ao ano, desabastecimento, desemprego e uma economia em depressão, com uma redução do PIB de quase 19% somente no ano passado, 81% das famílias estão em situação de pobreza. Já existe um movimento de refugiados e a estimativa é que mais de 12 mil venezuelanos tenham vindo para o Brasil desde 2014, sem contar a ida a outros países como a Colômbia.

A repressão do governo Nicolás Maduro e os violentos conflitos entre chavistas e a oposição de direita já deixaram, pelo menos, 125 pessoas mortas e quatro mil feridas, de abril a agosto de 2017. Com o recrudescimento do regime, organizações de Direitos Humanos têm denunciado prisões arbitrárias (cerca de cinco mil pessoas) e até torturas.

Diante do agravamento da crise e dos conflitos no país, fornecedor estratégico do petróleo aos Estados Unidos, o presidente Donald Trump declarou que “não descarta uma opção militar” na Venezuela para resolver a situação. Novamente, a maior potência imperialista do planeta ameaça um país semicolonial, o que é inadmissível.

Durante o governo Chávez foram três tentativas do imperialismo de tirá-lo do poder, com o golpe em 2002, o locaute e o referendo revogatório, em 2004. Tentativas fracassadas graças à corajosa luta do povo venezuelano. No entanto, desde então, a tática do imperialismo tem sido o apoio à oposição de direita, principalmente à MUD (Mesa de Unidade Democrática), para que esta tome o poder através das eleições.

Não há dúvidas de que diante de um golpe ou ação militar do imperialismo, nossa posição é de defesa do povo venezuelano contra o ataque norte-americano, sem que isso signifique de apoio político ao governo Maduro.

Contudo, apesar da retórica belicista de Trump, a exemplo do que também ocorre com a Coreia do Norte, nada indica, por enquanto, que isso possa se concretizar de fato com um ataque ou golpe militar. Em contrapartida, o que é possível constatar hoje é um brutal recrudescimento do autoritarismo na Venezuela sob o governo Maduro.

No dia 4 de agosto, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), um parlamento temporário destinado a durar dois anos para elaborar uma nova Constituição. Eleita sob denúncias de fraudes e com critérios desproporcionais, a ANC é formada exclusivamente por chavistas. Foi a solução encontrada por Maduro para tentar controlar a situação, diante do rompimento de amplos setores populares com o governo e a perda do controle do Parlamento, desde 2015, quando a oposição de direita elegeu mais de dois terços da Assembleia Nacional.

Desde então, Maduro ignorou o Parlamento e passou a se apoiar nas Forças Armadas. A “Constituinte” é uma manobra ditatorial para fechar ainda mais o regime autoritário e bonapartista na Venezuela, representando um outro patamar na crise do país. Maduro entregou também um projeto à ANC para punir “quem sair às ruas para manifestar intolerância e ódio” com até 25 anos de prisão, numa evidente manobra para acabar com qualquer protesto contra seu governo.

Chávez ganhou prestígio popular depois da grande mobilização revolucionária que ficou conhecida como “Caracazo”, quando a população pobre saiu dos bairros para protestar e saquear o comércio, em meio a uma grave crise econômica na década de 1980. O coronel do Exército preso por uma tentativa de golpe, se colocou como defensor dos pobres contra as oligarquias que sempre dominaram a Venezuela, foi eleito em 1998 e teve grande apoio enquanto viveu. Conseguiu isso graças a uma favorável base material para suas políticas. Com o preço do petróleo em alta, Chávez utilizou parte dessa renda para implementar políticas compensatórias que, se por um lado, significaram algumas melhorias no nível de vida das massas empobrecidas, nem de longe enfrentaram ou resolveram o grave problema do desemprego e da histórica desigualdade social no país.

Com Maduro, a perda dessa base material, com a brutal queda no preço do petróleo nos últimos anos, levou à deteriorização da economia da Venezuela, na medida em que a política do governo seguiu privilegiando os interesses imperialistas. O fato é que, apesar do discurso “anti-imperialista”, o chavismo, seja com Chávez ou Maduro, nunca significou na prática um enfrentamento concreto ao imperialismo estadunidense e muito menos europeu. A Venezuela sempre seguiu rigorosamente o pagamento da Dívida Externa, principal mecanismo de espoliação e rapinas dos países coloniais, e nunca deixou de manter a relação privilegiada de fornecedor do petróleo aos EUA.

Longe do discurso do “socialismo do século 21”, com Chávez ou Maduro, nunca houve um ataque aos lucros da burguesia ou à propriedade privada. Ao contrário, o chavismo deu origem à chamada “boliburguesia”, os empresários bolivarianos oriundos da alta cúpula das Forças Armadas e grandes grupos empresariais, envolvidos em denúncias de corrupção, contrabando de petróleo e alimentos.

TR - 53

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

O 37º Congresso do Andes resolve apoiar as seguintes ações e consígnias programáticas sobre a luta dos trabalhadores venezuelanos:

- 1.** Solidariedade ativa a todos os refugiados venezuelanos, em especial os que estão no Brasil!
- 2.** Defender uma alternativa que derrote Maduro, a oposição de direita e o imperialismo!
- 3.** Por uma saída classista e socialista para os trabalhadores e o povo venezuelano, que passa por lutar contra a ditadura de Maduro, contra a oposição de direita e o imperialismo e pela construção de uma alternativa independente dos trabalhadores da Venezuela!
- 4.** Por Eleições Gerais imediatamente!
- 5.** Abaixo a repressão! Liberdade e autonomia sindical! Eleições livres em todos os sindicatos, sem interferência do Estado!
- 6.** Pela mais ampla unidade de ação contra a ditadura de Maduro! Os trabalhadores devem se organizar e decidir pela base as ações contra o governo!
- 7.** Nenhum apoio à MUD, que quer capitalizar o descontentamento da população para impor um plano econômico ainda pior!
- 8.** Pela independência política dos trabalhadores em relação aos dois blocos burgueses!
- 9.** Por um programa econômico dos trabalhadores baseado na expropriação das multinacionais e das grandes empresas. Abaixo o plano neoliberal de Maduro, assim como o da MUD. O petróleo e o gás devem ser 100% venezuelanos. Pela revogação do plano do Arco Mineiro do Orinoco. Pelo não pagamento da dívida externa. Expropriação das empresas da boliburguesia e de todas as grandes empresas! Congelamento dos preços dos alimentos, prisão e expropriação dos especuladores!
- 10.** Pelo controle operário e popular da produção e da distribuição dos alimentos! Em defesa do povo pobre, expropriar os alimentos das empresas burguesas!
- 11.** Prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores! Escala móvel de salários de acordo com a inflação!
- 12.** Pela autodefesa dos trabalhadores! Chamamos as bases das Forças Armadas a romper com sua direção e a não reprimir os trabalhadores e a se somar com suas armas às mobilizações.
- 13.** Nem Maduro, nem MUD! Por um governo socialista dos trabalhadores!
- 14.** Pela construção de uma direção revolucionária na Venezuela!
- 15.** Fora Maduro! Por uma greve geral organizada pela base para derrubar o governo e esse regime! Por um “venezuelaço” que unifique todas as lutas contra Maduro!

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

Contribuição do(a)s professore(a)s Alexsandro Donato de Carvalho, Lemuel Rodrigues da Silva e Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues – sindicalizado(a)s da ADUERN/SS/ANDES

O PIT (PLANO INDIVIDUAL DE TRABALHO) NA UERN: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

TEXTO DE APOIO

A atividade docente nas Universidades Públicas brasileiras é regulamentada de diversas maneiras. Seja através da legislação federal – LDB, Diretrizes Curriculares etc. – como também através de um conjunto de documentos – Estatutos, Regimento Geral, Resoluções etc. – próprio a cada instituição de Ensino Superior. Entre as diversas formas de Regulamentação da nossa atividade existe, no âmbito da UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), o Plano Individual de Trabalho (PIT).

A Resolução nº 36/2014, estabelece no artigo 15 e parágrafo único o seguinte:

Art. 15. Os departamentos acadêmicos deverão cadastrar, nos respectivos módulos, a oferta de componentes curriculares e as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão relativas ao semestre subsequente, de acordo com cronograma previsto em editais próprios, publicados semestralmente pelas respectivas Pró-Reitorias, para que a carga horária possa ser contabilizada no Plano Individual de Trabalho (PIT online).⁹

Parágrafo único. O Plano Individual de trabalho deverá ser preenchido no portal do professor, pelo docente, e certificado pelo chefe de departamento, respeitando os prazos estabelecidos em edital próprio publicado semestralmente pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis.

Pelo exposto percebe-se que o Docente deve preencher o seu Plano de Trabalho com todas as atividades a serem desenvolvidas no semestre subsequente. Sendo a sua proposta de atividades submetida a aprovação de plenária departamental.

O problema que trazemos para discussão neste texto não é o fato de estarmos recusando ou mesmo nos opondo a qualquer forma de regulamentação, avaliação da nossa atividade. Mas questionar a forma como o PIT está sendo aplicado na UERN. Questiona-se a política adotada pela instituição, por estar colaborando para o adoecimento físico e psíquico do docente.

Ao exigir o cumprimento da carga horária docente conforme o quadro de distribuição elaborado pela universidade, a Pró-Reitoria de Recursos Humanos está determinando o preenchimento integral e rigoroso das atividades docentes.

Essa política incorporada pela gestão da UERN, sob o frágil argumento de “moralização” carrega consigo um viés meritório, escravagista e retrógrado. Para garantir novas contratações necessárias ao bom funcionamento de cada curso, boa parte

⁹ Texto modificado pela Resolução nº 34/2017 – CONSEPE.

delas decorrentes de vagas legais, leva o docente, em regra, a trabalhar exaustivamente e para além do Regime de Trabalho ao qual pertence.

Esse modelo adotado pela UERN carrega muitas inconsistências, dentre as quais pode-se destacar: A) O preenchimento do PIT deve iniciar com as atividades de ensino atribuídas ao docente. Em muitos casos, quando se faz o preenchimento da carga horária de Ensino, corre-se o risco de não poder fazer o registro de Projetos de Pesquisa, Orientações, participação em Grupos de Pesquisas etc., pois, ao completar as 40h de atividades previstas para o Docente, o programa não aceita mais o registro de nenhuma outra atividade. Portanto, a carga horária excedente do Docente (realidade em nossa Universidade) não aparece no seu Plano Individual de Trabalho, o que caracteriza, no mínimo, uma falta de transparência no preenchimento do PIT; B) O máximo de horas destinadas a cada atividade de ensino, pesquisa e extensão é definido pela instituição. Cabe ao docente a adequação de sua proposta aos parâmetros previamente definidos, por exemplo, o coordenador de projeto de extensão pode ter no máximo 8 horas semanais. Se o projeto que idealizou ou coordena exigir mais dedicação do docente, este suportará o ônus das horas excedentes; C) O docente que ficar com carga horária disponível, ainda que de uma ou duas horas, poderá ser compelido a assumir uma atividade, como participar de uma comissão, ainda que não tenha nenhuma identidade com aquela atividade; D) as atividades que ultrapassarem a carga horária não serão contabilizadas no PIT, tampouco contam para um banco de horas a serem compensadas no semestre seguinte; E) A regência, atribuída exclusivamente as disciplinas, não é suficiente para o desempenho das demais atividades, a exemplo da correção de avaliações, participação em plenárias de Departamento e Faculdades, atendimento aos discentes. Também não conta com os atendimentos através das redes sociais, que tomam um tempo significativo dos docentes, que são avaliados, inclusive, pela disponibilidade fora da sala de aula; F) A redução da carga horária destinada a coordenação e participação em projetos tem exigido dedicação do docente, para além do tempo distribuído no PIT. Essa limitação, somada ao discurso meritório e produtivista, impõe ao docente a necessidade de produzir no seu horário de descanso; G) Não há previsão, em resolução, de tempo destinado a produção de artigos, participação em eventos, entre tantas outras atividades que são inerentes a atuação docente.

O adoecimento docente na UERN já está sendo objeto de estudo de alguns cursos, a exemplo do curso de enfermagem, através do projeto de pesquisa coordenado pelo professor Alcivan Nunes Vieira.

TR - 54

Considerando o perigo que esse modelo de PIT representa para a saúde e condição de trabalho docente, o 37º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Uma política nacional de denúncia e combate dessa prática em todas as Instituições Públicas de Ensino Superior que se utilizem ou estejam discutindo a implantação do Plano Individual de Trabalho como forma de controle da atividade docente.

TEXTO 55

Contribuição dos(as) professores(as) Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço (ADUFAL), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Augusto César Barreto Neto (ADUFEPE), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB), Dailton Lacerda (ADUFPB), Elisa Guaraná de Castro (Adur), Eron Pimentel (ADUFEPE), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Fatima Aparecida Silva (APUR), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Falcão Vasconcellos Luiz Gonzaga (ADUFU), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Giselle Moraes (APESJF), Hércio José Batista (ADUFERPE), Helder Molina (ADUERJ), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Juanito Alexandre Vieira (APESJF), Julio Cesar Costa Campos (ASPUV), Leni Hack (ADUNEMAT) Lisleandra Machado (APESJF), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Nayara Severo (ADUSC), Onete Lopes (UFF), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tarcísio Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)

EM DEFESA DA CARREIRA DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PARTICIPAÇÃO DO ANDES SN NO GRUPO DE TRABALHO (GT) INSTITUÍDO POR MEIO DA PORTARIA SETEC Nº 14, DE 3 DE MAIO DE 2017

TEXTO DE APOIO

Um pouco sobre os Institutos Federais

Em 2008, um marco na história da Educação Profissional no Brasil se deu com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir dos CEFETs, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais. A Lei 11892, de 29 de dezembro, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Com ênfase inclusiva, a rede oferece a formação profissional de excelência em diversos níveis de ensino, da educação básica à pós-graduação, no intuito do desenvolvimento e fortalecimentos dos arranjos produtivos locais e na instrução cidadã, bem como promovem a pesquisa aplicada, a inovação e a extensão tecnológica. Atualmente as 41 instituições da Rede Federal somam 644 campi espalhados por todo o Brasil, quase um milhão de matrículas e mais de 70 mil servidores (docentes e técnico-administrativos).

Sobre a Portaria SETEC Nº 17 de 11 de maio de 2016

A Portaria 17/2016 define as diretrizes gerais para a regulamentação das atividades das/dos docentes (RAD), pertencentes ao Cargo de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, de que trata a Lei nº 12.772/2012, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ou seja, nos Institutos Federais e no Colégio Pedro II.

Resumindo, a portaria 17/2016 contrapõe-se a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos institutos federais, estabelecida pela lei de criação dos IF's (Lei 11892/2008), ao propor uma regulamentação apriorística da atividade docente, sem considerar as especificidades de cada instituto. Ao estabelecer cargas horárias mínimas semanais para as/os docentes (10 horas/semanais) e mensurar o tempo destinado às atividades docentes em horas de 60 minutos, a referenciada portaria afronta a LDB 9394/96 que não a fixou, mas distinguiu nomeando-a hora-aula. Obviamente, a portaria 17 impõe novas relações de trabalho, pois submete as professoras e professores ao detalhamento de suas atividades pois prevê que o docente tenha que apresentar, a cada semestre, um Plano Individual de Trabalho (PIT), contendo título de cada projeto a ser desenvolvido e, ainda, horário, carga horária, resumo da descrição de cada atividade do projeto, participantes, cronograma e resultados esperados.

O fato é que a portaria traz problemas importantes, por deixar pouco tempo para atividades de pesquisa e extensão, priorizando o ensino a ponto de comprometer as demais atividades que devem fazer parte do clássico trio da educação: ensino, pesquisa e extensão.

Sobre a Portaria SETEC nº 14, de 13 de maio de 2017: Cria GT para revisar e apresentar uma proposta de alteração da Portaria nº 17/2016

Assim, publicou-se no DOU de 5 de maio de 2017, a portaria SETEC nº 14, de 3 de maio de 2017, que criou o grupo de trabalho (GT) com o objetivo de revisar e apresentar uma proposta de alteração da Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016. Ficou estabelecida a participação, no GT, de dois representantes da Setec/MEC e seis do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), e artigo 4º da Portaria 14 prevê que a “critério da coordenação outros especialistas e técnicos poderão atuarem como colaboradores do GT”. O prazo para conclusão das atividades foi de 180 dias.

Atribuições do Grupo de Trabalho

Para o GT foram definidas as seguintes atribuições, nos termos do Art. 2º da Portaria SETEC nº 2/2016:

- a) Analisar o impacto das diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes contidas na Portaria nº 17, de 2016, frente as especificidades das Instituições de Ensino que integram a Rede Federal EPCT;
- b) Identificar e apontar possíveis distorções existentes na Portaria nº 17, de 2016; e
- c) Propor medidas para regularização de possíveis distorções existentes na Portaria nº 17, de 2016.

Para o desenvolvimento das atividades foram realizadas duas reuniões, em Brasília-DF, nos meses de maio e julho de 2017.

Informe-se que o GT recebeu e analisou propostas de alteração da Portaria nº 17/2016 provenientes do **CONIF, CONDETUF, SINASEFE, da CPPD do IF Triângulo Mineiro, da Comissão de Sistematização de Assuntos Relativos ao Ensino, Pesquisa e Extensão do IF Maranhão e de servidores que enviaram suas contribuições por e-mail.**

O Grupo de Trabalho (GT) instituído por meio da Portaria SETEC nº 14, de 3 de maio de 2017, publicada no DOU de 5 de maio de 2017, para revisão e apresentação de proposta de alteração da Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016, publicada no DOU de 13 de maio de 2016, alterada pela Portaria nº 26, de 11 de julho de 2017, publicada no DOU de 13 de julho de 2017, apresentou à Secretária de Educação Profissional e Tecnológica o relatório final das atividades desenvolvidas em agosto de 2017, onde é possível ler e analisar as propostas recebidas por meio de um quadro analítico e propositivo.

A partir daí, há questões sobre a atuação de nosso sindicato que não estão equacionadas:

1) Qual foi a participação do ANDES-SN no Grupo de Trabalho (GT) instituído por meio da Portaria SETEC nº 14, de 3 de maio de 2017 para revisão e apresentação de proposta de alteração da Portaria 17?

2) Qual foi a proposta de alteração do ANDES-SN no Grupo de Trabalho (GT) instituído por meio da Portaria SETEC nº 14, de 3 de maio de 2017 para revisão e apresentação de proposta de alteração da Portaria 17?

Diante desta situação propomos o TR que se segue.

TR - 55

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DECIDE:

- 1.** Participar das decisões dos grupos de trabalho como legítimo representante dos trabalhadores e trabalhadoras Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT);
- 2.** Lutar para que os (as) profissionais da docência EBTT tenham condições adequadas de trabalho, valorização e autonomia no exercício de trabalho, permitindo que a transmissão e construção de conhecimento aconteça de maneira livre e plural, conforme princípios constitucionais e estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96);
- 3.** Solicitar e insistir, ainda que seja na condição de convidados, para participar dos GTs criados e que impactam na carreira docente, resguardado o direito a qualquer crítica e/ou movimento de reivindicações necessárias e direcionadas aos governos e a salvaguarda da autonomia do sindicato, com o objetivo de conquistar as adequações necessárias na regulamentação da carreira EBTT.

TEXTO 56

Contribuição do(a)s professore(a) Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço (ADUFAL), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Dailton Lacerda (ADUFPB), Elisa Guaraná de Castro (ADURRJ), Eron Pimentel (ADUFEPE), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Fatima Aparecida Silva (APUR), Felipe Bacani (ADUFOP), Flávio Furtado de Farias (ADUFPI), Giselle Moreira (APESJF), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Helder Molina (ASDUERJ), Joelma Albuquerque (ADUFAL), Juanito Alexandre Vieira (APESJF), Julio Cesar Costa Campos (ASPUV), Lisleandra Machado (APESJF), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Nayara Severo (ADUSC), Onete Lopes (ADUFF), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Silvina Tarcísio Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC)

EM DEFESA DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Em todo o mundo existem cerca de cem Colégios de Aplicação. As diretrizes que nortearam a criação dessas escolas foi a de concebê-las como laboratório de experiências de novas didáticas e prática para alunos de graduação. Os CAPs no Brasil foram criados pelo Decreto Federal nº 9053 de 12/03/1946 e, originalmente ligados às faculdades de Filosofia, tinham a função específica e necessária de ser um espaço para que discentes dos cursos de graduação fizessem estágio e aplicação, numa situação real de ensino-aprendizagem dos conhecimentos adquiridos na faculdade e campo de experimentação pedagógica com vistas à melhoria dos ensinamentos fundamental e médio. Hoje, vinculados a faculdades e universidades, acrescenta-se a essas funções a educação básica, o desenvolvimento da pesquisa e extensão, campo de estágio de licenciandos e formação de professores, implementação e avaliação de novos currículos e a capacitação de docentes. No Brasil, existem apenas 17 Colégios de Aplicação e reservam especial papel na educação básica. Embora vinculados às Universidades Federais, os docentes dos CAPs pertencem à categoria EBTT – Ensino Básico Técnico e Tecnológico - e as instituições apresentam algumas diferenças entre si, níveis de educação que oferecem, algumas só Ensino Fundamental 1 e/ou 2, ou só Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), outras oferecem os 3 níveis e até pós graduações; além disso, a entrada das/dos discentes se dá nessas instituições de duas formas: por sorteio ou processo seletivo.

Esse pequeno histórico e atribuições dos Colégios de Aplicação, bem como do corpo docente, permite inferir sobre as especificidades das instituições e necessidades vinculadas a esse segmento. Num contexto de grave contingenciamento de recursos, diversas contrarreformas e ataques aos direitos da classe trabalhadora, às universidades, e à categoria docente, que se coadunam como fruto do golpe jurídico, parlamentar e midiático no país, faz-se necessário um olhar atento às ameaças que historicamente rondam essas instituições, particularmente nesse cenário. É fato que diversos desses ataques incidem de maneira direta sobre os Colégios de Aplicação, docentes e demais membros da comunidade acadêmica dessas instituições. Citemos alguns:

- Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que estabeleceu arbitrariamente a “Reforma do Ensino Médio”. A proposta atingirá níveis preocupantes e impactantes para a juventude e classe trabalhadora visto que traz uma concepção limitada e rasa de ensino ao impor a dissociação da formação humana, propedêutica e crítica da formação profissional. Sintetizando, a contrarreforma propõe a retirada do currículo do Ensino Médio da obrigatoriedade da oferta de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Educação Física e Artes e, conseqüentemente, desvaloriza a importância de tais áreas na formação integral do sujeito ao negar o direito à formação comum e ao desenvolvimento pleno do indivíduo – apregoados nos artigos 22 da LDB e 205 da Constituição Brasileira. O enxugamento da estrutura curricular, ao manter a obrigatoriedade apenas das disciplinas de português, matemática e inglês e condicionar a permanência das demais à sua inclusão na Base Nacional Comum Curricular, fere a autonomia do professor em sala de aula e, no caso dos Colégios de Aplicação, a autonomia universitária. Além disso, ao propor os Itinerários formativos, reforça uma divisão do conhecimento e aniquilação de uma concepção crítica, cidadã e de qualidade socialmente referenciada de escola. Outro ponto que merece atenção é a configuração vaga do “notório saber”, que permite a contratação de profissionais que não têm habilitação para o magistério para ministrarem aulas nos cursos técnico-profissionais. Além de representar a desregulamentação da profissão, a contratação de profissionais por “notório saber” promove a desvalorização da carreira docente e a conseqüente depreciação da qualidade do ensino. Ademais, compromete as licenciaturas e desvaloriza a própria concepção dos CAPs enquanto espaço de formação de professores licenciandos.

- O contingenciamento dos recursos públicos federais, em virtude do estabelecimento do teto para os investimentos por vinte anos, comprometerá o aumento da carga horária proposta pela Reforma do Ensino Médio, e incidirá no reforço das desigualdades de oportunidades educacionais, já que impõem que as redes de ensino deverão decidir quais itinerários poderão ser oferecidos, limitará a criação e reposição de vagas de concurso de professores e técnico-administrativos, bem como as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e a garantia do cumprimento dos planos de carreira de docentes e técnico-administrativos e assistência estudantil.

- Os projetos de lei vinculados ao movimento “Escola sem Partido”, a “Lei da Mordaza”, que se caracterizam, na prática, como restrição ao pensamento acadêmico e científico e impõe uma perseguição ao professor, trazendo à sala de aula a um cenário de desconfiança, totalmente inadequado ao contexto de aprendizagem que, ao contrário, deve ser construído com base no afeto, na ampliação do olhar dos sujeitos sobre o mundo, as pessoas e o ambiente, e na confiança e no compartilhar de experiências e conhecimento.

- As restrições históricas à capacitação da categoria EBTT que ganham contornos dramáticos com a divulgação de acórdãos que desconsideram o tempo de afastamento para capacitação de professores para fins de aposentadoria.

Esse conjunto de ataques mencionados impactará negativamente na sociedade, com o comprometimento de direitos e garantias legítimas e historicamente conquistadas e incidirá também e de maneira particular nos Colégios de Aplicação. Esse “trator” não têm sido implementado, contudo, sem reação da juventude e movimentos sociais. Destacam-se, como respostas, as ocupações, protagonizadas por estudantes das diversas escolas no país, que pautavam, dentre outras bandeiras, pela não aprovação da

Contrarreforma do Ensino Médio e da PEC do teto dos gastos. Necessário sublinhar também a luta de professores municipais, estaduais e federais que aderiram a diversas greves em 2016, com vistas a denunciar e resistir ao conjunto de ataques aos trabalhadores e à juventude, expressas no golpe à democracia e nas diversas MPs, contrarreformas e investidas do Governo ilegítimo no desmonte do Estado e retrocessos dos mais variados a conquistas históricas do povo brasileiro. Diversos atos e greves gerais também marcaram o ano de 2017, liderados por movimentos sociais, centrais sindicais e sindicatos. É fato, no entanto que, num contexto do golpe, solidamente articulado nas esferas do executivo, legislativo e judiciário, da grande mídia e do grande empresariado brasileiro, financiado pela corrupção espúria do Estado em conjunto com setores do empresariado, essas lutas infelizmente não redundaram na reversão dos ataques já hoje consolidados.

Entre 15 e 16 de novembro de 2017, foi realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa -Coluni – o Seminário Condicap, cujo tema era “Reformulação do Ensino Médio: a realidade dos Colégios de Aplicação”. O Seminário contou com a participação majoritária de professores dos Caps, embora tenham participado, em numero menos expressivo, discentes e Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e debateu, através de palestras, grupos de trabalho e discussões, a implementação da contrarreforma do ensino Médio e suas consequências. O Seminário foi importante para definir a resistência à implementação da Reforma, bem como para debater as especificidades da carreira docente, cotidiano e realidade dos CAPs. Em 12 de setembro, a Direção do Andes-SN se reuniu com representantes do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (Condicap), em Brasília (DF), com o objetivo de apresentar sua posição sobre pautas da educação federal e dos docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), além de ouvir os representantes do Condicap sobre possíveis ações em comum para defender os Colégios de Aplicação (CAPs). De acordo com a Presidente do Sindicato, professora Eblin Farage, “A nossa avaliação é que a reunião foi positiva, porque os presentes se demonstraram muito abertos ao diálogo com o ANDES-SN. Inclusive pensamos em construção de ações conjuntas em defesa da carreira de docente EBTT. A ideia é que possamos ter uma agenda de conversas com o Condicap, contribuindo e dialogando com os professores de nossa base, para estreitar relações e fortalecer a luta, afirma Eblin. “Ambos os lados estavam abertos ao diálogo, e estamos pensando em construir um documento conjunto em defesa dos docentes EBTT, para pressionar o Ministério da Educação (MEC), em especial no que tange à não contagem de tempo de qualificação para fins de aposentadoria, completa a presidente do ANDES-SN. (<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9040>).

Em que pese o reconhecimento da iniciativa da Direção do Andes-SN em dialogar com o Condicap, é fato, no entanto, que apesar de propor a construção de um documento em comum, conforme afirmação da Presidente, citada acima, a proposta ainda não foi implementada. Outra proposição, defendida pela Presidente do Andes-SN, professora Eblin Farage e aprovada no ultimo Conad, de produzir uma nota técnica direcionada à Categoria EBTT, com a justificativa da “urgência da situação”, dada a retirada do direito de computar a capacitação de professores para efeito de aposentadoria (em acórdãos deferidos em 2015!), no lugar de uma cartilha destinada a esse segmento, proposta no mesmo Evento, também não recebeu a atenção e implementação por parte do sindicato.

Além das questões levantadas, a carreira docente apresenta desafios enormes e é totalmente fragmentada: professores do magistério superior e EBTT; regime de 20h, 40h, dedicação exclusiva, substitutos, bolsitas, professores com graduação, especialização, mestres, doutores, que conseguem afastamento para capacitação, outros não. Essas diversas realidades originam e somam-se planos de carreira distintos (ou mesmo ausência deles) salários e jornadas diferenciadas. Além disso, questões como a deterioração das condições de trabalho, decorrente das longas jornadas: aulas, reuniões internas, reuniões com responsáveis, conselhos de classe, atuação em pesquisa e extensão, orientação de bolsitas, salas cheias e deterioração das relações interpessoais, aumento da violência na escola, dificuldade em realizar atualizações de conteúdo e metodológicas, além cobranças de maior desempenho profissional: produtividade, resultados em processos avaliativos como vestibulares e macro avaliações, impactam diretamente no cotidiano e carreira dos docentes dos Caps. Acrescenta-se condições de formação dos professores ainda distantes de serem satisfatórias, dada as dificuldades de capacitação e ausência de um desenho mais claro do perfil profissional a ser atingido dado o número de demandas.

Isso posto, acreditamos que esse cenário, aliado às particularidades dos Colégios de Aplicação, sua vulnerabilidade e aspectos concernentes as/aos docentes dessas instituições, devem fazer valer um olhar atento do ANDES-SN com vistas a estabelecer diretrizes a atender satisfatoriamente a essas particularidades. Por isso, propomos:

TR - 56

O 37º CONGRESSO DO ANDES DELIBERA:

- 1.** Que o Andes-SN produza uma cartilha com informações específicas sobre a categoria EBTT, com o objetivo de esclarecer direitos e ataques específicos a esse segmento;
- 2.** Que o Andes-SN levante, juntamente com as seções sindicais, o perfil, características e situações de vulnerabilidade das/dos docentes dos Colégios de Aplicação, que incluem agravantes de assédio moral, dificuldades de capacitação, doenças ocupacionais, incidência de implementação na prática do Escola com mordagem, dentre outras;
- 3.** Fazer um levantamento da situação do Reconhecimento de Saberes e competências – RSC- nos CAPs, avaliando a implementação da proposta, bem como o pagamento dos retroativos; atuar juridicamente para que esses retroativos sejam pagos às/aos docentes que ainda não receberam seus valores;
- 4.** Valorização da carreira docente através de campanhas publicitárias implementadas pelo Andes-SN;
- 5.** Formação de GT sobre a carreira EBTT com vistas a discutir e lutar pela valorização e capacitação da categoria.

TEXTO 57

Contribuição da Diretoria da APUR, da Diretoria da ADUFERPE, da Diretoria da ADUFPI e do(a)s professore(a) Flávio Dantas (ADUFERPE), Cícero Monteiro (ADUFERPE), Eron Pimentel (ADUFEPE), Augusto César Neto (ADUFEPE)

CENTRALIDADE DA LUTA POR SALÁRIO NO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS FEDERAIS

TEXTO DE APOIO

Em 2018 os ataques aos direitos tendem a acentuar, uma vez que o governo golpista insiste em manter uma política de austeridade que tem como foco a redução de investimentos na educação e na Ciência & Tecnologia, medida que afeta diretamente as Instituições Federais de Ensino e seus professores.

O plano de luta do setor das federais deve centrar sua atenção nas reivindicações da categoria docente (luta sindical), sem perder de vista a necessária luta articulada contra o golpe de estado em curso (luta política). Uma importante reivindicação deve voltar ao centro das mobilizações, o reajuste salarial. A última negociação salarial deu-se em 2015, quando o conjunto dos SPF reivindicava 27,3% em parcela única e o governo Dilma inicialmente propôs 21,3%, em quatro parcelas anuais, contraproposta que foi rejeitada., sendo acordado, ao fim das negociações, um reajuste de 10,5% em duas parcelas anuais.

Não podemos repetir os erros das negociações passadas, quando a diretoria do ANDES-SN não se dispôs a assinar acordos com o governo, mesmo sendo o ANDES o sindicato dirigente das greves e mobilizações que impulsionavam as negociações. O método de negociação adotado e defendido pelo grupo que compõe direção do ANDES-SN nos últimos anos é equivocado pois, sendo pautado por uma política de “*tudo ou nada*”, acaba por favorecer o oportunismo do PROIFES que sempre se dispôs a protagonizar as assinaturas dos últimos acordos. As respectivas ações destas direções favoreceram os interesses do governo, que na última negociação acabou rebaixando sua proposta de reajuste inicial de 21,3% para 10,5%, medida que contribuiu para a ampliação da defasagem salarial dos docentes federais.

O ANDES-SN precisa assumir o protagonismo da luta por melhores salários, mesmo num ano em que o governo golpista indica o congelamento de salários, interrupção de acordos vigentes e aumento de alíquota do imposto de renda por meio da MP 805/2017. Urge a necessidade do ANDES-SN apresentar uma proposta de índice que represente recomposição salarial e ganho real ao FONASEFE, diferente do que foi feito em 2017 e do que está exposto na proposta da atual diretoria no texto do Caderno Principal deste congresso, onde a direção do ANDES-SN apresenta uma proposição genérica: “**a**) política salarial permanente com correção das distorções e da reposição das perdas inflacionárias” (p. 163). **Por isto defendemos que o ANDES-SN apresente um índice**

de reajuste salarial sob os mesmos princípios do índice de 2015 (o acumulado de perdas inflacionárias do período mais % de ganho real). Em 2015 defendíamos um reajuste de 27,3% de perdas anteriores e tivemos apenas um reajuste de 10,5% para os próximos 2 anos (2016 e 2017). Considerando-se que a inflação dos últimos 3 anos corresponde a 19,17%, o índice reivindicado para 2018 deve ficar em torno de 35,97%.

Está na ordem do dia fortalecer o FONASEFE e a campanha unificada, não cabem medidas sectárias e que visem fragilizar a unidade dos SPF, como a criação de organizações paralelas sem representatividade. De forma unitária é preciso combater as medidas que visam o fim da estabilidade do servidor público, o ataque à previdência social e a política de sucateamento das IFES e da Ciência & Tecnologia.

TR – 57

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1. Que o ANDES-SN apresente uma proposta explícita de índice de reajuste salarial sob os mesmos princípios do índice de 2015 (o acumulado de perdas inflacionárias do período mais % de ganho real) ao FONASEFE. Considerando a inflação dos últimos 3 anos, o índice reivindicado para 2018 deve ficar em torno de 35,97%.**
- 2. Que o ANDES-SN dedique todos os esforços para o fortalecimento da Campanha Unificada articulada no FONASEFE.**
- 3. O ANDES-SN assumirá a responsabilidade pela articulação de um Dia Nacional de Luta em Defesa das IFE no mês de março, articulado com todas as organizações representativas da comunidade acadêmica, sindical e dos movimentos populares.**
- 4. O ANDES-SN se compromete em fazer o lançamento da Campanha Salarial até o fim de março de 2018.**

TEXTO 58

Contribuição da Diretoria da ADUNEMAT e dos(as) professores(as) Adelaide Alves Dias (ADUFPB), Adriana Lourenço (ADUFAL), Agnaldo dos Santos (ADUNESP), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ailton Silva Galvão (ADUFAL), Alexandre Medeiros (ADUFPI), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira (ADUFAL), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert (UFJF), Celi Nelza Zulke Taffarel (UFBA), Dailton Lacerda (ADUFPB), Dimas Santana Neves (ADUNEMAT), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Emmanoel Lima (SINDURCA), Eron Pimentel (ADUFPE), Eudes Baima (SINDUECE), Everaldo Andrade (ADUSP), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Falcão Vasconcellos Luiz Gonzaga (UFU), Fatima Aparecida Silva (APUR), Felipe Bacani (ADUFOP), Francisca Clara de Paula (SINDURCA), Frederico Costa (SINDUECE), Giselle Moreira (APESJF), Hélcio José Batista (ADUFERPE), Helder Molina (ADUERJ), Iralde Correia de Souza Oliveira (ADUFAL), Jailton de Souza Lira (ADUFAL), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Tarcísio Lima (ADUFLA), Júlio Cesar Costa Campos (ASPUV), Jurandir Gonçalves Lima (ADUFPI), Kátia Lima (SINDURCA), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (SINDUECE), Lisleandra Machado (APESJF), Lori Hack de Jesus (ADUNEMAT), Luiz Fernando Matos Rocha (APESJF), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marco Antônio Acco (ADUFPB), Maria Aparecida Batista de Oliveira (ADUFAL), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria do Socorro Menezes Dantas (ADUFAL), Maria Lenúcia Moura (SINDUECE), Michelle Wendling (UERJ), Nayara Severo (ADUSC), Onete Lopes (UFF), Otávio Ribeiro Chaves (ADUNEMAT), Paulo Humberto Moreira Nunes (ADUFPI), Pedro Silva (SINDUECE), Rafael Bastos (UERJ), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvina Carrizo (APESJF), Tarcísio Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), William Vieira (ADUNEMAT)

DEFENDER AS IEES E IMES DA DESTRUIÇÃO PROVOCADA PELA OFENSIVA CONTRA OS SERVIÇOS PÚBLICOS

TEXTO DE APOIO

Os ajustes exigidos pelo grande capital internacional, aplicados à risca pelo Governo golpista, estão atingindo em cheio as instituições de ensino superior estaduais e municipais, revelando aí o seu caráter mais dramático e didático, para o conjunto do movimento docente e para a classe trabalhadora.

A situação da UERJ, instituição consolidada e referência na educação superior nacional, lançada no caos que a coloca à beira da insolvência junto com as demais instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro (UEZO, UENF, FAETEC), mostra as consequências da aplicação do ajuste pelos Estados e Municípios.

No caso do Rio, a liquidação da UERJ faz parte do protocolo assinado em 2017 entre o Governo golpista e o Governo Pezão para que seja implementado o “plano de recuperação” do estado.

Esse quadro calamitoso atinge IEES e IMES de diferentes regiões do Brasil, como é o caso do Rio Grande do Norte (UERN), seja em Estados considerados centrais e mais ricos, como o caso das universidades estaduais do Paraná, onde acaba de ser confirmada a redução salarial dos professores das estaduais, ou das universidades de São Paulo.

Resultado de cortes orçamentários derivados de queda de receitas, de aumento nas isenções fiscais e de políticas de terceirizações e privatizações, as IEES e IMES estão na

alça de tiro de diferentes governos estaduais. Em geral os ataques ganham a forma de cortes orçamentários que rapidamente derivam para ataques à autonomia universitária e avançam para as terceirizações e privatizações. Esses ataques são embalados com discursos de que essas IEES e IMES são caras, ineficientes e trazem pouco retorno para a população. Alguns discursos chegam a caracterizar essas universidades como “elitistas”, por supostamente abrigar os jovens de extratos mais ricos da população, enquanto os mais pobres iriam para as instituições privadas de ensino superior.

O recente relatório do Banco Mundial reforça esse discurso e avança na proposta de cobrança de mensalidades nas IES públicas do Brasil. Se alinhando com essas propostas a Secretaria do Tesouro Nacional do governo golpista sugeriu cinicamente a extinção da UERJ e demais IES públicas mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro, como uma das medidas a serem implementadas para supostamente sanar a crise fiscal daquele Estado.

A situação das IEES e IMES deve se agravar com a entrada em vigor da EC 95/2016, que congelou o orçamento da União por 20 anos, e que vem sendo replicada nos Estados e Municípios de diferentes formas, embasada na Lei Complementar 159/2016, feita sob medida para aumentar o controle da União sobre os demais entes federativos e tutelá-los à política de ajustes do imperialismo que o governo golpista implementa.

Esse quadro de deterioração acelerada das IEES e IMES, materializadas em atraso e congelamento dos salários, piora das condições de trabalho, bloqueio nas progressões e mudanças de classes nas carreiras, avanço nas terceirizações, precarização com o aumento substancial de professores substitutos, com o impedimento de concursos para docentes e técnicos, além de diferentes tentativas de interferir na autonomia das instituições, enfrentou forte reação da comunidade acadêmica, em particular dos docentes.

Esse quadro de ataques generalizados deve receber um tratamento especial pelo ANDES-SN, porque o seu agravamento não só fragiliza ainda mais as IEES e IMES, como abre o caminho para novos ataques às IFES.

É necessário que o ANDES-SN coloque como tarefa a articulação de ações que unifiquem as lutas dos docentes das IEES e das IMES, levantando as reivindicações básicas para todo e qualquer trabalhador: salário, carreira e condições de trabalho. Para isso deve lançar campanhas nacionais que procurem unificar o máximo possível as diferentes situações das IEES e IMES, construindo uma pauta de reivindicações unificada que inclusive aproveite o ano eleitoral para confrontar os diferentes governos estaduais.

De outro lado, em cada Estado as ADs devem ser estimuladas a construir pautas unificadas com os demais servidores do Estado e dos municípios.

A constituição de fóruns de servidores nos Estados e municípios, reunindo os sindicatos das diferentes carreiras, ainda que tenha o caráter amplo e heterogêneo, ajuda na mobilização e nas ações em torno de pautas comuns, como a cobrança de pagamentos de salários em atraso, reajustes e recomposições salariais, concursos, defesa de planos de carreiras, entre outros pontos. A existência desses fóruns em alguns Estados tem ajudado os trabalhadores dos serviços públicos estaduais a frear parcialmente a implementação de políticas de ajustes e assegurar conquistas importantes, tendo muitas vezes o reconhecimento da população.

De outro lado, a constituição desses fóruns ajuda a evitar o isolamento dos docentes, técnicos e estudantes, abrindo um canal de troca de informações, de construção de pautas e ações comuns, que reforçam a luta pelos direitos e conquistas.

É preciso organizar a nível nacional as diferentes ações que vem sendo realizadas nos Estados e Municípios, procurando ampliar a luta das IEES e IMES para o conjunto dos servidores e, destes, para a população, mostrando que o alvo são os serviços públicos básicos, portanto são os direitos dos trabalhadores e do povo que estão em questão, pela aplicação das políticas de ajuste do imperialismo.

TR - 58

O 37º CONGRESSO DO ANDES DELIBERA:

1. Lançar uma campanha nacional em defesa das Universidades Estaduais, articulando amplos setores e entidades da sociedade civil sob o lema “defender a UERJ e a UERN, é defender todas as universidades”, com que inclua: 1. Dia nacional de mobilização em defesa das universidades estaduais e municipais (paralisações, atos, debates, aulas públicas, passeatas). 2- Edição de cartaz, folders, dossiê sobre a situação dessas estaduais, mídias sociais.
2. A partir de um levantamento da coordenação do setor, fazer uma proposta que seja a mais unificada possível para um índice de reposição salarial para as IEES e IMES em 2018. Uma referência para esse índice é a inflação acumulada nos últimos três anos. O objetivo é procurar unificar nacionalmente as lutas do setor e mobilizar a categoria;
3. Realizar em nível nacional uma campanha pela implementação do plano de carreira do ANDES para o ensino superior nas IEES e IMES, fazendo com que esse ponto seja comum à campanha salarial de 2018 das ADs do setor;
4. Indicar às ADs e seções sindicais das IEES e IMES a formação, ou fortalecer onde já existem, de fóruns de sindicatos e associações de servidores, como organismos de articulação de defesa dos serviços públicos, incluindo os direitos dos trabalhadores, como pagamento em dia, reposição e reajuste dos salários, defesa das carreiras, realização de concursos e melhoria nas condições de trabalho.

TEXTO 59

Contribuição da Adunifesp-SSind.

DEFESA DAS VERBAS PARA O HOSPITAL SÃO PAULO E A ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE FEDERALIZAÇÃO QUE GARANTA A AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

TEXTO DE APOIO

A Escola Paulista de Medicina (EPM) e o Hospital São Paulo (HSP) foram fundados em 1933 como instituições privadas, mantidas pela então Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Permaneceram assim até o ano de 1956, quando, afundada em dívidas, a EPM foi federalizada. O HSP, no entanto, foi mantido como privado de natureza filantrópica mantido pela SPDM.

O diagnóstico da situação de 2008 dos hospitais públicos federais revelou: (i) financiamento inadequado; (ii) deterioração física e tecnológica e (iii) poucos concursos RJU (regime jurídico único), o que culminou em contratações irregulares.

Em 2010 foi instituído o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) - Decreto nº 7.082/2010 - de 27 de janeiro de 2010. No mesmo período, a Portaria Interministerial nº 883/2010, de 05 de julho de 2010, regulamentou o decreto de nº 7.082/2010 e reconheceu o HSP como hospital universitário da UNIFESP e, portanto, deixando de ter natureza filantrópica porque as políticas dos hospitais federais são distintas das políticas dos hospitais filantrópicos. Entretanto, a portaria assumiu as peculiaridades de alguns hospitais (por exemplo, ser privado) ao referir que se aplica, no que couber, aos Hospitais São Paulo e das Clínicas de Porto Alegre.

Posteriormente à federalização, a solução apontada pelo Governo Federal foi a criação da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) pela Lei nº 12.550, de 27/12/2011.

A EBSEH é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e prestadora de serviços exclusivamente públicos e gratuitos. A finalidade é a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do [art. 207 da Constituição Federal](#), a autonomia universitária.

A contratação da EBSEH pelas universidades é facultativa por meio de um contrato de gestão gratuita. Em termos de financiamento, a empresa é dependente do tesouro (100% financiamento público – MEC e Ministério da Saúde), a força de trabalho 100% admitida por meio de concurso público (Servidores públicos/RJU e empregados públicos/CLT) e o atendimento é de 100% SUS (Sistema Único de Saúde).

Vários dos 46 hospitais universitários públicos federais foram passados à administração da EBSEH, com exceção dos hospitais ligados às seguintes universidades federais: (i) UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (ii) UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, (iii) UFU – Universidade Federal de Uberlândia e (iv) UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo.

As críticas à EBSEH são: (i) os concursados não possuem a mesma estabilidade que um servidor público porque são empregados da empresa e não da Universidade e ocorre instabilidade no serviço à população devido à alta rotatividade; (ii) redução de autonomia universitária nos aspectos políticos e pedagógicos porque a sede da empresa é em Brasília e as decisões são tomadas a distância; (iii) a sua legislação permite que haja convênio entre o Hospital Universitário e outras consignatárias, o que pode levar à gradativa privatização e prejuízo de atendimento ao SUS e (iv) adesão à EBSEH não precisa passar pelo debate no Conselho Universitário.

O HSP não aderiu à EBSEH e, por conta da portaria do REUF passou a ser hospital universitário federal com direito a receber verbas públicas tanto do MEC quanto do Ministério da Saúde (MS) para a prestação de serviços públicos de assistência, ensino e pesquisa. Entretanto, a situação do HSP é peculiar, como previsto pela própria portaria Interministerial nº 883/2010, necessitando de análise para a sua regulamentação específica porque tem também atendimento particular, os celetistas receiam perder o emprego e alguns servidores públicos fazem atendimento particular.

O caso complexo e particular do HSP permaneceu sem regulamentação até que, repentinamente, em 2017, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, bloqueou as verbas do

MS voltadas ao HSP alegando que, por ser um hospital privado, não faz jus aos montantes garantidos anteriormente, sugerindo inclusive que o HSP fosse repassado à EBSEH, o que violaria o caráter facultativo de adesão à EBSEH. O resultado ao longo do ano de 2017 foi o fechamento de setores, laboratórios e uma situação de precariedade que resultou em mortes de pacientes, encerramento de pesquisas e a completa precarização das atividades tanto de assistência quanto acadêmicas.

Em 2016, o HSP atendeu 59% mais pessoas em seu pronto-socorro do que atendia seis anos antes – passou de 236 mil em 2010 para 376 mil no ano passado. Os repasses do SUS, no entanto, não acompanharam o aumento dos atendimentos. Entendemos ainda que a alternativa do HSP voltar a se tornar um hospital filantrópico fragilizaria a relação com a universidade, ampliando a possibilidade de privatização de uma maior parcela de seus serviços.

A Adunifesp-SSind tem se juntado à comunidade da UNIFESP na luta pela liberação de verbas do REHUF e a ampliação do orçamento destinado ao SUS, bem como exige transparência na sua gestão, principalmente na parte que é repassada à SPDM (hoje Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina).

Ao mesmo tempo, a crise instaurada pelo Governo Federal oportuniza a intensificação da luta pelo HSP sem adesão à EBSEH (com a administração pela universidade garantindo a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal e sem prejuízo do emprego dos celetistas envolvidos), aumentando o poder de argumentação e negociação do Andes-SN pelo fim da EBSEH.

TR - 59

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Junte-se à Adunifesp-SSind na luta pela liberação de verbas para o Hospital São Paulo e a ampliação do orçamento destinado ao SUS, bem como pela transparência na gestão das verbas públicas repassadas à SPDM.
2. Forme um grupo de trabalho, em conjunto com a comunidade da UNIFESP, para elaborar uma proposta de federalização do HSP sem adesão à EBSEH (com a administração pela universidade garantindo a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal) e sem prejuízo do emprego dos celetistas envolvidos.

TEXTO 60

Contribuição do(a)s professore(a) Alexandro Donato de Carvalho, Lemuel Rodrigues da Silva e Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues – Sindicalizada(o)s da ADUERN/SS

A “REFORMA TRABALHISTA” E OS DESAFIOS PARA O MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

A “Reforma trabalhista” ensaiada desde o governo de FHC, tornou-se realidade no governo Temer. As inúmeras manifestações e articulações das Centrais Sindicais não foram suficientes para impedir sua aprovação. Segmentos da classe trabalhadora ainda não tem clareza das consequências da “reforma trabalhista”, haja vista o bombardeamento por parte dos meios de comunicação de massa mais confundir do que esclarecer. Se tivemos a imprensa conservadora e aliada do empresariado divulgando a “reforma” como algo positivo, por outro lado tínhamos o Movimento Sindical apresentando-a como algo prejudicial à classe trabalhadora. Duas interpretações em disputa num país dividido e em crise. Pelo que vimos prevaleceu a retórica empresarial. Muita indignação, pouca ação nas ruas. O(A)s indignado(a)s em sua maioria preferiram demonstrar sua indignação via redes sociais, mais fácil e cômodo. Exceto alguns atos promovidos pelas Centrais, nada de convulsão social perante os ataques aos direitos da classe trabalhadora.

A “reforma trabalhista” foi fruto de um estudo realizado pela CNI – Confederação Nacional da Indústria em 2012 e entregue à Presidenta Dilma (PT) com o título, *101 propostas para a modernização trabalhista*, que aponta “problemas que podem se refletir em custos, burocracia, insegurança jurídica, restrições à produtividade, assim como em dificuldades para os trabalhadores e para o próprio Estado”¹⁰. Em sua retórica a “reforma” irá valorizar a negociação coletiva, modernizar as relações de trabalho, dar segurança jurídica às partes e gerar novos empregos formais. Na realidade, a “reforma” resultará em redução dos custos do empregador, ampliação dos lucros e a competitividade das empresas, precarização das relações de trabalho, e enfraquecimentos da representação sindical.

A “reforma” atinge os pontos centrais das relações de trabalho, a saber: as condições e contratos de trabalho; o movimento sindical e sua organização; a negociação coletiva; e a Justiça do Trabalho. Como reagir? Se faz necessária uma avaliação do quadro político dentro do movimento sindical, intensificação das relações institucionais e atuação no âmbito jurídico. No campo sindical é preciso de autêntica representatividade com lideranças conscientes de seus compromissos com a classe, firmeza no enfrentamento com empresários e com disposição para denunciar perante os organismos internacionais as agressões aos direitos dos trabalhadores; em relação ao caráter institucional a luta deve ser junto ao Congresso e ao Governo Federal no sentido de reverter a legislação aprovada; e no campo jurídico questionar o conteúdo da “reforma” junto aos órgãos

¹⁰ Confederação Nacional da Indústria. 101 propostas para modernização trabalhista / Emerson Casali (Coord.) – Brasília: CNI, 2012. Pág. 13.

competentes como o Ministério Público do Trabalho. São linhas de atuação que nosso Sindicato não pode deixar sequer de pautar em suas discussões.

A correlação de forças no Congresso Nacional não foi favorável a representação da classe trabalhadora, a bancada empresarial ampliou sua força no Governo Temer e conseguiu pautar as proposições oriundas da CNI, FIESP etc.

O próximo desafio é a Reforma da Previdência na iminência de ser aprovada, inclusive com omissão de luta de setores do Movimento Sindical.

Nos Estados os governos têm aprovado as reformas impostas pela União como: aumento das alíquotas da previdência, venda de ativos, privatização de empresas estatais, demissões em massa, redução de investimentos nas IES públicas, isso sem falar dos atrasos salariais dos servidores, como é o caso dos Estados do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, dentre outros.

Diante do quadro que vivemos quais as perspectivas do Movimento Sindical Docente para 2018?

TR - 60

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Ampla propaganda contra deputados federais/estaduais, senadores e governadores candidatos a reeleição que votaram a favor das reformas;
2. Ampliar apoio a(o)s trabalhado(a)res das terceirizadas, inclusive com cursos de formação política;
3. Promover discussões junto a sociedade civil organizada sobre os impactos da Reforma trabalhista na classe trabalhadora.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

ACRÉSCIMO AO TR – 26 - HOMOLOGAÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS: CONSTITUIÇÃO, REORGANIZAÇÃO E ALTERAÇÃO REGIMENTAL

O 37º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

2. ALTERAÇÃO REGIMENTAL

2.2 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 37º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à aprovação das alterações verificadas no Regimento da **Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá - SESDUEM**

2.3 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 37º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à aprovação das alterações verificadas no Regimento da **Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso – ADUFMAT SSind do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-Sindicato Nacional**

2.4 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 37º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à aprovação das alterações verificadas no Regimento da **Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia – ADUNEB**

2.5 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 37º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à aprovação das alterações verificadas no Regimento da **Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí - ADCESP**

TEXTO 61

Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical

PELA MAIOR PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DO ANDES-SN! PELA GARANTIA DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS DAS PEQUENAS SEÇÕES! POR UMA MAIOR DEMOCRATIZAÇÃO DO ANDES-SN!

TEXTO DE APOIO

No último CONAD, a diretoria do ANDES-SN apresentou dados referentes às filiações do sindicato. Nessa apresentação, ficou claro que a constituição do ANDES-SN se alterou significativamente, visto que hoje a grande maioria das suas seções sindicais é composta por “pequenas seções”. Estas, por sua vez, seja por estarem em fase de estruturação, seja por contarem com reduzido contingente de associados, enfrentam dificuldades em função da sua insuficiente condição financeira.

Ao observar os relatórios das reuniões dos setores é possível identificar: 1. uma frequência menor que 50% das seções existentes regularmente; 2. a presença regular das mesmas seções (em geral as maiores, que possuem maior capacidade financeira); e 3. seções que nunca estiveram presentes.

Certamente a situação financeira das pequenas seções é um fator importante/determinante na ausência ou pequena frequência nas reuniões dos setores. Este é um problema grave, que deve ser enfrentado pela diretoria do ANDES-SN, já que os problemas das seções são problemas não só das direções locais, mas igualmente da direção nacional. Dentre os quais, os de cunho financeiro e de financiamento de suas atividades.

Como apontado, o sindicato mudou muito, o que demanda mudanças para garantir um bom funcionamento.

Nesse caso, é preciso diagnosticar os motivos da pequena participação, bem como é preciso construir mecanismos (auxílio financeiro) que possibilitem uma maior participação das “pequenas seções” nas reuniões dos setores, o que concorreria para uma maior democratização do sindicato (já que a condição financeira não pode ser elemento determinante para limitar a participação de seções na construção e decisões no seio do ANDES-SN).

Sensível a questões semelhantes, os últimos CNG do ANDES-SN aprovaram formas de financiamento das pequenas seções no CNG e em suas atividades. Fato que contribuiu para tomadas de decisões mais democráticas, troca de experiências, formação de novos quadros, maior integração do sindicato, etc.

Por isso nos dirigimos aos congressistas para que os mesmos discutam e construam mecanismos de financiamento que garantam a participação das seções com menos de 300 filiados nas principais atividades do ANDES-SN, em especial nas reuniões de setores.

Precisamos defender e garantir a participação e a representatividade de todas as seções do ANDES, independente de sua condição financeira.

TR - 61

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

O ANDES-SN construa mecanismo de financiamento que garanta a participação de pelo menos um representante (passagens ou passagem e hospedagem) das seções com menos de 300 filiados nas reuniões dos setores.

TEXTO 62

Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical

DEFENDER O ANDES É RESPEITAR SEU ESTATUTO! CONTRA A SONEGAÇÃO FINANCEIRA DAS SEÇÕES SINDICAIS!

TEXTO DE APOIO

Defender o ANDES-SN é respeitar seu estatuto e fazer corretamente os repasses financeiros conforme previsto. No último CONAD nos espantamos com o relatório da atual tesouraria que apontou uma existência significativa de seções sindicais que não cumpre o previsto no estatuto. Para nossa surpresa neste relatório constam seções sindicais que são dirigidas pelo mesmo grupo político que dirige nacionalmente o ANDES há pelo menos 10 anos.

Para ilustrar tal fato, no dia 10 de julho de 2017, a direção da APUR encaminhou solicitação formal de esclarecimentos sobre esta sonegação, na oportunidade apontamos que havia discrepâncias significativas nos repasses que seções sindicais faziam ao sindicato nacional, seções bem maiores que a APUR no Estado da Bahia repassam valores inferiores ao nosso. E apresentamos as seguintes perguntas baseadas no relatório da tesouraria do Andes e na prestação de contas das seções citadas: como pode a ADUNEB que arrecadam mensalmente em média R\$ 100.000,00 (cem mil reais) **repassa para o ANDES como contribuição mensal apenas R\$ 3.588,13, quando deveria repassar em média R\$ 20.000,00 (vinte mil)**, a ADUFS que arrecada em média R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) **repassa apenas R\$ 3.340,00, quando deveria repassar em média R\$ 14.000,00 (quatorze mil)**, a ADUSC que arrecada em média R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil) repassa apenas R\$ 3.268,77, **quando deveria repassar em média R\$ 7.000,00 (sete mil)**. Enquanto uma seção como a APUR (muito menor) arrecada em média R\$ 18.000,00 (dezoito mil) repassa em média R\$ 4.000,00.

Em 18 julho de 2018, o tesoureiro do ANDES-SN, Prof. Amauri Fragoso de Medeiros, respondeu formalmente apresentando os dispositivos do Estatuto, mas não apontou nenhuma medida que estava sendo tomada, e nem tratou das especificidades das seções que mencionamos.

Reconhecemos que o estatuto deve ser respeitado, e ele deixa explícito no Art. 41 que são atribuições das seções sindicais “IV - receber e repassar à Primeira Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL as contribuições financeiras estabelecidas pelo CONGRESSO ou pelo CONAD”. A contribuição financeira conforme o Art.71 é: “§ 1º. Cada seção sindical, na condição de depositária fiel, arrecadará as mensalidades a favor do ANDES SINDICATO NACIONAL e, nos termos do inciso IV do art. 47 e do art.

67, repassará à Primeira Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) da totalidade dos vencimentos ou remuneração de cada sindicalizado”.

O próprio Estatuto no seu Art. 45 também prevê o que deve ser feito quando as seções não cumprem seus deveres:

§ 3º. O CONGRESSO ou o CONAD, ad referendum do CONGRESSO apreciará a revogação da homologação de constituição de S.SIND ou AD-S.SIND apenas nas seguintes hipóteses:

I - se esta deixar de repassar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição á Tesouraria do

ANDES-SINDICATO NACIONAL, por prazo igual ou superior a seis (6) meses;

II – descumprir o presente Estatuto e/ou o respectivo regimento;

Os dados financeiros das seções da Bahia são graves (apresenta de forma aligeirada uma sonegação em torno de R\$ 31.000,00 – trinta e um mil reais por mês), principalmente se isto se repetir nacionalmente. Consideramos que problemas como este são graves por que eles afetam a vida financeira e o funcionamento do nosso sindicato nacional, e ainda reforça tratamento desigual na construção do ANDES-SN, uma vez que seções que sonegam o repasse ao ANDES não ocupam condição de igualdade com as seções que se esforçam para cumprir o previsto no estatuto. Apontamos que a atual diretoria deve respeitar o estatuto, assim fazer uma auditoria destas sonegações e submeter a discussão para apreciação no próximo CONAD.

Não é possível defender o ANDES-SN só com palavras! É preciso combater a sangria das suas finanças e o desrespeito ao seu estatuto.

TR – 62

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Que a direção do ANDES-SN apresente no próximo CONAD uma auditoria destas sonegações em relação ao repasse mensal das contribuições financeiras das seções para o sindicato nacional para a devida discussão e cumprimento das medidas previstas no seu Estatuto.

TEXTO 63

Contribuição do(a)s professore(a) Ediane Lopes de Santana (ADUNEB); Francisco Cancela (ADUNEB); Luciana Souza (ADUNEB); Anderson Carvalho (ADUNEB); Zozina Almeida (ADUNEB); Gracinete Souza (ADUFS-Ba); Jorge Almeida (APUB); Antônio Mauricio Brito (APUB); Ana Paula Vasconcelos (APUB), Carlos Zacarias de Sena (APUB); Henrique Saldanha (APUB) Joselene Mota (ADUFPA); Nelson Aleixo da Silva Junior (ADUEPB); Zaira Fonseca (SINDUEPA), Vera Solange Pires Gomes (SINDUEPA) Fernanda Mendes (SINDUEPA); João Colares (SINDUEPA); Ivonete Quaresma da Silva Aguiar (SINDUEPA); Diana Lemes Ferreira (SINDUEPA); Emerson Duarte (SINDUEPA); Thiago Barreto (APESJF), Patrícia Duarte (APESJF); Dileno Dustan (APESJF); Dan Gabriel D'Onofre (ADUR-RJ), Jane Barros (Sindicalizada pela Regional São Paulo), Márcio da Silva (ADUFPB), Michelle Gabrielli (ADUFPB), Fernando Lacerda Jr (ADUFG); Máira Tavares Mendes (ADUSC), Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Annie Hsiou (ADUSP), Julia Benzaquen (ADUFERPE), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Renata Gama (ASDUERJ), Rodrigo Nery (ADUPE); Augusto Nobre (SINDURCA), Zuleide Queiroz (SINDURCA), Marcel Cunha (SINDIUVA); Niágara Vieira (SINDIUVA); Micael Carvalho (APRUMA).

SE A REVOLUÇÃO SERÁ FEMINISTA, O LUGAR DA MULHER É NA POLÍTICA!

TEXTO DE APOIO

Por muito tempo a historiografia silenciou a participação das mulheres em eventos importantes, a história política oficial tardou reconhecer o protagonismo das mulheres em Revoluções e levantes. As mulheres negras e indígenas lutaram por liberdade no Brasil desde o século XIX, já atuavam em levantes, contudo pouco se falou delas. Mas, isso não significou o recuo das mulheres, ao contrário, as mulheres se organizaram e pautaram suas reivindicações com muita força até os dias de hoje.

O breve século XX marcado pela Revolução de 1917 apontou a necessidade de mudanças, principalmente no modelo de família patriarcal e a divisão social do trabalho que legou às mulheres as tarefas domésticas e do cuidado, e do reconhecimento que a violência doméstica não seria um problema privado e sim do Estado. Das sufragistas ao movimento feminista, as mulheres em toda a sua diversidade lutam para romper com a invisibilidade das suas pautas e de suas lutas.

No ano de 2015, no Brasil, participamos da primavera das mulheres que contribuiu para a queda do ex-deputado Eduardo Cunha em 2016, essa mesma força se expressou no ano de 2017, com o 08 e o 15 de março, mobilizações protagonizadas por mulheres que contribuíram na vitoriosa Greve Geral de 28 de Abril e no #OcupaBrasília em 24 de Maio, e na luta contra a PEC 181 em novembro desse ano, na conquista da paridade de gênero na direção da SEN no 3º Congresso da CSP Conlutas, a expressão da força das mulheres precisa ser reconhecida por nosso Sindicato Nacional.

A paridade de gênero é parte da política de fomentação de lideranças feministas, e a garantia da participação das mulheres nos espaços de formulação da política dentro do ANDES-SN. Vivemos em uma conjuntura onde o recrudescimento do conservadorismo centra seus ataques as conquistas dos movimentos feministas, o movimento escola sem partido e a bancada evangélica criminaliza e demoniza os debates de gênero, além de investirem na destruição da Lei Maria da Penha, e na descaracterização da lei de Femicídio, precisamos reagir a esses ataques!

Esta proposição significará um avanço e o combate a práticas machistas que afastam ou dificultam a participação das mulheres nos espaços de decisões e das direções de nossas Seções Sindicais. A composição de nossa diretoria nacional, entre 2016-2018, apesar de uma mulher na presidência, tivemos Secretarias Regionais compostas só por homens, e isso não significa a ausência das mulheres no ANDES e sim uma ausência de política que as garantam nesse espaço. A paridade de gênero é a continuidade do projeto Bolchevique iniciado em 1917, é uma tarefa da esquerda e das organizações e entidades classistas lutarem contra o machismo, estruturando políticas de inclusão de mulheres nos espaços de lideranças. Diante da relevância da paridade de gênero como parte da política de incentivo e garantia da participação das mulheres, a resolução aprovada no 3º Congresso da CSP Conlutas, o ANDES-SN:

TR - 63

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. A obrigatoriedade da paridade de gênero na composição da Direção Nacional do ANDES-SN;
2. Iniciar processo de debates e de formação política via o GTPFS e GTPCEGDS, para garantir a paridade de gênero como política do sindicato nacional.

TEXTO 64

Contribuição do(a)s professore(a) Alair Silveira; Marluce Silva; Onice Dall'Oglio; Reginaldo Araújo e Roberto Boaventura – sindicalizado(a)s da ADUFMAT-S.Sind

AUTONOMIA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Nestes tempos sombrios de egoísmo extremado e de volatilidade das relações societárias, a História e as organizações coletivas que emprestam força aos indivíduos são vítimas privilegiadas. Na perspectiva das urgências, das imagens, da estética, do mercado e da patologia das relações conviviais, a participação e ação coletiva, a discussão política democrática, a responsabilidade social e a perspectiva histórica converteram-se em obstáculos a serem superados, tal qual o discurso do mercado que sataniza o Estado.

O Sindicato foi construído, historicamente, como um instrumento de luta dos – e para os – trabalhadores. Não foi construído por determinação legal ou vontade patronal. Ao contrário, foi criado pelos trabalhadores contra o escopo legal que revestia de legalidade a exploração patronal. E foi na condição de organização coletiva contra a ordem estabelecida que o Sindicato conquistou reconhecimento legal e consideração patronal.

Neste sentido, o Sindicato é um instrumento de resistência dos trabalhadores. É a sua fortaleza. Porém, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se faz fortaleza para os

trabalhadores, retira deles a força que os protege. Esta condição é, simultaneamente, razão da sua força ou da sua fraqueza.

Assim, quando trabalhadores viram as costas para o Sindicato e, mais do que isso, agem contra ele, não estão somente fragilizando a sua própria entidade, mas fortalecendo a ordem estabelecida contra os interesses dos trabalhadores e, por consequência, seus próprios interesses. Agem, conscientes ou inconscientes, como instrumentos de força em sentido contrário.

O ANDES/SN (criado em 1981) originou-se da resistência e da persistência dos docentes, em plena ditadura civil-militar. E, na ousadia de berço, atropelou não somente as políticas e as práticas das baionetas, mas os impeditivos formais. Assim, ousou tanto na concepção de um sindicato nacional estruturado sobre a democracia de base, quanto se colocou como fato ante o impedimento legal para a atuação sindical dos servidores públicos.

O ANDES/SN fez-se (e se faz) história porque não teme ousar e, muito menos, romper as cercanias da ordem legal que atua para impedir aos trabalhadores a sua organização e as suas conquistas. Nesse sentido, sua força não resulta somente do seu tamanho, mas dos seus princípios, da sua coerência política-sindical, do seu compromisso de classe e da sua autonomia.

É, portanto, em respeito a sua história que o ANDES/SN precisa extrair dela a ousadia para enfrentar o paradoxo de um Sindicato autônomo que permite que não-sindicalizados decidam nas suas instâncias e pelo seu destino.

Em 2015, o ANDES/SN realizou a maior greve dos seus 37 anos de história. Foram 139 dias de resistência contra o desmonte da Universidade Pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Para aqueles, entretanto, que olham a História pelas lentes da pós-modernidade, somente a imediatez dos resultados materiais justificaria uma greve e, mais ainda, tão longa quanto aquela. Para aqueles que interpretam a História a partir dos conflitos de interesses de classe, a greve de 2015 insere-se na categoria das lutas de resistência, em contextos históricos duros, nos quais a ofensiva dos interesses do capital articula-se, estrategicamente, para “*quebrar a espinha dorsal*” das organizações coletivas dos trabalhadores, consideradas responsáveis pelas crises do capitalismo.

A questão fundamental (e temporal) dessas ofensivas de classe não se deve propriamente à força (em si) dos interesses do capital, mas, infelizmente, à força que o capital extrai dos trabalhadores para voltá-la contra eles próprios. Afinal, como alertava Foucault, a maior dominação é aquela que domina a alma.

A “*dominação que penetra a alma*” é poderosa porque parece ser a antítese da dominação. Dessa maneira, a cultura (aparentemente libertária) da pós-modernidade; a supremacia das organizações coletivas fragmentárias que se enredam nas próprias especificidades; a apologia à individualidade contornada pelos limites do projeto societário neoliberal e da reestruturação produtiva; a aderência (tímida ou convicta) à mercantilização das relações e à inoperância e hipertrofia do Estado; a judicialização das demandas e a criminalização da política; a crença na construção individual de futuro e a descrença nas alternativas coletivas de luta e de sociedade... Enfim, a dominação ideológica não apenas captura a “*alma*” do trabalhador. Ela o coloca contra o seu ser social coletivo.

Nesse contexto, é imprescindível que o ANDES/SN recupere não somente a perspectiva histórica que lhe permite enxergar para além da imediatez dos resultados, como se a

política e a história se limitassem aos desfechos das batalhas circunstanciais. É imprescindível que o ANDES/SN revigore a ousadia que o gerou para, novamente, fortalecer-se como Sindicato autônomo, classista e democrático. E, para isso, é necessário recuperar o mais elementar fundamento das organizações autônomas dos trabalhadores: **quem soberana e democraticamente decide nas Assembleias Gerais do Sindicato é quem o mantém cotidianamente.**

Não cabe àqueles que optam por não filiar-se e, portanto, não contribuir (política e financeiramente) para a organização, estrutura e as muitas lutas do Sindicato, tenham o direito a participar das suas decisões. Afinal, coerentemente, o ANDES/SN desde o início rejeitou – e assim procedeu – com relação ao Imposto Sindical. E foi em razão da autonomia da organização dos trabalhadores, que o ANDES/SN, anualmente, recusou o Imposto Sindical, e, em casos de cobranças indevidas, devolveu o valor compulsoriamente descontado. Esses procedimentos corretos sempre foram orientados pelo princípio da independência sindical e do respeito à manifestação de vontade de cada um dos professores que optaram por filiar-se (ou não) ao Sindicato.

Decorre daí ainda mais incompreensível que o Estatuto do ANDES/SN seja omissivo com relação a esse ponto fundamental da organização sindical autônoma. E que, em razão disso, não haja unidade regimental nas seções sindicais do Sindicato Nacional.

Em 2015, a experiência da ADUFMAT–S.Sind. foi importante, inclusive, para revitalizar o Regimento da Entidade, que reclamado pelos sindicalizados, amparou a decisão soberana de recusar aos não-sindicalizados, o pressuposto “direito” ao voto, para deliberar sobre a deflagração (ou não) de greve.

Trata-se de uma prerrogativa exclusiva dos sindicalizados decidir sobre os destinos da sua organização. E mesmo o recorrente apelo ao mantra da judicialização, que pretende ‘acuar’ toda iniciativa política autônoma dentro dos limites da ordem, não obteve amparo legal. O próprio Judiciário (acionado por não-sindicalizados) reconheceu o direito à autonomia sindical.

Assim, em que pese a circunstancialidade com que decisões favoráveis aos trabalhadores são tomadas pela Justiça, é a unidade de luta e resistência dos trabalhadores que lhes assegura vitórias. A potencialidade da força coletiva dos trabalhadores depende da capacidade de resistir não somente às ofensivas dos interesses do capital, mas, também, às investidas dos seus pares que, tendo aderido à lógica dos interesses da outra classe, atuam contra os interesses da sua classe de origem.

Dessa forma, cabe ao ANDES/SN definir como princípio estatutário a exclusividade do direito ao voto aos sindicalizados.

TR - 64

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

O ANDES/SN reconhece como prerrogativa exclusiva dos sindicalizados o direito ao voto nas suas instâncias deliberativas.

TEXTO 65

Contribuição do(a)s professore(a) Raphael Góes Furtado (ADUFES), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Wagner Damasceno (Seção Sindical do Andes na UFSC).

PARA FORTALECER A LUTA É PRECISO AMPLIAR A DEMOCRACIA: PROPORCIONALIDADE QUALIFICADA DA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Este 37º Congresso do Andes se dá em um cenário bastante polarizado dentro da categoria docente, refletindo debates estratégicos que permeiam todos os espaços de organização da classe trabalhadora em um cenário de ataques duríssimos da burguesia, mas também de resistência heróica de nossa classe, apesar das sucessivas traições de suas direções tradicionais. Nesse momento de debate tão agudo, entendemos que, mais do que nunca, é necessário retomar uma discussão que temos trazido sistematicamente aos congressos do Andes e na qual continuaremos insistindo: a necessidade de se alterar a forma de composição da diretoria do Andes.

Atualmente o critério de eleição para a diretoria do Andes é a majoritariedade. Ou seja: a chapa que ganhar a eleição fica com todos os 83 cargos. Assim, caso haja três chapas na disputa, por exemplo, e uma obtenha 40% dos votos, uma 39% e a outra 21%, a chapa que obteve 40% dos votos, apenas 1% a mais do que a segunda colocada, fica com 100% dos cargos, mesmo tendo sido rejeitada por 60% da categoria. Ora, é claro que este não é o critério mais justo!

Achamos que a diretoria deveria ser composta pelas chapas que disputarem a eleição do Andes utilizando-se a forma de proporcionalidade qualificada. O que isto significa, com base no exemplo que apresentamos anteriormente, a chapa mais votada teria 40% dos cargos, a segunda, 39% e a terceira, 20%. Como a categoria escolheu. Alguns alegam que isto tornaria o Andes inviável. Não concordamos. Uma diretoria assim composta espelhará mais fielmente o espectro de posições da categoria e é importante que se trabalhem de maneira conjunta soluções negociadas para as mesmas. Acreditamos na seriedade e na maturidade dos docentes para compor uma diretoria que seja mais plural. Acreditamos na sabedoria da nossa base.

Defendemos que a proporcionalidade seja Qualificada. O que isto significa? Significa que a chapa mais votada não escolhe primeiro todos os cargos a que tem direito. Continuando com nosso exemplo das três chapas, primeiro a chapa mais votada escolhe um cargo, depois a segunda mais votada escolhe outro, depois é a vez da terceira. Aí a mais votada escolhe um cargo de novo... Até acabarem todas as vagas a que a chapa menos votada tem direito na diretoria. Aí as vagas restantes continuam a ser divididas entre as duas chapas mais votadas, até que acabem também os cargos a que tem direito a segunda colocada. A partir daí, todos os cargos restantes ficam todas com a chapa mais votada. Esta é a melhor forma de dividir os cargos entre todos as chapas.

Por que defendemos isto?

Entendemos que a diretoria do Andes (e de qualquer sindicato) está muito longe de ser uma mera executora das políticas definidas nas instâncias deliberativas do mesmo. Pelo contrário, a diretoria não só interpreta a forma de aplicar as resoluções, como também é quem dá a linha orientadora para os espaços de deliberação da entidade. Ou seja, tem uma tarefa de elaboração política de primeira grandeza. Neste sentido, é importante que, assim como nos espaços deliberativos do Andes (Congresso e Conad), as diferentes posições representativas das diferentes correntes de opinião dentro do movimento docente também estejam representadas dentro da diretoria, na proporção do peso que elas têm na base da categoria. Isto tornaria a direção do Andes mais plural, como é de fato o movimento docente. Isso amplia a democracia da entidade. Ser maioria não é ser unanimidade!

Esta forma de composição da diretoria é a forma adotada por TODAS as outras entidades do funcionalismo público federal: Fasubra, Sinasefe, Fenajufe e Condsef. E nenhuma delas cogita mudar a forma de composição de suas diretorias.

A proporcionalidade também garantiria que os melhores quadros do MD estivessem presentes na diretoria, conforme indicados pela base dos docentes. É evidente que a categoria perde quando apenas uma corrente de opinião monopoliza todos os cargos, enquanto outras formas de ver o movimento, representativas de posições expressivas na base, também com quadros preparados e respeitados pela categoria, ficam de fora. O Andes só se enfraquece assim. Esta forma de eleição majoritária favorece o hegemonismo. O exercício da convivência entre diferentes opiniões na diretoria é salutar, mais do que isto, necessário para nosso sindicato.

É necessário ter a ousadia de fazer essa mudança. A conjuntura pede uma nova forma de organização da diretoria do Andes para melhor enfrentar os desafios que estão colocados.

TR - 65

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O 37º CONGRESSO do ANDES-SN delibera pela nova redação para o artigo 55 do Estatuto do Andes:

A composição da diretoria do Andes-SN será proporcional ao número de votos que cada chapa participante da disputa à direção do sindicato obtiver no pleito.

§ 1º. Os votos válidos, para efeito deste Estatuto, são o somatório dos votos atribuídos a todas as chapas

concorrentes, excluindo-se os votos brancos e nulos.

§ 2º. Para efeito de proporcionalidade, serão computados somente os votos obtidos por todas as chapas,

com aproximação de três casas decimais e não se computando os votos nulos e brancos.

§ 3º. Os cargos serão distribuídos proporcionalmente ao número de votos obtidos, nos seguintes termos:

a) A parte inteira estará garantida às chapas mais votadas;

b) Os cargos restantes serão distribuídos pelo critério do decimal maior, na ordem decrescente e enquanto

houver cargos para serem preenchidos;

§ 4º. A prioridade na escolha e no preenchimento dos cargos da Direção Nacional caberá proporcional e

qualificadamente à chapa mais votada, em seguida a segunda chapa mais votada e assim sucessivamente.

§ 5º. As chapas poderão preencher os cargos, conforme o parágrafo anterior deste artigo, com os nomes

indicados pela chapa, independente da ordem de inscrição.

§ 6º A diretoria eleita, composta segundo os critérios descritos acima, será empossada num prazo de até quarenta e cinco (45) dias após a data da realização das eleições, durante o CONAD.

§ 7º Se no ato da posse, o(a) sindicalizado(a) eleito(a) estiver concorrendo a cargo de direção nas IES como reitor(a), vice-reitor(a), diretor(a), vice-diretor(a) de unidade e congêneres, ou político eletivo, m

esmo que na condição de pré-candidato(a) (com licença institucional), sua posse na DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL será adiada e somente efetivada caso ele(a) não venha a ser eleito(a).

§ 8º. Se durante o exercício do mandato, o membro da DIRETORIA deixar de preencher as condições de elegibilidade previstas no artigo 53, ele automaticamente perderá seu cargo.

TEXTO 66

Contribuição da diretoria do SINDCEFET-PI e do(a)s professore(a) Patricia Andrade e Marconis Lima (SINDCEFET-PI), Douglas Morais, Geraldo Carvalho, Maria da Penha Feitos e Romildo Castro (ADUFPI)

SOLICITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AOS PROJETOS DE FORMAÇÃO E CULTURA DO MOVIMENTO LUTA POPULAR

TEXTO DE APOIO

O Luta Popular é um movimento territorial urbano filiado à CSP CONLUTAS que organiza os trabalhadores e trabalhadoras da cidade e, mais recentemente, também do campo com ocupações rurais. Atualmente, o Luta está inserido em oito estados brasileiros. Suas ações vinculam a luta pelo território com a luta dos trabalhadores no espaço da produção.

O movimento possui três eixos de atuação prioritária: a luta contra a propriedade privada, através de ocupações urbanas e rurais, as lutas nos bairros periféricos das grandes cidades pelo direito à cidade, a partir da perspectiva e das necessidades dos de baixo e também a luta cultural, como parte da disputa política e ideológica pela consciência do povo pobre e trabalhador.

Em suas múltiplas experiências de não se limitar a ser somente um movimento de luta pela moradia, mas compreender a importância das lutas territoriais como parte do

processo necessário da unidade da classe trabalhadora, o Luta Popular desenvolve desde 2013 fortes experiências de base na área de formação popular política, cultural e do trabalho de mulheres.

Atualmente, o Luta Popular está em processo de consolidação de três projetos que são desenvolvidos nos territórios onde atua: o **SARAU CANDEEIRO**, o **trabalho de mulheres nas ocupações** e a **ESCOLA POPULAR DE POLÍTICA**.

O **Sarau Candeeiro** é organizado pelo Luta Popular e reúne, num encontro perigoso, a luta e a poesia, o cinema e o canto, a música e a intervenção política. Este projeto foi desenvolvido com mais tônica na zona sul de São Paulo. Além do Sarau Candeeiro, como parte da preocupação em desenvolver uma luta ideológica permanente, utilizando como ferramenta a intervenção cultural, estamos organizando o grupo carnavalesco “Munidos da Esperança” e, em projeto embrionário, o grupo “Unidos da Luta”.

O **trabalho com as mulheres** sempre foi um princípio de intervenção do movimento. A experiência mais rica neste sentido foi desenvolvida na Ocupação Esperança, em Osasco-SP. A partir desta experiência foi possível construir, com a ajuda das próprias mulheres da ocupação, uma cartilha de mulheres do Luta Popular que contribui na organização do trabalho de mulheres nas diversas ocupações do movimento, permitindo associar a luta pela terra ao combate ao machismo e ao fortalecimento das companheiras, como é o caso recente do trabalho que está sendo desenvolvido na Ocupação Esperança Garcia, na cidade de Piripiri-Piauí.

A **Escola Popular de Política** é uma iniciativa de formação política e popular a ser trabalhada de **forma itinerante**, na periferia das grandes cidades e em processo de estruturação nas diversas ocupações do movimento. No último ano, com bastante dificuldade foi realizada uma experiência na Ocupação Jardim da União (extremo sul de São Paulo) em articulação com o Movimento Quilombo Raça e Classe, através do Projeto GRIOT, que foi trabalhado com as crianças da ocupação.

A EPP – Escola Popular de Política é o principal projeto de formação política popular do movimento e está em processo de sistematização de todo o material que trabalhamos para transformarmos em uma cartilha nacional de formação popular e desenvolver outros materiais didáticos e pedagógicos para serem utilizados nas ocupações e bairros populares. É também parte deste projeto a estruturação de espaços de formação nas ocupações do Luta Popular.

Por isso, a necessidade de apoio financeiro do ANDES-SN, que é um dos principais sindicatos da CSP CONLUTAS, lembrando também que foi aprovada na última reunião da Coordenação Nacional da Central a Resolução do Movimento Popular que, entre outras coisas, resolve: “que nossas entidades filiadas privilegiem o apoio material e político às ações e intervenções dos Movimentos Populares filiados à CSP CONLUTAS”.

TR - 66

O 37º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. autorizar a Diretoria do ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para os projetos de Formação e Cultura do Movimento Luta Popular.